Juliana Delphino Garcia da Silva

ENTRE NOBRES, ENGENHOS E O ATLÂNTICO

O tráfico ilegal de africanos para a freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (c. 1830-1870)

EDUR
UFRRJ

ENTRE NOBRES, ENGENHOS E O ATLÂNTICO: O tráfico ilegal de africanos para a freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (c. 1830-1870)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor
Roberto de Souza Rodrigues

Vice-Reitor
César Augusto da Ros

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
José Luis Fernando Luque Alejos

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação
Leandro Dias de Oliveira

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial
Patricia Reinheimer (Coordenadora),
Bruna de Azevedo Baêta,
Carlos Eduardo Coutinho da Costa,
Érika Flávia Machado Pinheiro,
Maria Cristina Drumond e Castro,
Marisa Fernandes Mendes,
Marta Regina Cioccari,
Sérgio Manuel Serra da Cruz.

Coordenação Administrativa
Wallace Lucas Magalhães

Vice-Coodernação Administrativa
Mariangela de Campos Dias

Juliana Delphino Garcia da Silva

ENTRE NOBRES, ENGENHOS E O ATLÂNTICO:

O tráfico ilegal de africanos para a freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (c. 1830-1870)

EDITORA DA UNIVERSIDADE RURAL

Seropédica
2025

Todos os direitos dessa edição reservados à Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução dete volume, ou de parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem autorização expressa da Editora.

Preparador de originais *Wallace Lucas Magalhães*

Projeto, diagramação e capa *Lavignia Setubal*

Supervisor de revisão *Wallace Lucas Magalhães*

Revisão *Pamela Joaquim Reis Caires e Tiago José dos Santos*

Leitura de prova *Wallace Lucas Magalhães*

UFRRJ / Biblioteca Central / Seção de Processamentos Técnicos
Bibliotecário: Eliane Maricá Soares (CRB-7 5876)

S586e Silva, Juliana Delphino Garcia da, 1997-
Entre nobres, engenhos e o Atlântico [recurso eletrônico]: o tráfico ilegal de africanos para a freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (c. 1830-1870) /
Juliana Delphino Garcia da Silva. - Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2025.

2.600 KB; PDF
Modo de acesso: internet
Originalmente apresentado como dissertação da autora (mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022)
Bibliografia: p. 97-102.
ISBN 978-65-86859-53-9 .

1. Tráfico de escravos - Rio de Janeiro(Estado)- História - Séc. XIX. 2. Proprietários de escravos - Rio de Janeiro (Estado) - História - Séc. XIX . 3. Pessoas escravizadas - Rio de Janeiro (Estado) - História - Séc. XIX . 4. Itaguaí (RJ) - História - Séc. XIX. I. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. II. Título.

CDD 306.362098153

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....7

1. OS DONOS DOS BRAÇOS DE ITAGUAHY: AFRICANOS ESCRAVIZADOS E SEUS PROPRIETÁRIOS NA FREGUESIA DA VILA DE SÃO FRANCISCO XAVIER (c. 1820-1850).....10

2. O NEGÓCIO INFAME EM ITAGUAHY: A TRAJETÓRIA DE ANTONIO DIAS PAVÃO E O CONTRABANDO DE AFRICANOS PARA O SUL FLUMINENSE (c. 1830-1870).....41

3. DA COSTA ÀS FAZENDAS: OS CATIVOS DE ANTONIO DIAS PAVÃO EM SÃO FRANCISCO XAVIER DE ITAGUAHY (c. 1834 e c. 1875).....66

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....96

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....97

FONTES.....102

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....102
FIGURAS.....102
QUADROS.....102

INTRODUÇÃO

Em meio a grandes localidades exportadoras de café, abrigo de grandes nobres do Império e banhada pelas água violentas do Atlântico, o Sul Fluminense e seu litoral vêm sendo desbravados pela historiografia há décadas e encarados como ponto fundamental para o desenrolar de diversos eventos e até mesmo para o curso que tomou o século XIX brasileiro. Em um mar de grandes *plantations*, Itaguahy passa – quase – desapercebida. As próximas páginas se dedicaram a evidenciar os aspectos em torno dessa Vila, inaugurada ainda no início dos oitocentos, e sua ligação com o contrabando de africanos para o Império. Os breves relatos marítimos internacionais despontam o enredo que colocaria a região como participante ativa da rota ilegal. Era pouco mais que 4h da tarde, do dia 28 de agosto de 1847, quando teve início a aproximação inevitável entre os contrabandistas e as forças de repressão francesas. Comandado pelo espanhol Juan de Dios Alamilla, e com quase vinte homens na tripulação, o navio a serviço do Brasil, Fluminense, se encontrava muito longe de sua rota de cabotagem entre os litorais de Mangaratiba, Itaguaí e a Corte. Ao ser pego a poucas léguas da região de Makanda por Taffard de Saint-German, lotado na subdivisão do Congo, o capitão afirmou que estava ali para "capturar um carregamento de escravos Kilongo" (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, pp. 166-168). Esses foram os relatos retirados da obra de Thiago Campos Pessoa, que analisou documentos do Ministério da Marinha e das Colônias Francesas, os quais versavam sobre o tráfico ilegal de africanos para o Brasil.

As décadas de 1830 e 1840 ainda reservam grandes silêncios a serem desvendados, contudo as medidas de repressão ao tráfico são anteriores aos marcos legais de 1831 e 1850. Ainda na década de 1810, a proibição da entrada de escravizados no Brasil já passava por regulamentações (Mamigonian, 2017, p. 19). Entre tratados e acordos entre Brasil e Inglaterra, reconhecimento da independência deste primeiro e julgamentos em Comissões internacionais, os anos seguintes continuaram a colocar o comércio negreiro como prática ilegal (Mamigonian, 2017, pp. 59-60). Segundo Beatriz Mamigonian (2017, p. 62), a perspectiva de corte no abastecimento de africanos fez com que o mercado fosse aquecido entre os anos da assinatura do tratado e o momento em que passou a entrar em vigor. Contudo, a adaptação à ilegalidade foi uma realidade tanto para aqueles que demandavam pela mão de obra escravizada quanto para os responsáveis pela fiscalização de sua entrada.

As descobertas historiográficas mais recentes apontaram que as relações anteriores a 1830 e estabelecidas entre negociantes, fazendeiros, autoridades, tripulantes e traficantes se mantiveram para os anos seguintes à Lei de 7 de novembro de 1831. Dessa forma, as percepções de que a ilegalidade, por ventura, havia rompido com aqueles que atuavam no mercado transatlântico dos anos anteriores foram deixadas para trás. É nessa perspectiva de participação em bases e relações já bem estabelecidas para o funcionamento do comércio ilegal de africanos que percebi a presença do município de Itaguahy e de alguns de seus mais ilustres habitantes em meados do século XIX.

O olhar voltado para Itaguaí – o qual era grafado como "Itaguahy" e foi assim referenciado ao longo do texto – enfatizou as ligações entre outros municípios do Sul Fluminense e, especialmente, a certos atores muito presentes na logística do contrabando como os irmãos de Souza Breves, seus parentes, aliados e capachos. Tendo as indagações iniciais sido levantadas a partir da leitura e transcrição do inventário de Antonio Dias Pavão – falecido como Conde de Itaguahy em sua casa, no bairro de Botafogo na Corte, em 1875 –, pouco se imaginava que aquelas páginas somariam ao quebra-cabeça já montado pelas descobertas de Thiago Campos Pessoa (2018b, pp. 422-449). Associado à investigação documental de registros paroquiais de batismo da freguesia de São Francisco Xavier, local de moradia de Dias Pavão e a região mais próxima ao mar do município de Itaguahy, foi possível apontar para um grande esquema que contava com a conivência de autoridades

locais – principalmente eclesiásticas – e com a participação de grandes nomes da Guarda Nacional, políticos locais e que atuavam pela Província do Rio de Janeiro, fazendeiros, nobres e negociantes de grosso trato. O que as próximas páginas reservaram, portanto, foi a ponta do *iceberg* para compreender como as esquematizações em torno da operação do tráfico ilegal de africanos para o Brasil, em especial, o litoral do Sul Fluminense, eram mais ramificadas e alastradas do que se imaginava.

Tendo centralizado assim os contatos entre Dias Pavão e a família Breves, além de outros nomes fundamentais que surgiram durante a investigação documental como Francisco José Cardoso, Manoel Vieira de Aguiar e a família Bazilio Teixeira Pires. Compreendendo que ainda há muito que se investigar sobre o reerguimento do comércio humano, em sua fase ilegal, para as províncias do sudeste brasileiro, a presença de tais personagens na análise produzida inaugurou uma nova percepção sobre os logística do crime, ao inserir na discussão a região de Itaguahy. Dessa forma, um dos maiores silêncios da história do Império passou a incluir o supracitado município, o qual, atualmente, corresponde por três cidades da Baixada Fluminense: Seropédica, Paracambi e Itaguaí.

Apoiado nas ponderações da micro-história, esta pesquisa se valeu fortemente da investigação nominal para construir uma argumentação que colocasse sujeitos – a princípio, distantes – tão próximos. As contribuições de Carlo Ginzburg (1989, pp. 169-178) – acerca do nome e suas aparições nas fontes remontarem aos fios que formam o tecido social, no qual o mesmo estava inserido – fizeram com que as redes de alianças que uniam os personagens acima citados fossem percebidas mais evidentemente. O primeiro capítulo foi o que melhor evidenciou o uso de tal procedimento metodológico ao se colocar em destaque a investigação massiva de Registros Paroquiais de Batismo, os quais eram oriundos da freguesia de São Francisco Xavier, entre as décadas de 1830 e 1850[1]. Além disso, outras investigações foram elaboradas a partir dos dados colhidos das páginas do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*[2], feito e vendido pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert – tendo sido, por isso, referenciado como *Almanak Laemmert* ao longo desta investigação. Com o objetivo de identificar aparições dos sujeitos que realizavam batismos coletivos nas páginas do *Almanak*, foi possível compreender as ocupações de cargos, os títulos, as atuações locais dos mesmos. Por fim, o então capítulo se valeu das informações obtidas para – em conjunto com contribuições historiográficas sobre o tráfico – apontar conexões entre grandes fazendeiros, negociantes e membros atuantes no comércio ilegal de africanos na costa atlântica de municípios ao sul da Província do Rio de Janeiro.

Em seguida, no segundo capítulo, procurou-se aprofundar a investigação feita anteriormente. Tomamos como base o casal D. Anna Bazilia Dias e Antonio Dias Pavão, aspectos em torno da formação familiar e dos laços consanguíneos entre eles e outros grandes nomes locais como os Cardoso foram explorados. Além disso, a análise dos inventários *post-mortem*[3] de ambos permitiu uma maior proximidade com as posses e os bens materiais do casal – mesmo que de maneira "estática", uma vez que as informações colhidas representavam apenas o momento da feitura do documento e não toda acumulação de bens que garantiram tamanha posse (Fragoso; Pitzer, 1988, pp. 36-37). De toda forma, o olhar que destacou essa família dentre tantas outras foi direcionado a partir da viabilidade do acesso às fontes e aos resultados encontrados tanto nas fontes paroquiais como nas contribuições do pesquisador e professor Thiago Campos Pessoa (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021). No presente capítulo, as conexões anteriormente vistas como apenas permeadas pelos negócios do contrabando

1 **Acervo PET-História UFRRJ**. Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí; Livro 6 – Óbito de Livres (1881-1888) Itaguaí; Livro A – Óbito de Livres (1855-1878) Bananal; Livro 8 – Batismo de Livres (1871-1881) Itaguaí.

2 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Almanak Laemmert, 1844-1885.

3 **Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (MTJRJ)** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834; Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

foram percebidas através da formação de laços familiares, atuações nas Câmaras de São João do Príncipe, Itauguahy e outros cargos políticos em Mangaratiba. Assim, a logística que manteve a introdução de africanos ilegais em Itaguahy se apresentou de maneira complexa e entrelaçada por certos grupos da elite regional.

No terceiro capítulo, a análise se debruçou sobre um aspecto fundamental, retirado das fontes cartoriais do casal: os escravizados. Mesmo tendo contado com uma análise geral sobre a demografia dos cativos encontrados tanto no inventário de D. Anna, aberto em 1834, quanto de Dias Pavão, aberto em 1875, os escravizados de origem africana tiveram sua presença destacada em relação ao grupo de crioulos. Tal aspecto se deu pela proposta de investigar não apenas os contrabandistas, mas principalmente os africanos ilegalmente escravizados. Apesar do falecimento de D. Anna Bazilia Dias ter se dado no período anterior a apreensão da embarcação de Dias Pavão na costa de Makanda, na década de 1840, seu inventário revelou que o casal já contava com uma vida abastada, localizados nas posses da família Bazilio em Itaguahy, com casa de negócios, engenhos, produção de farinha e açúcar, além de um continente de mais de cem escravizados, sendo maioria africanos. Já o inventário de Dias Pavão, quarenta anos depois, indicou um crescimento expressivo das posses do casal, no qual somente o número de cativos saltou para mais de duzentos.

Ao longo do último capítulo, aspectos em torno das formações familiares e do trabalho foram elencados. Os cruzamentos entre tais inventários e os registros paroquiais de batismo de escravizados não puderam ser utilizados para colocar em perspectiva as redes de sociabilidade formadas por tais cativos. Isso se deve ao fato de que as documentações principais de análise – os inventários – só apresentavam informações do ano de sua abertura. Por outro lado, para a observação dessas formações, teria sido necessário acompanhar tais sujeitos ao longo das décadas. O principal impeditivo para tal exercício metodológico foi a incerteza sobre a possibilidade de os nomes encontrados nos registros de batismos se referenciarem os encontrados nos inventários. Porém, foi possível observar a continuidade de alguns sujeitos na escravaria – graças às menções aos filhos e cônjuges contidas nos próprios autos dos inventários. Esta análise, a qual ficou relegada para uma próxima investigação, revela muitas características sobre as relações dos escravizados dentro e fora da escravaria de D. Anna Bazilia e Dias Pavão.

Portanto, esta foi uma tentativa de conectar nomes, não apenas de fazendeiros,nem somente daqueles que eram de Itaguahy. Esta pesquisa, através de fragmentos da trajetória de um casal, expandiu seu olhar para perceber o recrudescimento do tráfico de africanos em sua fase ilegal. Tendo colocado o município de Itaguahy, especialmente a freguesia de São Francisco Xavier, como ponto de partida para compreensão dos laços que envolveram sangue, negócios e o crime mais silencioso do século XIX.

1. OS DONOS DOS BRAÇOS DE ITAGUAHY: AFRICANOS ESCRAVIZADOS E SEUS PROPRIETÁRIOS NA FREGUESIA DA VILA DE SÃO FRANCISCO XAVIER (c. 1820-1850)

"Este município é de excellentes terras que se prestão a qualquer cultura, porem, a falta de braços o faz extremamente decadente (...)." [4]

A citação acima, retirada das páginas do *Almanak Laemmert*, de 1885, destacou, em boas, palavras a importância de certos "braços" para o município de Itaguahy. O trecho descreveu um contexto de grande escassez da mão de obra escravizada, o qual foi vivenciado pelos moradores da região concomitantemente a um período de grande insalubridade durante o último quartel do século XIX (Oliveira, 2015, p. 66). Levando em consideração esta cronologia às portas da abolição, não é surpreendente para a historiografia o movimento de decadência das áreas agrícolas na Província do Rio de Janeiro. Muito pelo contrário, a ascensão e queda da escravidão no Sul Fluminense, durante os oitocentos, é uma temática amplamente investigada há algumas décadas no Brasil.

Todavia, esta pesquisa não se debruçou nem sobre tal recorte cronológico, tampouco sobre as características que circunscreveram os últimos anos da escravidão em Itaguahy. As próximas páginas tiveram por objetivo apontar para a grande participação do trabalho africano na composição desses tais "braços", destacando assim a própria lógica produtiva e os donos de tal força de trabalho, na região, ainda na primeira metade dos oitocentos. Nessa perspectiva, aspectos em torno da vinda e permanências de africanos foram pensados como partes importantes para a produtividade em Itaguahy. Esta, portanto, foi uma pesquisa sobre como um município, localizado às margens do litoral do Sul Fluminense, teria se organizado em torno da mão de obra escravizada africana durante o período da proibição do tráfico negreiro para o Império brasileiro.

A localidade que viria a ser demarcada como Itaguahy teve seu início ainda durante as doações de sesmarias na década de 1590. Contudo, foi apenas no século seguinte que a região teve sua história remontada após uma aldeia indígena – denominada inicialmente São Francisco Xavier de Itinga – ser fixada no território da antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz (Ferreira, 2016, 24). Após a criação da aldeia, os missionários da Companhia de Jesus realizaram a construção de uma Igreja e ali permaneceram até a transferência do núcleo do aldeamento para mais próximo do mar no início do século XVIII, dando surgimento à capela de São Francisco Xavier em 1729[5]. A área, posteriormente, foi elevada à freguesia em 1795 e somente se tornou vila a partir de 1818 graças a um alvará que lhe concedeu municipalidade, o qual só foi efetivado dois anos depois.

Em relação ao território, a Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy contou com mudanças no decorrer das décadas seguintes. Em 1820, seus limites geográficos compreendiam "(...) a Freguezia de Itaguahy do alto da serra para a vargem, a Freguezia de Marapicu, do rio Guandú subindo até a parte esquerda, todo o Ribeirão das Lages e a freguesia de Mangaratiba."[6]. Já em 1833, esta última freguesia foi desmembrada e, já em meados dos oitocentos, Nossa Senhora da Conceição do Bananal, São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages e a chamada freguesia da Vila – região que leva o mesmo nome do município, mas que ao longo desta pesquisa foi chamada de São Francisco Xavier – formaram definitivamente o território de Itaguahy.

---

4 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Almanak Laemmert, 1885. Seção Províncias, p. 943.

5 **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Sinopse Estatística do Município de Itaguaí, Rio de Janeiro. 1948, p. 6.

6 Ibidem, p. 6.

A área geográfica analisada ao longo das próximas páginas privilegia as conexões entre Itaguahy e outras regiões banhadas pelo oceano Atlântico na costa do Sul Fluminense. A Figura 1, abaixo, permite a identificação de localidades como o Saco da Madeira – a qual está representada ao lado direito da Ilha da Madeira. Já as demais regiões que compunham o município se encontravam mais acima, às margens do Rio Guandu, e distantes da região litorânea. A centralização destacada na costa de Itaguahy não significa um esquecimento das outras freguesias do município, as quais eram indispensáveis para a lógica e desenvolvimento político, econômico e social local. Na verdade, as produções em torno das freguesias de Conceição do Bananal e Ribeirão das Lages fazem parte do diálogo bibliográfico e metodológico da presente pesquisa, tanto quanto as ponderações encontradas sobre a localidade de São Francisco Xavier. Porém, o que se pretende é reafirmar as conexões entre as áreas litorâneas do Rio de Janeiro – em especial, a parte sul – e o tráfico negreiro em sua fase ilegal.

Figura 1 – Planta de Itaguahy na Província do Rio de Janeiro (1848).

Fonte: NIEMEYER, Conrado Jacob de; BELEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer; LOBO, Gama. Planta corographica de uma parte da província do Rio de Janeiro na qual se inclue a Imperial Fazenda de Santa Cruz. Acervo da BNDigital do Brasil, 1848.

Para atingir o objetivo de relacionar aspectos da produção e a demanda pelo trabalho africano em Itaguahy, os procedimentos oriundos da microanálise foram utilizados. O fio de ariana ou o nome, seguindo Carlo Ginzburg (1989, p. 174), foi o que guiou a investigação documental de registros paroquiais de batismo e das páginas do *Almanak Laemmert*. Dessa forma, foi possível apontar com maior precisão quem eram os indivíduos que, antes e após a aprovação da Lei de 1831, se fizeram e se mantiveram presentes como grandes fazendeiros (as), além de donos (as) de africanos escravizados. Contudo, não se tratou de assumir que

todos os proprietários presentes nas páginas do *Almanak* e que, por ventura, também tiveram seus nomes atrelados aos registros paroquiais de africanos escravizados estiveram ligados ao tráfico ilegal para Itaguahy. Mas sim de ter percebido um padrão nos registros – em especial os de batismo – e que, ao cruzar tais informações com as contidas no *Almanak*, indicaram maiores detalhes sobre quem eram os sujeitos que se tornavam donos de africanos na freguesia de São Francisco Xavier.

Tratou-se, portanto, de ter reconhecido nomes de proprietários, que tiveram recursos para atravessar esse período de clara instabilidade no suprimento de mão de obra escravizada, em um momento em que o sistema escravista estava a pleno vapor. Através de tais nomes, foi possível identificar as redes de alianças e sociabilidades que viabilizaram a reconstrução do empreendimento negreiro sob o signo da ilegalidade. Apesar da impossibilidade de levantar cada etapa do tráfico ilegal e suas conexões transatlânticas com proprietários de Itaguahy, nestas páginas, contudo, se reuniram esforços para pensar em que medida a dita freguesia fez parte de um dos maiores silêncios do Império brasileiro.

Este capítulo se lançou, primeiramente, sobre aspectos agrários e demográficos da localidade analisada, fazendo com que fosse elaborada uma compreensão de quais eram as características das tais excelentes terras, como a concentração fundiária em meados do século XIX. Ademais, aspectos em torno da posição estratégica do município em relação ao escoamento da produção e passagem de pessoas indo e vindo do Vale do Café, São Paulo e Minas Gerais também trouxeram grandes impactos no cotidiano de Itaguahy.

Os aspectos que foram apontados em torno das "excelentes terras" em Itaguahy se centralizavam no período imperial. Apesar de Itaguahy ter ganhado municipalidade durante o período de montagem do complexo cafeeiro no sul do Rio de Janeiro (Parron, 2011, p. 165), foi somente na década seguinte que seus limites geográficos se tornaram "definitivos", se assim é possível mencionar. O recorte cronológico de 1820 a 1850 se justifica pelo período em que os limites geográficos das freguesias, inclusive daquelas que foram desmembradas como a de Mangaratiba, já se encontravam estabelecidos – como, por exemplo, as três freguesias de Itaguahy – e eles permaneceram ao longo do século XIX. A escolha por tal marco cronológico facilita o encontro de informações em documentos da época como registros paroquiais, além de inventários e nas seções iniciais do *Almanak Laemmert*, permitindo uma maior comparação entre dados tanto das freguesias de Itaguahy quanto de municípios adjacentes.

Como já mencionado, tanto a Fazenda Imperial de Santa Cruz quanto o aldeamento indígena se localizaram na região que viria a ser o município de Itaguahy no século XIX. Contudo, essa não é uma linha do tempo na qual para surgir um, o anterior teve que deixar de existir. Na verdade, a cronologia apontada aqui apenas indica que foi a partir dos oitocentos que a localidade passou a abrigar um município, chamado Itaguahy, e que nele incluíam-se outras três freguesias, além da proximidade com o território da Ilha da Madeira. É importante destacar essa simultaneidade de aspectos em torno das terras em Itaguahy porque, como foi apontado mais a frente no texto, tanto as terras indígenas quanto as terras da Fazenda Imperial foram declaradas como posses de grandes fazendeiros e de donos de plantéis em Itaguahy.

Apesar de ter sido considerado extinto em meados da década de 1830, o aldeamento levantou muitos indícios de como poderiam ter se desenrolado as relações agrárias em Itaguahy. De acordo com Ana Cláudia Ferreira (2014, p. 5), no dito município, os indígenas desempenharam diversas funções desde a manutenção da ordem, no conserto de caminhos, apagando incêndios em canaviais, além de procurarem por escravos fugidos da Fazenda Imperial. Ademais, a autora destacou que, em meados dos oitocentos, alguns "índios aldeados" realizaram a declaração de suas terras na localidade denominada "Matta dos Índios" (Ferreira, 2014, p. 5). Esta medida contrariou, portanto, a comunicação feita ao Presidente da

Província pelo Juiz de Órfãos, em 1834-35, na qual afirmava que os índios que restaram na região eram velhos ou crianças e que estes não eram considerados mais aldeados.

Não somente os indígenas locais desfrutavam da posse de terras na tal "Matta", grandes proprietários do município também o fizeram. Ao analisar o Registro Paroquial de Terras, Ferreira evidenciou que diversos grandes proprietários da região como João Faustino de Santa Rita e o Barão de Itaguahy declararam possuir propriedades na mesma "Matta dos Índios" (Ferreira, 2014, p. 6). Além de ambos confrontarem suas terras com outros moradores, inclusive entre si, e com indígenas, os fazendeiros afirmaram ter comprado as terras dos nativos desta aldeia. Dessa forma, tornou-se interessante pensar que, provavelmente, africanos – sendo estes escravizados, livres ou libertos – compartilharam de suas experiências cotidianas nas roças, matas e centros urbanos com povos nativos, além de que a aquisição de tais terras pode ter sido parte fundamental para a produtividade agrícola dos proprietários locais.

Sendo assim, o ato de declarar as propriedades, e,especialmente em locais tão específicos, possibilitaram não só uma melhor percepção de quem eram aqueles sujeitos que ali moravam mas também na própria dinâmica de uso da área pelos mesmos. Além disso, a maioria das propriedades declaradas nos Registros Paroquiais de Terras foi apontada como foreiras à Fazenda Imperial de Santa Cruz. De acordo com Max Fabiano de Oliveira (2015, p. 23), essa era uma das principais características que diferenciavam a região de outros municípios fluminenses como Capivary, Iguassu e Paraíba do Sul. As contribuições de Oliveira não enfatizam apenas essa relação, mas esclarecem também as estruturas fundiárias e as dinâmicas produtivas estabelecidas em Itaguahy.

Cabe ponderar que as intenções do Barão de Itaguahy, grande fazendeiro do café e da cana-de-açúcar, tendo propriedade na "Matta dos Índios", eram distintas das dos nativos que ali conquistaram suas terras. Dessa forma, as declarações de terras, os tipos de proprietários – no sentido da dimensão de suas posses – e as descrições de tais lavouras são fundamentais para um olhar mais próximo sobre a realidade produtiva e como se caracterizou a demografia de parte dos donos de terras locais. Em uma análise comparativa entre os dados colhidos no *Almanak Laemmert* e no *Registro Paroquial de Terras*, Oliveira buscou identificar lavradores locais e as descrições de suas terras. Segundo o autor,

> Em 1850, 88% do total de propriedades listadas no *Almanak Laemmert* se dedicavam ao café. Já os que plantavam cana correspondiam a 12% do total. Já em 1855, o número de fazendeiros e lavradores de café sobe para 96%, enquanto o número de fazendeiros dedicados à cana e/ou açúcar representam aproximadamente 4%. O intervalo 1860-1865 é o primeiro ano em que não há crescimento no número de fazendeiros de café em Itaguaí, cai de 226 para 201. (...) A partir de 1875 (...) de um total de 130 propriedades que se dedicavam ao café, 108 aparecem como "fazendeiros de café e cereais", ou "fazendeiros de café e outros mantimentos" e apenas 22 estão na categoria "fazendeiros de café" (OLIVEIRA, 2015, p. 38).

Em números absolutos eram 106 propriedades dedicadas ao café em 1850 e oito ao açúcar. Ainda de acordo com o autor – em uma relação quase que inversamente proporcional –, as terras de cultivo da cana tiveram seu ponto mais baixo em 1855 e chegaram ao seu máximo em 1875 com um total de 58 propriedades em Itaguahy. Sendo assim, o referido município vivenciou grandes momentos para a cultura cafeeira, amplamente disseminada na localidade, até o seu declínio na década de 1870[7]. Foi compreensível imaginar que os motivos para tal mudança nas culturas encontradas em fazendas de Itaguahy sejam múltiplos,

7 Segundo Thiago Pessoa, além dos efeitos da Lei Eusébio de Queiroz, a Lei do Ventre Livre, em 1871, corroborou para que o fim da escravidão se tornasse um ponto real no horizonte do Império brasileiro. Eventos estes que exigiram que, principalmente, os grandes proprietários se organizassem perante o funcionamento de seus domínios. Sendo assim, os motivos para a crise na produção cafeeira de Itaguahy podem ser diversos, desde moléstias e pragas, mas certamente a incerteza perante a propriedade escravizada pode ser pensada como um deles. Cf. PESSOA, 2017, p. 465-489.

entretanto, o que se retirou para esta análise é que, até a metade do século XIX, Itaguahy viveu grandes momentos para sua produtividade cafeeira, a qual teve força – movida a partir de braços de africanos escravizados – o suficiente para impulsionar tal tendência até 1860.

Essas interpretações foram reforçadas pelo fato das décadas de 1820 e 1830 terem sido momentos de expansão da propriedade escravizada em Itaguahy. Para Ricardo Ruiz (2015, pp. 29-30), esse período foi caracterizado por preços não tão elevados diante das leis de restrições ao tráfico, as quais já estavam em vigor desde 1810[8]. Para o autor, o apogeu econômico do município ocorreu na década seguinte, em 1840, em que os preços de escravizados, terras e café aparecem com maior valorização – em uma amostragem de 1820 a 1870 – nos autos de avaliação dos inventários de Itaguahy. Dessa forma, é plausível que a estrutura fundiária local tenha sido resultado da expansão da escravidão e da alta produtividade agrícola, nos quais os proprietários viram os preços das suas "excellentes terras" alavancarem.

Contudo, a concentração fundiária em Itaguahy foi analisada a partir de parâmetros diferentes em relação a outros municípios. Max de Oliveira (2015, p. 41) afirmou que, para alguns casos, as medidas de um prazo de terra correspondiam, em São Francisco Xavier, a quatrocentas braças quadradas, já em outros lugares, os prazos poderiam equivaler a milhares de braças[9]. Para o autor, essas variações ocorriam quando prazos fugiam do padrão de dezesseis alqueires e, por isso, vinham acompanhados de especificações sobre seu tamanho, porém, quando as terras eram próximas ao dito valor, apenas o uso da categoria "prazo" era necessário (Oliveira, 2015, pp. 41-42). A importância de mencionar detalhes em torno dessas medidas agrárias é que essas características encontradas nas propriedades da freguesia da Vila de São Francisco Xavier se distanciam das outras duas freguesias do município graças, principalmente, à sua localização mais ao sul, perto do mar e por sua urbanização. Dessa forma, é possível que na referida região houvesse a presença de mais logradouros urbanos do que propriamente grandes prazos rurais.

Ademais, mesmo que grande parte das terras do município tenham sido foreiras à Fazenda Imperial, o caso em São Francisco Xavier é um pouco diferente. Max Oliveira (2015, p. 45) concluiu que a dita freguesia detinha muito menos terras foreiras se comparado às outras do município e, apesar de haver uma concentração fundiária na região, esta não se comparava aos dados obtidos no Vale do Café. Sendo assim, mesmo com uma presente participação na produção cafeeira e açucareira, sua realidade agrária ainda não se fazia semelhante aos grandes plantéis do Sul Fluminense e Oeste Paulista.

Portanto, se fez necessário uma melhor observação da distribuição fundiária de Itaguahy, sendo excluídos dados sobre a Ilha da Madeira. A Tabela 1, abaixo, foi elaborada a partir das investigações de Oliveira (2015, pp. 44-45), sendo os valores que classificam pequenas, médias e grandes propriedades, respectivamente, de 0 a 100 hectares, de 101 a 400 hectares e acima de 401 hectares[10]. O uso de tais valores como categoriais de divisão de tamanhos de propriedades se faz no intuito de estabelecer diálogos com outras obras que já observaram tais aspectos nesta mesma região e durante o mesmo período de tempo como as de Ricardo Ruiz (2015), Jessica Alves (2019) e a do próprio Max Oliveira (2015). Sendo assim, a Tabela 1 destacou dados a partir das superfícies das propriedades, em hectares, encontradas no Registro Paroquial de Terras da região como um todo. Posteriormente, aspectos específicos de cada freguesia foram apontados e uma observação comparativa pôde ser enfatizada.

---

8 Segundo Beatriz Mamigonian, a proibição de entrada de escravos no Brasil foi regulada por várias medidas tendo se iniciado com um tratado entre Portugal e Inglaterra, em 1810. O referido tratado impedia o comércio português em áreas que não fossem suas colônias e territórios, até 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. (MAMIGONIAN, 2017, p. 19).

9 Segundo Manoela Pedroza, um prazo na Fazenda de Santa Cruz correspondia a dezesseis alqueires, sendo um, alqueire equivalente, aproximadamente, a 100 braças. Cf. (PEDROZA, 2009, p. 270).

10 Cf. (CASTRO, 2009, p. 19).

Tabela 1 – Distribuição Fundiária em Itaguahy (1854-1857)

Superfícies (ha)	Declarantes Totais	%	Áreas Totais	%
1 a 50	222	66,7	3.661,7	12,4
51 a 100	46	13,8	3.520,1	12,0
101 a 400	50	15,0	10.371,6	35,2
401 a 800	11	3,3	6.205,6	21,1
801 a 1700	4	1,2	5.866,0	19,3
TOTAL	333	100,00	29.447,0	100,0

Fonte: *Registro Paroquial de Terras da Freguesia da Vila de São Francisco Xavier* – Itaguaí/RJ (1854-57) *apud* OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. Op. cit., 2015, pp. 44-45.

A partir dos dados dispostos acima, objetivou-se perceber a discrepância entre os donos de pequenas, médias e grandes propriedades. A Tabela 1 indicou que Itaguahy contou com a declaração de apenas 29.447 hectares. Foi possível notar que os donos de pequenas propriedades (1 a 100 ha) eram a maioria na região, somando um total de 80,5% dos declarantes totais, porém, contavam apenas com 24,4% das terras do município. Já para o caso das médias propriedades (101 a 400 ha), houve uma presença menor de declarantes, apenas 15% do total, porém, concentram mais que as pequenas propriedades, chegando a 35,2% do total de terras registradas. E, por fim, apenas 4,5% dos declarantes somaram 40,4% das terras de toda Itaguahy, fazendo com que as grandes propriedades (acima de 401 ha) tivessem posse de quase metade do território da região. Além disso, apenas quinze pessoas declararam participar desta categoria, portanto foi possível notar uma concentração fundiária entre os grandes fazendeiros.

O objetivo de evidenciar tais tipos de terras – especialmente os da freguesia de São Francisco Xavier – residiu na intenção de dispor maior atenção sobre determinados sujeitos que puderam atravessar o apogeu da cultura cafeeira na região, encarar seu declínio e não perder seus postos na elite local. As Tabelas 2, 3 e 4 abaixo se encarregaram dessa finalidade e apresentaram as especificidades das grandes propriedades nas freguesias de Itaguahy. Nela, empregou-se a mesma lógica da interpretação de Tâmis Parron, na qual "(...) se o comércio legal [de africanos] era regido (...) pelo padrão de demanda de pequenos proprietários, o contrabando parece ter sido (...) negócio de abastados fazendeiros produtores de café." (Parron, 2014, p. 165). Dessa forma, pequenos e médios proprietários não se enquadraram no centro desta análise, porém não cabe aqui impedir a percepção de que a capilaridade do tráfico ilegal não atingia tais grupos tampouco que não os favorecia.

As bases utilizadas para sustentar esse recorte de quais grupos de proprietários foram postos em destaque se fizeram a partir de pesquisas relacionadas à concentração de cativos em Itaguahy. Esse foi o caso das contribuições de Ricardo Ruiz (2015), o qual analisou a concentração da família escravizada na freguesia de Ribeirão das Lages. Segundo o autor, apesar da "(...) crise econômica identificada, a classe senhorial local utilizou os meios que dispunha para defender-se da conjuntura desfavorável e manter-se no controle da vida política e econômica." (Ruiz, 2015, p. 16). Sendo assim, apesar dos momentos de instabilidade em torno da lógica produtiva dos grandes proprietários, eles se mantiveram com sua posição social e dispondo de recursos para a continuidade de suas plantações, mesmo que essas tenham tido que se adequar às novas culturas como o açúcar e a policultura. Nesse cenário, os pequenos e parte dos médios proprietários viram suas escravarias retrocederem de tamanho e suas dívidas aumentarem.

Neste cenário, residiu a hipótese de que parte desta sobrevivência a uma "conjuntura desfavorável" foi viabilizada pela continuidade na importação da mão de obra africana nas décadas de 1830 e 1840, por vias ilegais, a qual permitiu que "abastados fazendeiros" da

região tivessem vivido o *boom* do café com grande concentração de mão de obra oriunda do contrabando. Ademais, com o passar das décadas, eles poderiam ter realizado a transição dos últimos escravizados ilegais para a reprodução endógena, em suas escravarias, sem grandes rupturas nas suas capacidades produtivas. As três tabelas abaixo realizaram uma divisão dos dados apontados na Tabela 1, anteriormente citada, com base nas diferentes freguesias do município. Nessa proposta, os grandes proprietários ganharam destaque e, por isso, apenas as propriedades acima de 401 hectares foram evidenciadas[11]. Acredito que essa forma mais detalhada e específica possa ter contribuído para um olhar mais direcionado sobre a concentração fundiária entre as localidades. Primeiramente, a freguesia de São Francisco Xavier, apresentada na Tabela 2 abaixo, foi a maior das três, tanto em números de área quanto em declarantes totais, além de ser onde 7% de seus declarantes dispunham de 51,5% das terras locais. Ou seja, a freguesia em questão repetiu o padrão de concentração encontrado no município, como já identificado anteriormente. Na verdade, ela pode ser pensada como o cenário que garante a Itaguahy essa característica fundiária – principalmente pelo fato de nove dos quinze grandes proprietários totais (Tabela 1) terem tido suas terras em São Francisco. Dessa forma, acredito que a manutenção da importação ilegal de africanos para Itaguahy foi decisiva para que grandes proprietários permanecessem grandes.

Tabela 2 – Concentração Fundiária de Grandes Proprietários na freguesia da Vila de São Francisco Xavier (1854-1857)

Área Total (ha)	Declarantes Totais	Superfícies (ha)	Declarantes	%	Área Concentrada	%
13.127,7	129	401 a 800	7	5,4	3770,3	28,7
		801 a 1700	2	1,6	2988,0	22,8
TOTAL		-	9	7,0	6758,3	51,5

Fonte: *Registro Paroquial de Terras da Freguesia da Vila de São Francisco Xavier* – Itaguaí/RJ (1854-57) *apud* OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. Op. cit., 2015, p. 45.

Ao segmentar ainda mais as informações sobre a concentração fundiária, tornou-se ainda mais visível as características das freguesias individualmente. A freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages, apresentada na Tabela 3, abaixo, conta com 5,5% de seus declarantes como donos de 44,1% das terras locais. Apresentou uma concentração na qual apenas cinco sujeitos possuem quase metade da área declarada. Mesmo com valores pouco menores e uma proporção de terras abaixo dos 50%, a referida freguesia repetiu o padrão encontrado em níveis gerais para o município e individualmente se aproxima bastante de São Francisco Xavier.

Tabela 3 – Concentração Fundiária de Grandes Proprietários na freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages (1854-1857)

Área Total (ha)	Declarantes Totais	Superfícies (ha)	Declarantes	%	Área Concentrada	%
10.578,5	90	401 a 800	3	3,3	1.971,1	18,6
		801 a 1700	2	2,2	2.700,0	25,5
TOTAL		-	5	5,5	4.671,1	44,1

Fonte: *Registro Paroquial de Terras da Freguesia da Vila de São Francisco Xavier* – Itaguaí/RJ (1854-57) *apud* OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. Op. cit., 2015, p. 45

11 Para melhor análise dos valores encontrados para pequenas e médias propriedades, ou seja, de 1 a 400 hectares Cf. (OLIVEIRA, 2015, pp. 44-47).

Por outro lado, Nossa Senhora da Conceição do Bananal não demonstrou uma concentração fundiária próxima de suas freguesias vizinhas. Na Tabela 4, abaixo, apesar de ter contado com uma área menor que as outras, Bananal apresentou um número elevado de declarantes totais, contudo, apenas um sujeito ou 0,9% foi apontado como declarante de 8,1% das terras locais. Pensando nas estruturas de tal freguesia, essa é uma grande exceção. Semelhante ao caso de Ruiz, as interpretações de Jessica Alves divergiram dos resultados apresentados acima e isso se deve, principalmente, à diferença de fontes e ao recorte cronológico usado[12]. De todo modo, Bananal pareceu apresentar uma concentração fundiária inferior às outras, mesmo contando com maior diversidade de foreiros à Imperial Fazenda, provavelmente esta foi uma freguesia com muitos pequenos e médios proprietários.

Tabela 4 – Concentração Fundiária de Grandes Proprietários na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (1854-1857)

Área Total (ha)	Declarantes Totais	Superfícies (ha)	Declarantes	%	Área Concentrada	%
5.740,8	114	401 a 800	1	3,3	464,2	8,1
		801 a 1700	-	-	-	-
TOTAL		-	1	0,9	464,2	8,1

Fonte: *Registro Paroquial de Terras da Freguesia da Vila de São Francisco Xavier* – Itaguaí/RJ (1854-57) *apud* OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. Op. cit., 2015, p. 44

Retomando as informações apresentadas até agora, a freguesia da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy demonstrou, ao menos durante a década de 1850, uma concentração fundiária maior do que outras áreas do município. Porém, também apresentou menos terras foreiras à Fazenda Imperial, além de não ser caracterizada pela presença de grandes prazos rurais graças, provavelmente, à sua urbanização. O que indicou que grandes proprietários poderiam ter suas terras espalhadas pelos limites da freguesia – sendo assim confrontantes com logradouros urbanos – ao invés de únicas e extensas propriedades rurais, contando ainda com a possibilidade das propriedades serem próprias, como o caso do Barão de Itaguahy, que dispunha de terras compradas diretamente dos indígenas do aldeamento.

Contudo, além das comparações entre as localidades pertencentes à Itaguahy, interessante pensar como essa realidade fundiária foi percebida se comparada aos municípios da Província do Rio de Janeiro. Não houve, nesse caso, a intenção de tentar indicar um padrão métrico que enquadre pequenos, médios e grandes proprietários em todas as amostras da Província. Compreende-se que esse esforço seria desnecessário, uma vez que tais categorias são extremamente afetadas pela realidade de cada região; por exemplo, os dados da distribuição fundiária e o tipo de cultura disposta nas propriedades (Oliveira, 2015, pp. 70-73). Entretanto, confirmo a importância de estabelecer conexões com outras leituras sobre a Província e, mesmo que de uma maneira singela, promover comparações sobre Itaguahy.

Seguindo a linha de raciocínio sobre os grandes proprietários, seguirei dando ênfase as propriedades acima dos quatrocentos hectares de superfície. Em relação à concentração fundiária de Capivary, Hebe Mattos (2009, p. 19) encontrou 15,17% dos proprietários

12 Na análise de Jessica Alves, há uma investigação sobre os inventários post-mortem de moradores da freguesia de Bananal, entre os anos de 1842 e 1889. A cronologia, por si só, já permite um agrupamento maior de informações do que os coletados no Registro Paroquial de Terras, de 1854 a 1857. Isso fez com que sujeitos já falecidos não tivessem sido incluídos nas páginas desta fonte, assim como aqueles que faleceram posteriormente ao período da fonte e que tivessem expandindo suas propriedades também não fossem contabilizados. De toda forma, a autora encontrou um total de cinco grandes proprietários (401 a 800 hectares); destes, três homens e dois mulheres. Em relação ao total, esse grupo representava 9.62% dos proprietários da freguesia. Cf. (ALVES, 2019, p. 39).

controlando 75% das grandes terras na região[13] e, em relação à Paraíba do Sul, João Fragoso (2013, p. 66) apontou que apenas 14,9% dos proprietários possuíam 67,1% das grandes terras locais[14]. Sendo assim, mesmo que mantenha uma concentração de 4,5% de proprietários para 40,4% das terras, Itaguahy não se aproximou do mesmo padrão de concentração dos ditos municípios.

Ao contrário do que mostram regiões mais próximas de Itaguahy como a Vila de Iguassu (a qual era composta por Marapicu, Jacutinga e Piedade de Iguassu), as freguesias de Bananal e de São Pedro e São Paulo se localizaram muito mais próximas de Marapicu e seu Morgado, cortadas apenas pelo rio Guandu, do que a própria freguesia da Vila de São Francisco Xavier; porém já foi possível observar uma maior proximidade nos valores da concentração fundiária. Em Iguassu, apenas 8,19% dos declarantes possuíram 51,7% das terras e, de acordo com Rubens Machado, tais valores se assemelhavam aos encontrados por Antonio Jucá (1994) para a Vila de Magé[15]. Diferentemente dos exemplos do parágrafo acima, a região vizinha à Itaguahy, Iguassu, apresentava uma proporção semelhante, na qual os grandes proprietários não ultrapassaram nem 10%, mas conseguiram concentrar metade das propriedades declaradas. Dessa forma, a concentração fundiária de Itaguahy não era similar às regiões do Vale do Café ou outras mais próximas deste no Sul Fluminense, na verdade, se aproximava dos valores encontrados em regiões próximas à Corte.

Além da concentração de terra e o crescimento na quantidade de cafeicultores na década de 1850, Itaguahy apresentou prosperidade em outros aspectos de sua economia local. Com delimitações espaciais que iam desde a Serra até a baía de Sepetiba, contando ainda com seus rios navegáveis, Guandu e Itaguahy, as terras aldeadas viram suas conexões econômicas se fortalecerem desde o início dos oitocentos. Segundo Gustavo Moreira (2005, pp. 9-10), "(...) a aquisição, em 1806, do gigantesco Engenho de Itaguaí, cuja área abrangia 101 km², pelo negociante de grosso trato Antônio Gomes Barroso, deve ter intensificado os laços econômicos entre a antiga taba e a futura Corte." A localização geográfica de Itaguahy era extremamente estratégica e beneficiou o município com o trânsito de pessoas que se destinavam a São Paulo e a Minas Gerais, além do escoamento pluvial do café que vinha com sentido à Corte e ao exterior.

Pode-se interpretar que a estrutura fundiária de Itaguahy tenha sido retrato de décadas de avanços dos setores políticos e econômicos locais. Só em 1839, Itaguahy exportava anualmente cerca de 500 mil arrobas de café para a Corte e, como destacado no *Jornal do Commercio*, era a maior vila de comércio da província fluminense, ficando atrás apenas de Iguassu[16]. Na época, o escoamento era feito através de "(...) 18 lanchas ou embarcações pequenas, que não carregão mais de 2 mil a 2.500 arrobas"[17]. Segundo a matéria lançada no jornal, as vilas de São João do Príncipe, Pirahy, Rezende e outras localizadas na fronteira paulista como Bananal tinham seu café trazido até o Trapiche do Barroso, na freguesia de São Francisco Xavier, para serem embarcados. Portanto, muito provável que os dados vistos nos Registro Paroquial de Terras foram resultado de uma região previamente aquecida pelos negócios e seus empreendimentos comerciais.

---

13 Nas análises dos *Registros Paroquiais de Terras* dos anos de 1854-57, a autora apresentou uma amostragem, em números absolutos, de 151 pequenos e médios proprietários (< 400 ha), possuindo apenas 25% das terras, enquanto 27 grandes proprietários (> 400 ha) possuíam 75% da área de Capivary.

14 Segundo João Fragoso, na Paraíba do Sul, entre 1855 e 1857, 15% dos proprietários chegaram a deter 67% das terras.

15 Para uma elucidação mais detalhada nas especificidades das declarações da Vila de Iguaçu, Cf. (SILVEIRA, 1998; MACHADO, 2013).

16 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Estatística e Commercio das Villas da Provincia do Rio de Janeiro. Jornal do Commercio (RJ), 19, 20 e 21 de maio de 1839, Edição 00113, p. 1.

17 Ibidem. p. 2.

Mesmo com uma grande movimentação nos portos na primeira metade dos oitocentos, Itaguahy já contava com um entreposto marítimo comercial desde finais do XVIII. Segundo Sônia Bayão (Viana apud Moreira, 2005, pp. 14-15), já havia porto fluvial dedicado ao envio da produção da Imperial Fazenda de Santa Cruz para o Rio de Janeiro e que, naquela época, os rios navegáveis Guandu e Itaguahy só comportavam a passagem de barcos a vela de pequeno porte, tendo sido este último dotado de uma profundidade de sete ou oito palmos na foz, o que não permitia nem o carregamento total das embarcações. O comércio marítimo se apresentava como uma característica da região antes mesmo dela se tornar o território de Itaguahy. A qual deixou os escoamentos feitos com embarcações de pouco carregamento para ser caracterizada pelo trânsito de milhares de arrobas de produtos em poucas décadas, contudo, esse processo parece ter sido um advento ocorrido já no Império brasileiro, em especial na era do contrabando.

O comendador Francisco José Cardoso, negociante de grosso trato e um dos sujeitos mais influentes em Itaguahy no oitocentos, foi um dos responsáveis pela construção e alargamento dos canais para facilitar o desaguamento da produção e a conexão com outras regiões litorâneas. Foi então em dezembro de 1836, através de decreto, que ficava autorizada uma concessão à "companhia" ou "empresário" para a construção de dois canais navegáveis em Itaguahy. Segundo Gustavo Moreira (2005, p. 14), um deles deveria ligar um porto chamado "da Viúva" à Ilha da Madeira e o outro, que se estenderia da freguesia da Vila, a qual funcionava como sede municipal, ao chamado "Porto do Casaca" ou local mais conveniente, desde que próximo à foz do rio Itaguaí. Em 1837, Cardoso foi apontado como o responsável pelas obras e se comprometeu a realizá-las em até três anos. O aspecto comercial relacionado ao escoamento de produtos agrícolas como açúcar, café e outros mantimentos pelo litoral de Itaguahy era inegável, porém a década de 1830 ocorreu o surgimento de diversas transformações internacionais, nacionais e, principalmente, às margens da costa do Rio de Janeiro.

Em 1831, com o declarado fim do tráfico internacional de africanos para todo território do Império, o que se observa é uma descentralização dos locais de entrada de africanos para as diversas praias fluminenses e do litoral brasileiro. A nova lei não foi uma mera formalidade a fim de acalmar as pressões inglesas, porém, em vista da força do empreendimento escravista, o que se pode concluir atualmente é que houve um grande acordo nacional que lançou mão de diferentes forças para que o comércio humano continuasse ocorrendo sob o manto da ilegalidade (Parron, 2014, pp. 124-125). Como veremos mais adiante, Itaguahy compartilhava águas já consagradas pelo comércio humano e o fato de negociantes se envolverem na construção e, posteriormente, na aquisição de um monopólio das vias pluviais do município pode indicar ações comerciais muito maiores do que apenas o escoamento agrícola.

De todo modo, Itaguahy se viu cada vez mais aquecida economicamente nos anos que se seguiram, ou ao menos seu porto. As obras de Cardoso garantiram a passagem de embarcações a vapor e, de acordo com Alexandra Carré e Romulo Andrade (2005, p. 107), – durante o ano financeiro de 1848-49 – atravessaram 421.102 mil arrobas pelo referido porto, ficando atrás apenas de Angra dos Reis com 617.741 mil arrobas e Mangaratiba com 908.552 mil arrobas. Em 1854, este último exportou 1 milhão de arrobas de café enquanto Itaguahy chegou à cifra de 800 mil arrobas do mesmo produto e tendo sido considerado, dois anos depois, o quinto maior porto do Rio de Janeiro logo atrás de Mangaratiba (Ruiz, 2015, p. 26). Tanto nas questões fundiárias quanto na movimentação fluvial, as semelhanças de Itaguahy e de seus vizinhos se mostraram cada vez maiores.

Portanto, o que se pôde observar foi um município que cresceu literalmente a partir do oceano Atlântico, contando com sua posição geográfica estratégica para desempenhar o papel lucrativo no comércio e na produção agrícola, além de desenvolver conexões com os municípios ao redor. Sem pretender estabelecer causalidades lineares, foi possível ponderar que o grande crescimento comercial, especialmente de São Francisco Xavier, tenha criado condições para que a produção cafeeira e açucareira na região deslanchasse durante as

décadas de 1850 e 1860, como visto anteriormente. A estrutura fundiária do município de Itaguahy, em maioria composta por pequenos e médios proprietários, representava uma localidade não tão próxima das *plantations* do Sul Fluminense, mas ainda assim indicava uma grande concentração de grandes proprietários semelhantes às regiões vizinhas.

Assim, de acordo com suas particularidades, as grandes propriedades de São Francisco Xavier se ergueram cercadas pelo porto, por seus canais fluviais e em meio às ligações com outras ilhas e localidades próximas – o que certamente aumentou o fluxo de pessoas e o comércio local; fazendo com que a concentração, somente vista em 1850, tenha sido oriunda da prosperidade da freguesia nas décadas de 1820, 1830 e 1840. Para as próximas páginas, o crescimento comercial não foi percebido apenas como resultado da ação de homens e mulheres sem rosto – ou melhor, sem nome –, tampouco àqueles exclusivamente ligados à lavoura. Dessa forma, se procurou observar as ligações entre as variadas ocupações de sujeitos na freguesia de São Francisco Xavier e as conexões com a propriedade de africanos, fazendo com que homens e mulheres traficados sejam incluídos como parte indispensável para o apogeu de 1840.

Uma vez que a vida econômica da região se baseava no trabalho escravizado, era notório que a demanda por braços e sua efetiva aquisição permitiu o crescimento das unidades produtivas locais. Nessa perspectiva, o objetivo das próximas páginas foi de apontar nomes de proprietários, especialmente os de africanos, mas não necessariamente somente os lavradores e os proprietários de terras. Isso porque, a exemplo de Francisco José Cardoso, nem todos os participantes da elite local foram interpretados como fazendeiros, fazendo com que os registros paroquiais de batismo tivessem sido fundamentais para ampliar a percepção de quem eram aqueles que, associado a grandes posições hierárquicas em Itaguahy e outras regiões, também gozaram da posse de africanos durante sua fase mais escassa.

Em uma proposta de indicar um panorama sobre o município de Itaguahy, entre os anos de 1840 e 1856, a demografia da população livre e escravizada foi colocada em destaque. Conforme consta na Tabela 5, abaixo, informações sobre a população escravizada e livre em Itaguahy, entre os anos de 1840 e 1856, foram apresentadas com a proposta de evidenciar a procura dos braços escravizados nesse período no município litorâneo. Os dados não revelaram as diferenciações entre africanos e crioulos, porém é possível observar como a amostragem de 1840 enfatizava um contingente maior de escravizados do que os outros anos, reforçando a percepção de que o apogeu produtivo de Itaguahy foi intimamente ligado com a quantidade expressiva de trabalhadores escravizados. Apenas no último ano apresentado, em 1856, as pessoas livres passam a ser predominantes na região.

Tabela 5 – População Livre e Escravizada no Município de Itaguahy (1840-1856)

Ano	Livres	%	Escravizados	%	TOTAL	%
1840	7.314	42,18	10.025	57,82	17.339	100,0
1850	7.331	45,81	8.672	54,19	16.003	100,0
1856	8.862	51,21	8.444	48,79	17.306	100,0

Fonte: Relatório da Presidência da Província do Rio de Janeiro, 1856 *apud* SALLES, Ricardo. **E o Vale Era o Escravo**. Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Torna-se mais perceptível as variações encontradas na demografia de escravizados e livres do dito município. Os dois primeiros anos de amostragem, 1840 e 1850, indicaram um cenário no qual os escravizados compunham mais da metade dos habitantes locais – o que só reforçou a ideia de uma crescente na população escravizada durante os tempos áureos de Itaguahy. Em relação a 1850, a freguesia da Vila de São Francisco Xavier apresentava um contingente populacional de 8.462 (52,9%) em relação ao total do município, tendo sido seguida por Ribeirão das Lages (24,6%) e Conceição do Bananal (22,5%) (CARRÉ;

ANDRADE, 2005, pp. 4-5). Ao desmembrar o primeiro valor, 4.171 eram livres e 4.291 eram escravizados, fazendo com que a freguesia aqui em questão apresentasse 49,5% de toda propriedade cativa de Itaguahy no referido ano. Tais valores, associados à concentração fundiária já observada, reforçaram que a freguesia mais próxima ao mar dispunha de uma maior demanda pelos braços escravizados e, certamente, uma maior possibilidade de obtê-los.

Entretanto, essa tendência não se manteve na década seguinte. A amostragem de 1856 – um ano depois de ser listada no *Almanak* a maior porcentagem de lavradores e de proprietários do café no município – indicou uma queda no contingente de escravizados, a qual pode refletiros impactos da Lei Eusébio de Queiroz, a alta mortalidade de trabalhadores nas plantações cafeeiras e até mesmo o aumento na aquisição de liberdade, inclusive nos casos de africanos livres[18]. Sendo assim, uma vez apontada a grande participação da mão de obra cativa nas décadas de crescimento comercial e agrícola em Itaguahy, restou compreender em que medida os africanos compuseram esse contingente.

Com o objetivo de perceber a presença de tais sujeitos com maior proximidade, os registros paroquiais da freguesia de São Francisco Xavier foram extremamente frutíferos. Os assentos de batismos puderam indicar a chegada dos africanos escravizados até mesmo durante o período ilegal. De acordo com Jonis Freire (2016, p. 309), os registros paroquiais "(...) além de seu caráter religioso e social, serviam como registro de posse", fazendo com que a propriedade contrabandeada ganhasse, de certa forma, um ar de legalidade e de estabilidade. Apesar de nem todo batismo se tratar de uma evidência de crime, em Itaguahy houve fortes indícios de que os livros paroquiais contavam a participação de mais do que fazendeiros na história do tráfico ilegal do município.

A seguir, foram lançadas estratégias que permitiram a observação de africanos no município de Itaguahy pós-1830. Na Tabela 6, abaixo, foram destacados apenas os assentos de africanos, ou seja, daqueles que tiveram especificamente os nomes de suas nações descritos em seus registros ou apenas a referência do local de procedência como "da Costa da África", "Africano", "de nação" e variações similares. Os livros paroquiais utilizados nesta análise têm sua cronologia iniciada na década de 1830, o que inviabilizou a observação de dados sobre anos prévios, contudo permitiram perceber se tais registros eram utilizados ou não como forma de promover uma maior segurança na propriedade de cativos ilegais. Não houve, no entanto, a intenção de realizar um mapeamento geral sobre a concentração de cativos africanos que a população detinha. Na verdade, procurou-se observar o que, com muito esforço, se fizeram calar sobre a propriedade de homens e mulheres contrabandeados.

Tabela 6 – Batismo de Africanos Escravizados na Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (1830-1850)

Década	Adultos	Inocentes	Idade Não Identificada	TOTAL
1830	2	-	1	3
1840	17[i]	-	2	19
1850	6	-	-	6
TOTAL	25	-	3	28

Fonte: Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí. Acervo PET-História UFRRJ.

18 Nos registros paroquiais de óbito de livres da freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy, aparecem ao menos cinco africanos descritos como "livres". O mesmo acontece na freguesia de Bananal, onde um africano aparece como "livre", e outros dois como "africano livre" e "africana livre". Em ambos os livros, os termos "liberto" e "forro" também aparecem, o que sugere que estes últimos apontem para aqueles que conquistaram a liberdade por meio de alforrias, enquanto o primeiro caso seja sobre categoria jurídica de "africanos livres", aqueles que se tornavam livres após serem capturados pelas forças de repressão ao tráfico ilegal. Cf. Livro 6 – Óbito de Livres (1881-1888) Itaguaí; Livro A – Óbito de Livres (1855-1878) Bananal.

Contudo, a análise a seguir, pautada nos valores dispostos acima, se fez a partir da exceção. Para a Tabela 6 acima foram considerados estes critérios analíticos: adultos são aqueles com mais de sete anos; inocentes, aqueles com menos de sete anos e/ou aqueles que tiveram a data de nascimento constada no registro de batismo e pelas contas estariam dentro da faixa-etária para receber tal nomenclatura; os de idade não identificada são aqueles que não tiveram em seus registros a data de nascimento nem referência de serem inocentes ou adultos. Como os valores da amostragem foram reduzidos em relação aos que foram apontados a seguir, foi possível pontuar individualmente o nome dos proprietários e proprietárias envolvidos nos batismos de africanos. Ademais, esse exercício permitirá uma melhor percepção de quem eram aqueles que se beneficiaram do contrabando e utilizaram dos assentos paroquiais para tal.

A exceção se encontra nos raros momentos em que africanos foram batizados e declarados como adultos, a partir de 1830. De antemão, é preciso expor que não foi possível encontrar detalhes adicionais sobre a trajetória os 28 escravizados identificados, todavia foi possível detalhar as informações dispostas nos registros paroquiais de batismo dos mesmos. Em 1830, somente três africanos foram identificados nas páginas dos documentos analisados. Isabel, Joanna e Maria foram batizadas no ano de 1836 e arroladas aos proprietários Gertrudes da Silva, Antonio José de Freitas e Manoel Martins Teixeira, respectivamente, tendo sido todos feitos pelo Vigário Antonio Dias Rello. Na década de 1840 (i), Roza foi adicionada à soma dos adultos – mesmo sem ter essa descrição em seu registro – porque foi indicada com 10 anos. A mesma era de propriedade do Tenente Domingos Carneiro de Andrade, foi batizada em 26/03/1845 e apadrinhada por Severino, o qual também era escravizado Carneiro de Andrade. Seu assento feito também por Dias Rello, descrito como "de nação". Os assentos dos adultos apresentaram o quão valioso poderia ser dispor de um registro paroquial de batismo quando os batizados eram africanos na era da ilegalidade.

A mesma procura por certa segurança na propriedade destes cativos também foi encontrada em outros casos. Em vista da urgência que devia permear a condução dos africanos ilegais em direção à garantia eclesiástica da propriedade, foi em pleno dia 25/12/1846, na Igreja Matriz de São Francisco Xavier, que cinco minas, dois angolanos, dois cabindas, um moange e um monjolo foram batizados pelo Coadjutor Francisco Rodrigues de Almeida, os quais tiveram o mesmo padrinho, Claudino, também escravizado por Antonio Jose de Oliveira Sampaio. O caso dos onze africanos, que foram arrolados como propriedades de Oliveira Sampaio, indicou com ainda maior intensidade que os registros paroquiais e, consequentemente, os clérigos tinham pleno conhecimento e participação no esquema de introdução de africanos contrabandeados em Itaguahy.

Mas os proprietários e os africanos acima citados não foram os únicos. Juntaram-se, em 1840, a Carneiro de Andrade e Oliveira Sampaio, os proprietários Joaquim Jose de Sá Freire, Marcolino Antonio, Joze[19] Francisco da Rocha, Miguel Ferreira da Paixão, José Faustino de Santa Rita e Joaquim Joze Baptista Torres. Por fim, nos anos de 1850, a quantidade de proprietários se igualou a de africanos e englobam outros sujeitos: Jose Joaquim Lacerda Novaes, Francisco Jose das Chagas, Máximo Jose de Oliveira Macedo, Francisco Jose de Andrade Novaes, Jose Moreira da Silva Rocha e os espólios de um membro da família Tavares, o qual não foi possível identificar seu primeiro nome. Mesmo que a partir de uma pequena quantidade – se comparado aos dados vistos na Tabela 5 para o período de 1840 e 1850 –, foi possível estabelecer que os africanos adultos pertenceram a conhecidos nomes locais e isso foi melhor elaborado mais a frente.

Porém, apenas o recurso metodológico de levantamento nominal dos proprietários de escravizados não se mostrou suficiente. Uma vez tendo encontrado os nomes dos proprietários que batizaram africanos durante o período ilegal, o *Almanak Laemmert* apontou

19 Ao longo desta produção será possível encontrar distintas grafias para o nome "José", respeitando a leitura das fontes e dos documentos dos quais foram retiradas.

para a presença de tais sujeitos – na maioria das vezes – em suas ocupações cotidianas e locais em Itaguahy. Foi possível encontrar Antonio José de Oliveira Sampaio, em 1849, listado como subdelegado da Freguesia da vila de São Francisco Xavier. No ano seguinte, Miguel Ferreira da Paixão aparece como eleitor da dita freguesia, e Máximo Jose de Oliveira Macedo aparece nos anos de 1851 e 1855 como, respectivamente, fiscal e mascate da região. Durante a década de 1850, os fazendeiros de café encontrados foram Domingos Carneiro de Andrade, Antonio José de Freitas, Joaquim Jose de Sá Freire, José Faustino de Santa Rita e Jose Joaquim Lacerda Novaes. Por último, já na década de 1870, Jose Moreira da Silva Rocha aparece como negociante e mesário ligado a Irmandade do S.S. Sacramento em Itaguahy[20]. Os outros nomes não mencionados foram excluídos pela quantidade de homônimos localizados durante as buscas.

De maneira inicial, o olhar para o nome dos proprietários e o cruzamento com uma fonte de cunho informativo – mas, ao mesmo tempo, bastante excludente – apresentaram uma nova perspectiva sobre quem eram aqueles batizandos africanos no segundo quartel dos oitocentos, em uma das freguesias de Itaguahy. Como dito, figuras que não desempenhavam atividades exclusivamente ligadas à lavoura foram identificadas e isso remontou a um cenário em que, muito provavelmente, a aquisição da mão de obra cara e escassa de africanos não tenha sido uma prática exclusiva dos grandes donos de *plantation*. Apesar de os batismos acima apresentados não terem sido coletivos, salvo o caso de Oliveira Sampaio, os dados compilados na Tabela 6 trazem indícios da presença de africanos adultos em Itaguahy.

Tabela 7 – Procedência dos Africanos Escravizados nos Batismos da Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (1830-1850)

Nação	1830	1840	1850	TOTAL
Não Identificada	2	5	3	10
Angola	1	2	-	3
Benguella	-	-	1	1
Cabinda	-	3	-	3
Congo	-	-	1	1
Mina	-	5	-	5
Moange	-	1	-	1
Monjollo	-	1	1	2
Moçambique	-	1	-	1
Quilimane	-	1	-	1
TOTAL	3	19	6	28

Fonte: Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí. Acervo PET-História UFRRJ.

Além do nome dos proprietários, os registros acima elucidaram – mesmo que em menor quantidade – as procedências dos africanos encontrados. A Tabela 7, acima, apresenta as nações Angola, Benguella, Cabinda, Congo, Mina, Moange, Monjollo, Moçambique e Quilimane. Além dos termos "de África" e "nação" que implicaram na não identificação das origens. A maior concentração de africanos estava no grupo dos que não tiveram sua procedência especificada. Em seguida e em ordem decrescente, vieram as nações Mina, Angola, Cabinda, Monjollo e as outras cinco apresentaram apenas um africano cada. Como esta tabela em questão reproduziu os mesmos valores da Tabela 6, previamente apresentada, as altas frequências na década de 1840 são condizentes com os da tabela anterior. Contudo, cabe apontar que foi nesse decênio especificamente que se observou a maior variedade de nações nos batismos, na qual sete das nove nações listadas se fizeram presentes.

20 **Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional)**. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1849-1870.

Apesar dos números serem baixos e não terem demonstrado, em sua totalidade, um estudo demográfico das procedências dos africanos em Itaguahy, eles indicaram ao menos uma tendência já vista em outros estudos. Segundo Jessica Alves (2019, p. 74), em sua análise dos inventários da freguesia de Bananal, as nações Congo, Cabinda, Mina e Benguella eram as procedências mais vistas nas escravarias da dita localidade. O mesmo é visto nas interpretações de Ricardo Ruiz (2015, p. 33) que encontra uma amostragem de mais de 70% de africanos da região Centro-Ocidental nos inventários de Itaguahy, enquanto os da ala Oriental e Ocidental, Moçambique e Mina, permaneciam praticamente isolados. Em ambos os autores, a maioria das procedências eram incertas, nas quais as nomenclaturas "de nação" e "africano" se fizeram muito mais presente do que as outras.

Em uma perspectiva mais ampla, esses não foram resultados distantes da realidade da Província. Durante a fase legal do comércio negreiro, no século XIX, os desembarques de navios vindos da África Central somavam 79%, enquanto os da região Oriental eram 19,5% e os Ocidentais representavam apenas 1,5% do total, conforme as interpretações de Manolo Florentino, Alexandre Ribeiro e Daniel Silva (2004, pp. 96-97). A mesma lógica também foi vista em Jonis Freire (2016, p. 297), ao apontar os desembarques em Macaé, no Norte Fluminense. Muito provavelmente tais valores, assim como os do caso de Itaguahy, se referiam aos portos de embarque dos africanos e não propriamente os locais em que nasceram, porém, ainda assim, os dados da Tabela 7 e as corroborações encontradas nos inventários do município destacaram uma tendência compartilhada não apenas pelos sujeitos traficados, mas pelas relações transatlânticas mantidas pelos traficantes.

De toda forma, os números encontrados nos assentos acima apresentaram um cenário nada compatível com o apogeu de um município dependente da mão de obra escravizada. Em um olhar mais superficial, se poderia até perceber a freguesia enquanto dependente exclusivamente da reprodução endógena durante seus tempos áureos, o que explicaria os singelos 25 africanos adultos batizados em um período de quase trinta anos! Entretanto foi necessário duvidar até mesmo das fontes para encontrar o que não era para ser visto.

Por isso, se fez necessário elaborar, a partir de outro viés metodológico, a compreensão de dados do mesmo período, fazendo com que a tabela abaixo apresentasse outro cenário. A seguir, foram contabilizados apenas os sujeitos que não contavam em seu assento com algum tipo de local de procedência ou naturalidade. Sendo assim, "crioulos" e as variações de nomenclaturas usadas para se referir a africanos como já mencionadas acima foram descartadas. Diferentemente da Tabela 6, as informações abaixo objetivaram evidenciar a alta frequência de batismos de adultos nos anos de proibição do tráfico ilegal. Os valores dos batismos de inocentes escravizados se mostram extremamente superiores aos de adultos, o que não é uma cifra ruim, afinal pôde demonstrar o crescimento de famílias escravizadas na região. Contudo, é a discrepância entre os valores na coluna de "adultos" que cria um destaque para a não identificação da naturalidade dos cativos, fazendo inclusive soar como se fosse intencional.

Tabela 8 – Batismo de Adultos e Inocentes Escravizados na Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (1832-1859)

Década	Adultos	%	Inocentes	%	Idade N. I.	%	TOTAL	%
1830	183	20,07	676	74,12	53	5,81	912	100,0
1840	312	20,17	1050	67,87	185	11,96	1.547	100,0
1850	37	5,39	551	80,20	99	14,41	687ii	100,0
TOTAL	532	16,91	2.277	72,38	337	10,71	3.146	100,0

Fonte: Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí. Acervo PET-História UFRRJ.

Nessa perspectiva, os números se tornaram mais expressivos. As mesmas considerações da Tabela 6 em relação às categorias analíticas também valem para a Tabela 8, salvo que foi excluído um assento, que indicava "inocente e adulto" ao mesmo tempo, na década de 1840 (ii). Apesar de parecer contraditório buscar por africanos contrabandeados sem observá-los diretamente, foi preciso cautela no manejo das fontes paroquiais, uma vez que esse grupo documental não expressava apenas os falecimentos, matrimônios e a concessão das bênçãos católicas aos indivíduos, mas contemplava as dinâmicas sociais de determinada localidade (Bassanezi, 2009, p. 143). Enquanto Jonis Freire (2016) indicou o uso de tais documentos como uma forma de asseguridade à posse de cativos contrabandeados, Sidney Chalhoub (2012, p. 49) apontou para a prática corriqueira de construção de falsas provas, por meio de registros de óbito para, justamente, encobrir a venda de africanos oriundos do tráfico ilegal. Tendo em vista tais preocupações, a Tabela 8 se construiu de maneira a não repetir os dados da Tabela 6, o que ocasionaria uma falsa interpretação dos números e geraria um acúmulo de variáveis que tirariam o foco da análise: o destaque de sujeitos que, por sua origem, não poderiam ter entrado no Império. Portanto, a metodologia não recorreu apenas ao nome, mas também aos batismos coletivos, as frequências de aparições de proprietários e de autoridades eclesiásticas, assim como a ausência de informações como pai, mãe e legitimidade do batizado nos registros.

Em toda amostragem, o número de inocentes foi superior ao de adultos e daqueles que não tiveram sua idade informada. Na década de 1830, eles representaram 74,1% do total, enquanto os adultos, 20,1%, e os sem idade identificada, apenas 5,8%. Nos dez anos seguintes, houve um aumento no contingente dos grupos, mas a tendência se manteve e os valores ficaram, respectivamente, em 67,9%, 20,2%, 11,9%. Por último, na década de 1850, ficaram em 80,2%, 5,4% e 14,4%. Notou-se que não se tratava apenas de um aumento de cativos que foram introduzidos nos dogmas da Igreja Católica, mas também de um crescimento de senhores e senhoras de escravizados. De acordo com as ponderações de Ricardo Ruiz (2015, pp. 35-37), as décadas de 1830, 1840 e 1850 demonstraram um aumento da participação da mão de obra crioula nos plantéis de Itaguahy, principalmente em vista dos altos preços dos africanos na era do contrabando. Sendo assim, a exorbitante quantidade – dentro da análise geral dos trinta anos – de assentos de batismo de inocentes (72,4%) pôde indicar a reprodução endógena como a tentativa de pequenos, médios e grandes proprietários para enfrentar a escassez da mão de obra africana no mercado de cativos.

Portanto, mesmo que a segunda metade do século XIX tenha sido um período de estagnação e retração nas unidades produtivas em Itaguahy – como já visto previamente –, os registros paroquiais de batismo apresentaram novas estratégias de manutenção do cativeiro. Justamente pelas outras dinâmicas locais explicitadas através dessa fonte documental, tornou-se mais elaborada a proposta de perceber indícios do tráfico ilegal de africanos para a região. As distinções entre os batismos de adultos e inocentes foram observadas com maior proximidade e, no caso dos registros desses últimos, foi possível notar que a presença de seus proprietários não se fazia de maneira direta, em lugar disso, através de seus pais.

Em outras palavras, os registros de batismos de inocentes indicavam a propriedade arrolando o nome do pai, da mãe ou de ambos a um senhor ou senhora e não propriamente o do batizado. Tais características fizeram com que até mesmo a quantidade de proprietários, em primeiro momento, fosse distorcida. Em 1830, apenas quinze registros de inocentes contaram com a propriedade ligada diretamente ao batizado e, nesses casos, não foi indicado quem eram os proprietários de seus pais. Em contrapartida, 632 proprietários forram arrolados às mães dos 676 inocentes. Ao se observar a propriedade relacionada aos pais dos batizados, apenas 280 proprietários foram encontrados. Na década seguinte não foi diferente, dos 1.050 batismos, somente dezoito registros apresentaram o nome do proprietário diretamente ligado ao inocente. Por outro lado, 991 assentos continham a indicação dos donos e donas de suas

respectivas mães e 253 de seus pais. E, por fim, no decênio de 1850, dos 551 inocentes, 64 registros continham menção direta ao proprietário, porém, em relação à propriedade da mãe somam-se 488 e 101 nomes de senhores foram encontrados, ligados à posse dos pais. Dessa forma, conclui-se que, mais do que casos isolados, esta deve ter sido a forma de escrita e elaboração dos registros paroquiais de batismo de escravizados no município.

Para evitar erros interpretativos, foi necessário afirmar que não se tratou dos registros apresentarem exclusivamente o nome dos progenitores. Na verdade, o que ocorreu foi que nos casos de crianças legítimas – ou seja, aquelas que foram frutos de relacionamentos reconhecidos pela Igreja e pelo proprietário –, o nome do pai se fez, na maioria das vezes, presente. Todavia, nos registros dos inocentes tidos como naturais – que nasceram a partir de uma união não reconhecida pelas mesmas figuras ou pelo não reconhecimento da paternidade – a presença dos pais e, consequentemente, de seus proprietários caiu drasticamente se comparado com a frequência da mãe[21]. Sendo assim, foi possível observar que mais do que uma coincidência, em Itaguahy havia a prática de informar a posse de recém-nascidos e de crianças, por intermédio das relações de propriedade de seus pais, em especial, de suas mães.

Tendo compreensão das dinâmicas e entrelaçamentos sociais expressos através dos batismos, acredito que tais registros eram elaborados dessa maneira por evidenciarem as relações já pré-existentes entre cativos, proprietários e seus descendentes. Essa sutileza na disposição das informações nos registros paroquiais de batismo demonstra, na verdade, a formação do elo senhorial dos novos "donos" e "donas" com os frutos da reprodução endógena local (Farinatti, 2011, p. 14). Entretanto, o mesmo não ocorre no batismo de adultos.

Ainda tendo em mente que deixavam de ser inocentes, no século XIX, aqueles acima dos sete anos – cabendo variações, mas sem grandes distanciamentos dessa faixa etária –, quase nenhum dos adultos teve vínculo familiar apontado. Retomando o cenário da década de 1830, dos 183 adultos batizados, nenhuma informação sobre pais ou mães foi indicada, somente padrinhos e madrinhas, sendo quase todos – salvo três sujeitos libertos – escravizados. Ao mesmo passo que 181 registros tiveram proprietários arrolados diretamente aos batizados. Situação semelhante ocorreu nos anos de 1840, nos quais dos 312 totais, somente um sujeito teve suas relações de parentesco indicadas, além das de apadrinhamento e dos 307 proprietários apontados. No decênio seguinte, dos 37 adultos batizados, 34 possuíam o nome de seus proprietários e, novamente, somente informações sobre padrinhos e madrinhas foram localizadas. Em vista das diferenças nos registros de adultos e inocentes, parece que a ausência de informações representava, na verdade, a construção da primeira documentação de tais adultos no sistema de socialização construído pela Igreja no Brasil oitocentista.

A análise dos que não tiveram a idade informada não fugiu muito das tendências já observadas nos grupos de "inocentes" e de "adultos". Diferentemente dos outros dois casos, esse grupo em particular apresentou muito mais registros com informações "completas", nas quais mãe e indicação direta de propriedade ao batizado foram encontradas, além dos padrinhos, madrinhas e, em alguns casos, os pais. Contudo, a prioridade de análise segue a partir das relações de posse estabelecidas através da mãe.

Cada vez torna-se mais nítido o papel da mãe na composição do registro de batismo do escravizado. Em 1830, dos 53 registros, oito identificam as mães e, destes, apenas cinco apontam os proprietários relacionados aos batizados de forma direta e há quatro que indicam o nascimento natural dos mesmos. Os 45 registros restantes mencionaram apenas os nomes dos proprietários sem intermédio da figura materna, além de padrinhos e madrinhas. Já em 1840, de um total de 185 registros, 74 contêm menção à mãe e, destes, dezoito contaram

21 A escolha por identificar os proprietários da mãe se faz para evitar a perda de dados, uma vez que, caso o nascido não fosse legítimo, o nome do pai, assim como outras informações referentes a ele, não seriam apontadas.

com os nomes dos proprietários diretamente ligados aos batizados, além dos 23 legítimos e 45 naturais. Os outros 111 registros restantes se reservaram a referenciar apenas os donos dos cativos batizados e seus padrinhos e madrinhas. E, por fim, na década de 1850, esse mesmo grupo totalizava 99 registros, no qual apenas 28 contam com referência direta ao proprietário, sendo que oito destes assentos aparecem com menção à mãe também. Dos outros 71 restantes, apenas 67 tinham menção às mães e aos seus 65 proprietários indicados. Em toda amostragem, do referido período, apenas um foi identificado como natural.

Em suma, foi observado que há algumas distinções na construção dos assentos de batismos de inocentes e adultos tanto daqueles que suspeito serem africanos e de crioulos. O caso daqueles que não tiveram sua idade mencionada não significa que o pároco, os pais ou o proprietário não sabiam a real idade do batizado, mas que, por algum motivo, não foi mencionado no livro paroquial. Este último grupo, na verdade, só reforça o padrão de diferença observado nos dois primeiros grupos, nos quais os inocentes são vinculados a um senhor ou uma senhora por intermédio de seus pais; especialmente, sua mãe. Enquanto os adultos não contaram com nenhum indício de relacionamento senão seus proprietários, seus padrinhos e madrinhas – os quais muitas das vezes foram repetidos no caso dos batismos coletivos que foram abordados a seguir. No caso dos sem idade identificada, ora alguns registros tenderam para características iguais as dos adultos ora as dos inocentes, o que pode remontar que, mesmo sem ter como confirmar a idade de tais indivíduos, certamente este grupo foi composto – em maioria – por adultos, já que a maioria dos assentos contava com a presença exclusiva de proprietários e padrinhos.

Como já enfatizado, os registros paroquiais de batismos de adultos aparentaram uma elaboração inaugural do sujeito nas dinâmicas religiosas do Império brasileiro. Dizendo de outra maneira, pareceu que este o primeiro documento que tais adultos tiveram no Brasil, uma vez que suas informações de parentesco são inexistentes – em massa –, assim como a individualidade dos apadrinhamentos foi quebrada, já que dá lugar aos batismos coletivos, o que sugeriu uma falta de escolha pessoal para os ocupantes de tal posição. Tendo em vista que a introdução do cativo – africano – no mundo eclesiástico era também sua introdução no contexto, códigos e linguagens do século XIX, acredito que boa parte de tais homens e mulheres são indícios de que o tráfico negreiro ilegal abasteceu Itaguahy em peso durante seus tempos áureos.

Além desses aspectos, a frequência com que eram realizados os batismos também era uma variável a ser considerada. Não se tratou apenas da repetição dos nomes dos proprietários nos assentos paroquiais, mas sim do volume de batismos realizados no mesmo dia, os quais podem indicar uma urgência na introdução de tais sujeitos na região, sob um aspecto legal (Páres, 2017, pp. 13-49; Ramos, 2004, pp. 41-68). Certamente, não afirmamos que todos os batismos coletivos representam vestígios do tráfico negreiro, mas o envolvimento de certos atores associados aos apontamentos vistos acima permitiram ponderar sobre o que tais registros poderiam estar representando: assegurar a propriedade de centenas de sujeitos, sem familiares reconhecidos pela Igreja Católica, a algumas dezenas de senhores e senhoras.

A fim de observar melhor os batismos coletivos, novas análises foram realizadas sobre dois grupos. Os adultos e os sem idade identificada foram os que mais tiveram batismos coletivos – ou seja, aqueles em que um único proprietário batizou mais de um sujeito no mesmo dia – do que os inocentes. Por isso, as Tabelas 9 a 14 se encarregam de compilar apenas uma variável muito específica dos registros de adultos e dos sem idades identificadas na freguesia de São Francisco Xavier: os proprietários ligados diretamente a batismos coletivos de três ou mais escravizados. Esse fatiamento da fonte se fez necessário para que, mais uma vez, se reduzisse a escala de observação e que proprietários com maior número de batismos coletivos fossem priorizados, dando destaque assim não apenas para aqueles que esporadicamente batizaram adultos, mas sim para aqueles que fizeram essa prática com certa proeminência.

Tabela 9 – Número de Batismos Coletivos de Adultos Realizados na Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (década de 1830)

Nomes dos Proprietários	Nº de Batismos Coletivos	Nº de Batizados
Caetano Moreira da Silva	1	3
Domingos Carneiro de Andrade	1	4
Francisco Xavier Teixeira	1	6
Joaquim José Baptista Torres	2	12
Joze Ribeiro	1	3
Luiz Antonio de Marins	1	4
Luiz Barbosa de Sá Freire	1	15
Manoel da Cunha	1	13
Manoel Vieira de Aguiar	1	3
Maximiniano de Almeida	1	3

Fonte: Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí. Acervo PET-História UFRRJ.

Alguns proprietários realizaram batismos individuais ou em duplas. Contudo, se fossem contabilizados todos os batismos dos proprietários listados acima, a proposta da análise se perderia. Por isso, as Tabelas 9 a 14 não demonstraram todos os batismos em que os proprietários são diretamente ligados aos batizados. Pelo contrário, elas evidenciaram apenas aqueles que se utilizaram dessa prática eclesiástica e, como foi apontado, ela era bem restrita.

Novos cruzamentos a partir dos dados citados também foram feitos. As informações encontradas no *Almanak* são referentes a partir da década de 1840, em especial, da sua segunda metade. Por isso, os proprietários das décadas de 1830 não contavam com uma descrição de suas atividades cotidianas ou de algumas delas concomitantemente aos seus batismos. Por exemplo, Caetano Moreira da Silva realizou apenas um batismo em que três cativos foram batizados e, dez anos depois, foi listado no *Almanak* como negociante e dono do Brigue-Escuna "Flôr de Itaguahy" com Joaquim José Moreira, o qual provavelmente mantinha alguma relação de parentesco em virtude do mesmo sobrenome.

Estes proprietários não foram os únicos. O Tenente e fazendeiro do café Domingos Carneiro de Andrade reaparece ao realizar, em 1837 – sete anos antes do batismo da africana de dez anos, mencionada na Tabela 6 –, o batismo coletivo de 4 cativos. Se o proprietário seguiu suas próprias práticas, era possível que esses últimos escravizados também sejam oriundos do tráfico ilegal assim como Roza. No ramo político, Francisco Xavier Teixeira apareceu no *Almanak*, em 1840, como vereador na Câmera Municipal de Itaguahy e Manoel Vieira de Aguiar apareceu como subdelegado e juiz de paz da freguesia de Santa Anna em Itacurussá. No ramo da cafeicultura, nos anos 1850, havia os nomes de Luiz Antonio Marins e de Luiz Barbosa de Sá Freire, sendo este último também eleitor e substituto do Juiz Municipal de Itaguahy. Infelizmente, não foi possível precisar as informações sobre Joaquim Baptista Torres, Manoel da Cunha, Maximiniano de Almeida e Joze Ribeiro.

A nova aparição de Carneiro de Andrade, em registros coletivos de adultos, pôde indicar que a Roza não foi a primeira africana ilegalmente reduzida à escravidão pelo então Tenente. A presença de outros sujeitos envolvidos na vida política de Itaguahy e Itacurussá também demonstrou que as confluências entre as áreas banhadas pelas águas negreiras do Sul Fluminense eram mais profundas do que se parece, além do fato de que as posições de subdelegado, juiz de paz, vereadores, juiz municipal e da força militar eram de grande peso no que tange a subverter a lei. Sendo assim, os mesmos exercícios realizados até aqui –

diante da interpretação dos batismos coletivos de 1830 – foram refeitos para as duas décadas seguintes com a intenção de perceber que os donos e donas estabeleciam, de fato, alianças em torno do propósito de tornar a introdução da mão de obra africana possível mesmo ao arrepio da lei. Por isso, não se tratou de perceber apenas os megaproprietários – mas certamente eles também têm sua participação –, mas também de outros sujeitos, posições e ocupações cotidianas que fizeram o tráfico em Itaguahy funcionar.

A presença de proprietários realizando esse tipo coletivo de batismo em adultos aumenta. Se na Tabela 9 esse valor era de apenas dez, na Tabela 10, abaixo, foi possível notar que há um salto para quinze. A frequência com que os batismos coletivos foram feitos também mudou, mesmo que de forma singela, enquanto o número de batizados aumentou significativamente.

Tabela 10 – Número de Batismos Coletivos de Adultos Realizados na Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (década de 1840)

Nomes dos Proprietários	Nº de Batismos Coletivos	Nº de Batizados
Antonio Alves de Oliveira	1	5
Antonio Dias Pavão	3	14
Antonio de Oliveira Ribeiro Maia	2	20
Antonio José Tavares	1	3
Caetano Jose da Silva	1	3
Carlos Dantas de Sá Freire	1	9
Francisco Bazilio Teixeira Pires	1	3
Francisco José Cardoso	2	11
João Bazilio Teixeira Pires	1	3
João Jose Moreira	1	4
Joaquim Baptista Torres	1	4
Laureano Nunes de Araujo	1	3
Lizardo Antonio de Oliveira	1	5
Mathildes Roza Dias de Araujo	1	4
Raymundo Gomes de Noronha	2	7

Fonte: Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí. Acervo PET-História UFRRJ.

A investigação por pequenos fragmentos das trajetórias dos nomes apontados acima continua. Antonio Alves de Oliveira foi apontado como eleitor, em 1851, em São Francisco Xavier e, no mesmo ano, aparece o nome "Antonio Alves de Oliveira Lima" como fazendeiro de café da região de Bananal. Não era incomum a ideia de um proprietário localizado em uma região ser eleitor em outra, inclusive como foi posto a frente, foi uma das estratégias utilizadas por Antonio Dias Pavão, em meados do XIX, ao se mudar para a Corte, se tornando eleitor de Engenho Velho e proprietário em Itaguahy. Contudo, pelo acréscimo do último sobrenome que não constava nos registros paroquiais não há certeza de ser a mesma pessoa.

Segue-se com a proposta de que ele permaneceu em Itaguahy nos tempos áureos do tráfico ilegal. Porém, antes de conquistar o primeiro de seus títulos de nobreza, Dias Pavão era negociante, tendo sido listado no *Almanak dos Negociantes*, em 1829, como capitão e localizado na região do Curral Falso.[22] A partir de 1845, também foi indicado como proprietário de duas

22 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Almanak dos Negociantes do Império do Brasil (RJ), 1829, Edição 00002 (1), p. 286.

embarcações: Patacho Fluminense e a Sumaca Bella Virginia. [23]Em 1850, apareceu como fazendeiro com cultura de cana e, no ano seguinte, já era Barão de Itaguahy e só apareceu como fazendeiro do café em São Francisco Xavier, em 1854. Assim como Pavão, Antonio de Oliveira Ribeiro Maia iniciou a metade do século XIX como fazendeiro com cultura de cana, em Ribeirão das Lages, e, no ano seguinte, passou a ser fazendeiro do café em São Francisco Xavier.[24] Outros fazendeiros do café eram Francisco e João Bazilio Teixeira Pires, membros de uma família influente na região, e Raymundo Gomes de Noronha.[25] A permanência dos donos de escravizados – desde o batismo de cativos em 1840 até as aparições no *Almanak* nas décadas seguintes – pode indicar o desempenho satisfatório dos empreendimentos agrícolas dos mesmos.

Porém, estes não estavam sozinhos nem em quantidade – como já visto –, tampouco em grandes nomes locais. Outro nome já mencionado anteriormente foi o de Francisco José Cardoso, negociante detentor de armazéns de secos e molhados, serrarias e responsável pelas obras nos canais fluviais de Itaguahy. Antonio José Tavares também estava ligado ao escoamento da produção, era dono de uma propriedade denominada "Itaguahy" e seu trapiche, além de ser fazendeiro do café. O que se delimita, portanto, foi que a década de 1840 contou com importantes figuras de Itaguahy realizando batismos coletivos de escravizados.

Homônimos acabaram por inviabilizar a identificação de certos proprietários, no entanto, sem prejuízos ao raciocínio previamente estabelecido. Por exemplo, nas buscas no *Almanak* foi possível encontrar o Tenente-Coronel "Caetano Jose da Silva Santiago", do 12º corpo de cavalaria da Província e localizado em Itaguahy. Assim como "Caetano Jose da Silva Santiago Júnior", o qual se imagina ser filho deste primeiro.[26] Contudo, não foi possível identificar se havia ou não ausência de um último sobrenome ao "Caetano Jose da Silva" encontrado nos registros de batismos. Ao contrário de "Carlos Dantas de Sá Freire", "João Jose Moreira Lizardo Antonio de Oliveira", "Laureano Nunes de Araujo" e "Mathildes Roza Dias de Araujo", os quais não foram localizados nas buscas no *Almanak Laemmert*.

A falta de alguns nomes também impossibilitou a realização de certos cruzamentos. Apesar de cinco proprietários não terem sido localizados, além da incerteza no caso de Caetano José da Silva, foi possível constatar uma maior presença de negociantes e fazendeiros de Itaguahy nas amostragens dos adultos de 1840. Essa interpretação se pauta no fato de que os maiores números de batismos foram feitos por fazendeiros – Ribeiro Maia, com vinte cativos, e Dias Pavão, com quatorze – e por um negociante de tamanho poder local que não permitia que nada entrasse ou saísse do Porto de Itaguahy sem sua ciência –; Cardoso e seus onze cativos.[27] Sendo assim, este cenário apresentou a mudança do perfil de quem eram aqueles que ainda poderiam custear a mão de obra africana depois de uma década de ilegalidade.

Já na década de 1850, o número de batismos coletivos de adultos caiu drasticamente, de modo que apenas três proprietários foram apontados. De acordo com a Tabela 11 abaixo, Manoel Simão Gonçalves aparece como fazendeiro de café durante toda a década da amostragem. Similar acontece com Manoel Pereira Fonseca, que também foi encontrado como fazendeiro do café e boticário em Itaguahy, é possível que também se trate de um

23 No mesmo período, o nome "Antonio Dias Pavão" foi indicado como parte da administração da Ordem Terceira de Nossa do Monte do Carmo, em que a "Praia do Peixe, 41" foi dada como sua localização. Não foi possível identificar se este era um homônimo ou se era mesmo o futuro nobre. Caso seja esta última possibilidade, as relações de Pavão com a Corte e, principalmente, com a Praça Mercantil do Rio de Janeiro, se mostram antigas e intensas.

24 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Almanak Laemmert, 1850, Edição 00007, p. 572 e 1851, Edição 00008, p. 564.

25 Ibidem. Almanak Laemmert, 1850, Edição 00007, p. 572.

26 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Almanak Laemmert, 1850, Edição 00007, p. 734.

27 Ibidem. Almanak Laemmert, 1848, Edição 00005, p. 718

homônimo. Na esfera política, a partir de 1853, Quirino Lourenço Castelo-Branco foi vereador da Câmara de Municipal de Itaguahy e substituto do cargo de juiz municipal.[28] Muito provavelmente, os impactos do fim do tráfico transatlântico se tornaram aparentes também nas folhas eclesiásticas.

Tabela 11 – Número de Batismos Coletivos de Adultos Realizados na Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (década de 1850)

Nomes dos Proprietários	Nº de Batismos Coletivos	Nº de Batizados
Manoel Pereira Fonseca	1	4
Manoel Simão Gonçalves	1	3
Quirino Lourenço Castelo-Branco	1	3

Fonte: Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí. Acervo PET-História UFRRJ.

Como visto acima, o cruzamentos realizados a partir dos nomes de proprietários permitiram que fosse acessado com maior proximidade quem eram essas figuras e que lugares ocupavam em sua vida cotidiana tanto no município de Itaguahy quanto fora dele. De toda forma, foi possível identificar diversos atores envolvidos na vida política, administrativa e agrária da região, tendendo a perceber que o batismo coletivo de adultos não era uma procura exclusiva daqueles no mundo da lavoura.

De modo geral, os batismos coletivos se mostraram bem menos frequentes se comparados com os batismos duplos e individuais, que totalizaram os mais de três mil assentos analisados. A vastidão com que os batismos individuais e duplos eram feitos demonstra que São Francisco Xavier, no período entre 1830 e 1850, não contava com uma procura constante por esse tipo de batismo, tampouco com os mesmos proprietários. O que não invalida a hipótese de que os batismos de adultos e parte daqueles de idade não identificada não fossem indicativos da criação da primeira documentação eclesiástica dos batizados. Muito pelo contrário, demonstra que, na verdade, foram os batismos duplos e individuais que caracterizavam cerimônia dos mais de quinhentos adultos apontados na amostragem geral.

Inclusive podendo significar que aqueles que realizavam os batismos coletivos e, especialmente, os com maiores números de cativos eram os que destoavam do padrão visto nas documentações batismais. Decerto, o que coube investigar foi por que estes últimos se diferenciavam e quais eram as necessidades de inserir tantos adultos – de uma só vez – sob a legalidade e o domínio cristão. Ademais, uma vez que foi apontada a similaridade dos casos entre os grupos dos "adultos" e dos "sem idade identificada", cabe realizar uma observação daqueles que promoviam os batismos coletivos para estes últimos.

Uma nova comparação com dados desta última categoria foi feita. Nesse sentido, as Tabelas 12, 13 e 14, abaixo, exploram os batismos coletivos durante o mesmo período analisado previamente. Diferentemente das três tabelas anteriores, as próximas apresentam valores maiores em relação ao número de batizados, mas mantém uma frequência inferior de repetições dos batismos coletivos. Além disso, novos nomes de proprietários são encontrados, enquanto alguns outros se repetem. De todo modo, os batismos coletivos daqueles que não tiveram a idade informada apresentam, assim como os adultos, uma variação de ocupações e das atuações locais dos proprietários e proprietárias listados.

28 Ibidem. Almanak Laemmert, 1863, Edição 00020, p. 661.

Tabela 12 – Número de Batismos Coletivos de Indivíduos Sem Idade Identificada Realizados na Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (década de 1830)

Nomes dos Proprietários	Nº de Batismos Coletivos	Nº de Batizados
Antonio Danemberg	1	7
Caetano Dias Moreira	1	15
Caetano Moreira da Silva	1	4
Joaquim Garcia	1	4
Joaquim José de Sá Freire	1	7
Manoel Pereira Belem	1	6

Fonte: Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí. Acervo PET-História UFRRJ.

É importante observar a discrepância de valores em relação a alguns sujeitos. Uma nova reaparição muito similar a de Carneiro de Andrade, foi a do fazendeiro de café Joaquim José de Sá Freire.[29] Em 1838, este último aparece batizando sete cativos em um único batismo e todos tendo o mesmo padrinho, pode demonstrar uma prática que só seria percebida como arrolada a um africano em 1840.[30] Dois anos depois, Sá Freire foi encontrado como proprietário de Jozé, também sem idade mencionada, em um registro individual de batismo. Ambos os assentos foram feitos pelo Vigário Antonio Dias Rello, o que aponta para proprietários locais que muito provavelmente já estavam familiarizados com a lógica da introdução de mão de obra ilegal na região e, para isso, contavam com a participação dos eclesiásticos para a emissão de documentos.

Novas repetições foram localizadas.. Caetano Moreira da Silva também aparece novamente nos registros. Em 1830, conforme visto na Tabela 9, o negociante batizou três adultos de uma vez e agora quatro cativos sem identificação da idade. Já Antonio Danemberg, em sua primeira aparição, num único dia de 1838, batizou sete cativos e exatamente dez anos depois se tornaria vereador na Câmara Municipal, no ano seguinte, negociante e eleitor de Itaguahy, em meados da década de 1850.[31] Consta nos registros que, em meados da década seguinte, Manoel Pereira Belem se tornou fazendeiro do café e lavrador.[32] Entretanto, mesmo com sua proeminência tendo realizado o batismo de mais de uma dezena de cativos de uma só vez, não foram encontradas informações sobre Caetano Dias Moreira no *Almanak Laemmert*. Da mesma forma, não foi possível assegurar a ocupação de Joaquim Garcia em vista das variações de nomes similares ao dele nas proximidades do município de Itaguahy.

Tabela 13 – Número de Batismos Coletivos de Indivíduos Sem Idade Identificada, Realizados na Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (década de 1840)

Nomes dos Proprietários	Nº de Batismos Coletivos	Nº de Batizados
Anna Rosa Roberta de Vasconcellos	1	5
Antonio de Oliveira Ribeiro Maia	1	3
Antonio Dias Pavão	1	4
Caetano José da Silva S. Tiago	1	8
Domingos Alves de Oliveira	1	3

29 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital**). Almanak Laemmert, 1850, Edição 00007, p. 572.

30 **Acervo PET-História (UFRRJ)**. Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí.

31 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Almanak Laemmert, 1848, Edição 00005, p. 718.

32 Ibidem. Almanak Laemmert, 1856, Edição 00013, p. 839.

Francisco de Paula Duarte	1	22
João Antonio Leite de Araujo	1	3
Joaquim Antonio de Oliveira	1	10
Luiz Barbosa de Sá Freire	2	13
Luiz José de Freitas Braga	1	4
Manoel da Cunha	1	11
Manoel Luiz de Oliveira	1	6
Roberto Coats	1	13

Fonte: Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí. Acervo PET-História UFRRJ.

Seguindo a tendência já vista, a década seguinte apresenta números similares de proprietários. A presença de D. Anna Rosa Roberta de Vasconcellos, falecida em 1848, poderia se perder dentre os outros números de batismos coletivos da época, os quais chegaram à casa das dezenas. Contudo, foram as redes familiares da proprietária que demonstraram uma maior proeminência. Casada com Luiz José de Sá Freire, Anna Rosa foi mãe de Joaquim José de Sá Freire, Luiz Barbosa de Sá Freire e Carlos Dantas de Sá Freire, sem contar os outros sete filhos, que não foram encontrados nas fontes paroquiais (Figueredo, 2021, p. 52). Ao colocar em perspectiva todas as aparições, o núcleo familiar Sá Freire-Vasconcellos realizou o batismo de 49 sujeitos em seis momentos diferentes, ao longo dos anos 1830 e 1840[33],Sem incluir o africano batizado por Joaquim nesta última década.

O exame dos documentos nos revelou que este não era o único núcleo familiar a utilizar os registros com tamanha recorrência. O mesmo ocorre com Antonio Dias Pavão, que aparece nos registros de batismos coletivos acompanhado de seu sogro, Francisco Bazilio Teixeira Pires, e de seu cunhado, João Bazilio Teixeira Pires. Na mesma quantidade de batismos da família anterior, o núcleo familiar Pavão-Bazilio batizou 24 sujeitos, tendo sido somente Antonio Dias Pavão responsável por dezoito destes! Essas duas grandes famílias apresentam os aspectos relacionais, que estavam por trás dos batismos de possíveis africanos em Itaguahy, o que demonstra que os laços consanguíneos representavam alguma importância para a manutenção dos negócios – fossem estes introduzir ou receber o produto final do contrabando.

Novamente, a presença de sujeitos com ocupações em outros municípios foi encontrada. Luiz José de Freitas Braga, em 1849, era fazendeiro do curato de São José da Cacaria, no município de São João do Príncipe, e no ano seguinte consta como fazendeiro na freguesia de São João Marcos, tendo sido listado juntamente com Joaquim José de Souza Breves e com outras dezenas de proprietários.[34] Em 1853, volta a aparecer como fazendeiro de Cacaria e assim permanece até sua última aparição no *Almanak* em 1863.[35] O mesmo ocorre com Domingos Alves de Oliveira, fazendeiro e eleitor de Cacaria durante a década de 1860.[36] Além de Itacurussá, Itaguahy aparenta ter sido ponto de confluência dos interesses de outros habitantes do Vale, o que só reforça a percepção de que havia uma grande rede de interesses, gerida entre proprietários locais e do Sul Fluminense, em torno do batismo coletivo de escravizados adultos e sem idade mencionada.

Além da repetição, a quantidade de batizados também cresceu com certos proprietários. Novamente, os proprietários Antonio de Oliveira Ribeiro Maia e Manoel da Cunha reapareceram, porém somente este último contou com um número expressivo de

33 **Acervo PET-História (UFRRJ)**. Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí.

34 Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital). Almanak Laemmert, 1849, Edição 00006, p. 534 e 1850, Edição 00007, p. 643.

35 Ibidem. Almanak Laemmert, 1853, Edição 00010, p. 712 e 1863, Edição 00020, p. 1054.

36 Ibidem. Almanak Laemmert, 1864, Edição 00021, p. 817.

batismos no mesmo dia. Contudo, de longe, o único batismo coletivo de Francisco de Paula Duarte, feito em 1844, que assegurou sua propriedade a 22 cativos, foi o maior de todas as amostragens.[37] O futuro vereador da Câmara de Itaguahy, listado em 1848 no *Almanak*, colocou o mesmo padrinho e madrinha – Benedicto e Laureana – para todos os escravizados, os quais também eram suas propriedades.[38] Sem grandes surpresas, o Vigário Antonio Dias Rello foi responsável pela feitura dos registros que não contavam com mais informações. Em 1852, já falecido, seus herdeiros aparecem listados na cultura da cana de Itaguahy ao lado do Barão de Itaguahy – Antonio Dias Pavão –, Ribeiro Maia e Robert Coats, o qual era dono de uma salineira de frente para a Ilha da Madeira (MOREIRA, 2005, p. 42) e também batizou, em 1841, mais de uma dezena de cativos no mesmo dia. [39]Idêntico aos assentos de Duarte, a única diferença foram os padrinhos – Joaquim e Quitéria – os quais também eram de propriedade de Coats. Sendo assim, as regiões que cercavam os limites de Itaguahy também mantiveram participação nessa logística de batismos do município.

Em relação aos outros proprietários restantes, em 1851, Caetano Jose da Silva "S. Tiago" – agora com a aparição de seu último sobrenome nos registros paroquiais – apareceu como substituto do Juiz Municipal ao lado de Luiz Barbosa de Sá Freire e, nos anos seguintes, como fazendeiro de café ao lado de Ribeiro Maia.[40] Em 1860, João Antonio Leite de Araujo apareceu como negociante na freguesia de Ribeirão das Lages.[41] Por fim, não foi possível identificar a ocupação de Joaquim Antonio de Oliveira. Como enfatizado anteriormente, além dos contatos fora do município de Itaguahy, os fazendeiros locais pareceram compartilhar, em momentos próximos, das culturas da cana e do café, ademais, também contavam com políticos e ocupantes de cargos importantes na região.

Esse cenário de conexão entre Itaguahy e diferentes regiões da Província do Rio de Janeiro não seria uma novidade, principalmente no que tange o translado de escravizados ilegais. As correspondências enviadas ao intendente geral da polícia pelo Juiz de Paz do município, em 1833, expõem a falta de controle na averiguação da autenticidade dos documentos de pessoas que passavam pela Estrada Geral (Chalhoub, 2012, pp. 52-53). Portanto, não cabe elaborar que os registros de batismo aqui destrinchados tenham sido resultado apenas do inchaço das lavouras cafeeiras e das plantações de cana em Itaguahy. Pelo contrário, o caos gerado pela impossibilidade de averiguar os viajantes, o claro envolvimento dos líderes eclesiásticos na emissão de registros paroquiais de batismo para africanos introduzidos no Império, a rede de "donos" e "donas", ocupantes de diversas posições políticas e econômicas no município e seus arredores demonstraram que a localidade se desenvolveu, também, em torno do contrabando negreiro ao ter se tornado – possivelmente – um ponto de distribuição de africanos ilegalmente reduzidos à escravidão.

Tabela 14 – Número de Batismos Coletivos de Indivíduos Sem Idade Identificada, Realizados na Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy
(década de 1850)

Nomes dos Proprietários	Nº de Batismos Coletivos	Nº de Batizados
Caetano José da Silva S. Tiago	1	6
Joaquim Leite de Araujo	1	9

F**onte:** Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí. Acervo PET-História UFRRJ.

37 **Acervo PET-História (UFRRJ).** Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí.

38 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).** Almanak Laemmert, 1848, Edição 00005, p. 718.

39 **Acervo PET-História (UFRRJ)**. Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí.

40 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Almanak Laemmert, 1851, Edição 00008, pp. 562-564.

41 Ibidem. Almanak Laemmert, 1862, Edição 00019 (1), p. 887.

Similar ao que foi visto para o batismo de adultos em 1850, o declínio dos batismos coletivos era evidente. Na Tabela 14, apenas dois proprietários foram identificados e são reaparições da década anterior. Caetano Jose da Silva contou com casais de padrinhos diferentes para cada um dos seus seis cativos batizados, no entanto,não havia a informação se estes doze padrinhos e madrinhas eram de sua escravaria ou de outra[42]; ao contrário de Joaquim Leite de Araujo, que manteve a tendência vista em outros assentos e contou apenas com o casal formado por Cosme Damião da Silva e Luiza Candida como padrinhos dos nove batizados.[43] Somente Luiza teve sua posse ligada à Araujo. No caso dos dois proprietários, os registros foram feitos pelos Vigários Marcos Cardoso de Paiva e Francisco Rodrigues de Almeida, respectivamente.

A respeito disso, concluímos que os donos e donas de africanos e daqueles que não tiveram suas origens identificadas propositalmente são pessoas envolvidas em diversas atividades políticas e econômicas de Itaguahy e de outras áreas adjacentes. Autores como Ruiz (2015, p. 111), Alves (2019, p. 81) e Moreira (2010) já se debruçaram sobre o tráfico ilegal ser uma realidade na região – as freguesias de Bananal e Ribeirão das Lages já apresentaram os mesmos indícios de batismos de africanos adultos a partir da década de 1840. Entretanto, acredito que a identificação do uso dos registros paroquiais seja fundamental para centralizar com maior foco quais sujeitos apresentaram uma atuação mais articulada na hora de imputar alguma segurança à propriedade escravizada contrabandeada.

Inegavelmente, o que se observou foi que o tráfico negreiro em Itaguahy demandava muito mais do que apenas um traficante, sua tripulação e uma embarcação. Redes foram montadas para que os africanos pudessem ser desembarcados – muito provavelmente na Ilha da Madeira ou em outras ilhas próximas – e levados a Antonio Dias Rello ou a outros eclesiásticos coniventes com o contrabando, sob o endosso dos grandes homens da cidade, ou seja, os donos dos trapiches e de portos que controlavam o monopólio de escoamento de produtos na região, para finalmente serem remanejados para seus destinos. Essa era a estrutura compatível com as denúncias feitas por Lorde Palmerson, em 1838, sobre a venda de africanos recém-chegados nas ruas e que em Itaguahy existia "(...) um mercado regular de escravos exatamente do mesmo modo, como antigamente costumava haver antes de ser o comércio de escravos abolido" (Chalhoub, 2012, p. 66). Mesmo que as etapas que formaram esse mercado ainda permaneçam desconhecidas em sua totalidade, afirmo que os registros paroquiais de batismos de adultos e daqueles que não tiveram a idade mencionada – intencionalmente ou não – representam formas de garantir a posse de contrabandeados e, assim, a viabilização da venda de tais sujeitos para terceiros em outras localidades dentro e fora da Província do Rio de Janeiro.

Os elementos dispostos no parágrafo anterior servem de reforço a pensar que Itaguahy estava mais para um local de "legalização" da mão de obra africana ilegal do que propriamente o destino de tais homens e mulheres, já que a presença deles não necessariamente aumentou ou se manteve estável em todos os tipos de plantéis da região. Durante os trinta anos analisados, os africanos deixaram de compor mais da metade dos plantéis dos pequenos e médios proprietários, enquanto cresciam nas escravarias dos mega proprietários. Para Ruiz (2015, pp. 35-38), muitas variáveis implicaram nesses resultados como, por exemplo, o uso da reprodução endógena nas escravarias e os grandes proprietários que compravam cativos dos pequenos e médios endividados. Desse mesmo modo, o tráfico interprovincial também era uma opção como foi o caso da grande proprietária D. Gertrudes Maria da Conceição (Alves, 2019, p. 79). Portanto, apenas uma parcela muito específica dos proprietários pôde manter o nível de africanos nas suas lavouras,. A alta dos preços pode ser um motivador para tal restrição, todavia também que eram aqueles envolvidos no comércio ilegal, direta

42 **Acervo PET-História (UFRRJ).** Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí.

43 Ibidem

ou indiretamente, que conseguiram abastecer suas terras com maior facilidade do que outros não participantes desse esquema atlântico.

Certamente, boa parte das demandas por africanos em Itaguahy se destinavam ao trabalho cativo nas unidades produtivas da mais alta classe de senhores do município. O cenário, no entanto, retirado dos registros paroquiais de batismos imprime a atuação de diversos atores – os quais não estavam necessariamente ligados à lavoura ou até mesmo ao município. Mais do que se abastecer de braços que plantavam café ou colhiam cana, as fontes paroquiais de Itaguahy explicitam as ligações negreiras estabelecidas no Sul Fluminense no segundo quartel do século XIX.

Essas conexões negreiras descritas nos parágrafos anteriores assumem a centralidade de terem reformulado o empreendimento do tráfico sob o signo da ilegalidade. Uma vez que o Cais do Valongo fora fechado diante das medidas de repressão ao comércio de africanos para o Império, novos pontos de desembarque foram utilizados ao longo do litoral fluminense, paulista e capixaba. No que cerne a Itaguahy, acredito que a atuação de alguns dos diversos potentados do contrabando – os quais viabilizaram essa reestruturação – fizeram com que o município se tornasse parte da logística dos negócios negreiros após 1831. As próximas páginas visam apresentar, ao menos em alguma parte, quem eram aqueles que encabeçavam o tráfico no Sul Fluminense e quais eram suas relações com os "donos" e "donas" de Itaguahy.

A temática do tráfico de africanos para a colônia portuguesa na América e o Império brasileiro vem sendo estudada pela historiografia desde o século passado e tem perpassado por diversas óticas interpretativas. As análises demográficas dos fluxos entre a África e as Américas (Klein, 1987, pp. 129-149), os conflitos sociais e políticos que estruturaram tal comércio (Rediker, 2011), o surgimento e manutenção de empreendimentos negreiros na praça mercantil do Rio de Janeiro (Florentino, 1997) e as novas descobertas sobre a viagem redonda e o lucro do transporte e venda de outros artigos nos entrepostos africanos (Soares; Bezerra, 2011, pp. 185-205) são exemplos que demonstram os avanços feitos nos estudos do comércio negreiro assim como suas ligações transnacionais em escalas micro e macroanalíticas. Já o período ilegal, mesmo que de maneira mais recente, também vem sendo interpretado a partir de objetos distintos como as ações cotidianas dos próprios africanos (Mamigonian, 2000), os debates diplomáticos e internacionais entre o Brasil e outras nações fiscalizadoras do tráfico ilegal como a Inglaterra (Mamigonian, 2017; Rodrigues, 2008) e o *modus operandi* dos traficantes que permaneceram e surgiram no comércio de almas após 1831 (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021). Para esta análise, foi sob a ótica destas últimas contribuições que os participantes da reestruturação do tráfico no Sul Fluminense, assim como suas ações e relações, foram percebidos.

As trajetórias individuais não são perseguidas por si mesmas, em lugar disso, demonstram como a dimensão particular da investigação permite encontrar brechas antes não observadas. Em outras palavras, analisar individualmente cada um dos mais de três mil registros de batismos, compilados entre 1830 e 1850, em São Francisco Xavier, permitiu que padrões fossem encontrados. Uma vez que o município passa a ser percebido por sua forma de atuação no comércio negreiro, isso não se finda em si mesmo. Na verdade, se busca perceber que os agentes encontrados agiram compartilhando suas estratégias, tanto por laços familiares ou de negócios, conforme as novas regras do jogo na era do contrabando. As mudanças que não eram exclusivamente locais, ou seja, as de âmbito nacional e internacional, também construíram uma nova forma de operar para os potentados do tráfico, e as próximas páginas se preocupam em, justamente, encontrar essa operação nos proprietários de Itaguahy.

Em relação ao sentido prático dos desembarques, dos cuidados aos africanos e da transportação desses para seus destinos finais, era necessário que algumas estruturas estivessem disponíveis para que a logística do empreendimento desse certo. Assim como

Jonis Freire (2016), Walter Pereira (2021, 194-198) destacou a importância das praias e trapiches para o recebimento dos tumbeiros, ao analisar o litoral do Norte Fluminense, a cabotagem, a existência de barracões e armazéns como indicativos da atuação negreira; os trapiches e os estaleiros a beira-mar eram fundamentais ao tráfico atlântico. O mesmo foi observado por Thiago Pessoa (2021, p. 172), ao observar Mangaratiba e o monopólio dos irmãos Breves no local, que ocorria pelo menos desde a década de 1840. Além da montagem de barracões e do uso das praias, Joaquim José de Souza Breves, o qual já contava com casa de negócios na região, ainda realizou a reconstrução de um trecho de estrada que descia do Vale ao porto do Saco de Mangaratiba, visando ter

> (...) monopólio no transporte e na negociação do café, além da comercialização dos demais produtos que garantiam a reprodução da vida nas fazendas serra acima. Transformavam, assim, aquele espaço num dos maiores portos do comércio de cabotagem do médio Vale do Paraíba (PESSOA, 2018b, p. 425).

Somado a isso, autoridades locais – como juízes de paz – associadas aos traficantes, também recebiam grandes fortunas por compactuar com as atividades ilícitas (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, pp. 196-197). Pequenas propriedades no litoral também serviam depostos de cuidados aos africanos doentes, ou que precisavam de cuidados, após a viagem atlântica. O traficante, na condição de ilegalidade da introdução de novos escravizados ao Brasil, lançava mão de diversos recursos para que o seu empreendimento tivesse sucesso, o que na maioria das vezes era o caso, já que as apreensões realizadas pelo Império e por autoridades internacionais eram ínfimas se comparadas com as previsões de entradas de africanos ilegais no Brasil até 1850.

De acordo com o exposto, o que se delimitou nos anos pós-1831 foi a exposição de certas figuras ainda atuantes no negócio negreiro, agora sem sua fase ilegal. Dentre alguns nomes conhecidos pela proeminência no tráfico negreiro, como José Bernardino de Sá, Ângelo Francisco Carneiro, Manoel Pinto da Fonseca, João Manoel Barros Wanderley, José Gonçalves da Silva, Joaquim Pereira Marinho, Joaquim de Paula Guedes Alcoforado e outros, os irmãos Breves eram os que mantinham uma atuação mais hegemônica nas águas da Baía de Sepetiba, de Mangaratiba e de Angra dos Reis. Sem nenhuma coincidência, alguns dos nomes de proprietários destacados anteriormente foram encontrados nas descobertas de Thiago Pessoa (2021, pp. 151-183) sobre o tráfico negreiro para Mangaratiba, sendo eles: Manoel Vieira de Aguiar, Francisco José Cardoso e, o personagem principal desta investigação, Antonio Dias Pavão. Levando em consideração o que foi encontrado nos registros paroquiais de batismo, em especial, os de adultos e os que não tiveram a idade identificada, esses três proprietários assumiram função decisiva no andamento dos empreendimentos ilegais de um dos maiores traficantes ilegais do Império: Joaquim de Souza Breves.

Para compreender tais ligações, cabe mencionar a dimensão do domínio material e simbólico de Breves no Sul Fluminense. Apesar de a Restinga da Marambaia, porção de terra de frente para o Saco de Mangaratiba e integrada à baía de Sepetiba e ao Atlântico, só ter sido adquirida por Joaquim Breves, em 1847, sua participação na rota do comércio negreiro pode ser datada desde 1837 (Pessoa, 2018b, p. 434). Em contrapartida, a partir do processo instaurado pelo auditor José Baptista Lisboa para a investigação de quase duzentos africanos boçais desembarcados na região, em 1851, e do relato de João José de Farias, alferes do Corpo de Permanentes da Corte, a atuação de João José dos Santos Breves ficou evidente, assim como a magnitude das etapas que finalizavam a viagem negreira (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, pp. 173-174). O tal relato indicou a presença de barracões-enfermarias, de homens que conduziam a recepção dos pretos novos – via canoas e a pé – das embarcações as casas e aos sítios de recuperação, até as matas em direção ao Vale. Dois anos depois, em uma suposta carta escrita por Joaquim Breves, o nome de Manoel Vieira de Aguiar apareceu

como personagem importante para sanar possíveis dúvidas, em relação aos procedimentos finais de reconhecimento e segurança do desembarque em Mangaratiba.

De maneira definitiva, os batismos em Itaguahy revelam indícios de alianças da ilegalidade bem firmadas. Mantendo seu posto de subdelegado, o qual já exercia desde a década de 1840, Vieira de Aguiar se apresentou como uma das peças que assegurava o sucesso dos empreendimentos de Souza Breves (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, p. 175). Contudo, o alerta feito ao Ministério dos Negócios da Justiça, ao ter classificado Aguiar como um "estúpido" e "energúmeno", também aponta o auxílio de outro personagem na nomeação deste como subdelegado de Itacurussá: "(...) [o] especulador Francisco José Cardoso junto ao Exmo. Sr. Faro." (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, p. 176). Se este não for um caso de homônimo, era provável que se tratasse do negociante de Itaguahy e sendo assim, de acordo com Pessoa, se Aguiar fora colocado no poder pelo grupo capitaneado por Breves, Cardoso poderia então ser percebido também como participante. Ao contrário da afirmação de Gustavo Moreira, que, no momento de sua investigação, ainda não contava com indicativos da presença de Cardoso no emparelhamento de negreiros e na comercialização ilícita de escravizados na região (MOREIRA, 2005, p. 44), os avanços historiográficos atuais indicam que as relações de Cardoso com o comércio ilícito eram mais profundas do que parecem. Sendo assim, grandes esforços fizeram do Sul Fluminense um novo ponto de contrabando.

Não eram apenas os negócios ilícitos, que tinham essa logística intermunicipal, os cargos também eram ocupados em freguesias e municípios de possível interesse. Não surpreendentemente, em 1850, Francisco José Cardoso se tornara chefe de legião e, três anos depois, tenente-coronel e comandante superior de Itaguahy e Mangaratiba, funções que exerceu até sua morte, na década de 1880 (Moreira, 2005, p. 95). No entanto, as relações entre Cardoso, Breves e Pavão ficam muito mais estreitas uma vez que são analisadas as formulações familiares e atuações políticas de membros de tais famílias. Gustavo Moreira (2005, pp. 83-94) ao estabelecer a árvore genealógica originada a partir de Cardoso e sua esposa Propícia Francisca Carneiro de Fontoura, indicou a existência de novedescendentes.

Todavia, foi a sua filha, Maria Francisca Bazilio Cardoso, que entregou a união com uma das famílias mais poderosas de Itaguahy.

Em um contexto cada vez mais próximo, os laços familiares deixaram explícitas as conexões entre os envolvidos no contrabando da costa fluminense. Casada com o Major João Bazilio Teixeira Pires, assume que Maria Francisca entrou para a família ao se casar com filho do paulista e fazendeiro do café Francisco Bazilio Teixeira Pires (Moreira, 2014, p. 161). Outros três filhos foram identificados, sendo eles: Anna Bazilia – que viria a se casar em 1828 com Antonio Dias Pavão –, Francisco Bazilio [Teixeira Pires] Júnior, fazendeiro em São José da Cacaria – o qual viria a se casar com a sobrinha, filha de Anna, Maria Fausta – e José Bazilio Teixeira Pires, presidente da Câmara de São João do Príncipe, em meados da década de 1850, e que compartilhava o espaço com Joaquim José de Souza Breves (Moreira, 2014, p. 161). Não obstante, em 1846, Antonio Dias Pavão e João José Santos Breves foram apontados como proprietários do Patacho Fluminense em curso do tráfico na costa de Makanda (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, pp. 166-168). Sendo assim, o pedido de Cardoso para a nomeação de Vieira de Aguiar representou não apenas os interesses próprios, mas também os de sua família, nos negócios de Breves.

Ademais, possivelmente, a contínua ascensão de Francisco José Cardoso, após 1850, esteve ligada ao sucesso do empreendimento escravista, principalmente ao de Joaquim Breves. Para Gustavo Moreira (2005, p. 95), a década de 1850 e o fim do tráfico implicaram a saída dos negociantes dependentes da mão de obra contrabandeada de Itaguahy, rumo à Corte ou a outras regiões, que estavam vivenciando uma expansão de suas unidades produtivas. Entretanto, no mesmo período, o grande negociante vivia seus melhores anos. Apesar de o autor apontar a atuação de Cardoso como longe das lavouras e voltada para o comércio,

monopólio e a Guarda Nacional, seu sucesso derivou certamente de seu envolvimento no comércio negreiro, na construção das condições para o desembarque e para a introdução dos africanos em Itaguahy e outras localidades próximas.

Pavão e os irmãos Breves também dispuseram de mais conexões do que se apenas a viagem feita ao Congo, sob a parceria de João José. As linhas do Correio Mercantil, de 1832, narravam um acontecimento que, apesar de não ter sido identificado de qual natureza e nem como se deu, evidenciava uma prévia interação entre Dias Pavão e os grandes fazendeiros do Sul Fluminense, conforme podemos conferir na seguinte passagem:

> Jose Paes do Amaral e Mulher, tendo alcansado de seus integérrimos, e sabios Juizes de Illmos Srs. Desembargadores Segueira, e Barbosa, concessão de vestoria na cauza de reivindicação, eleição em que contendem com Antonio Dias Pavão, e o Padre San Thiago, acerca das fazendas denominadas Pinheirinhas, e Vinoinha nas visinhanças da Villa de S. João do Principe, previnem o publico para que ninguém contracte com os ditos Pavão e San Thiago acerca das referidas terras, escravos, bestas e mais objectos sobre que versa o pleito, nem com os famozos Breves, a quem aqueles nullamente passarão todos os ditos objectos so para dar aos annunciantes mais duro contendor, pois que pela referida vestoria se há de certamente conhecer a verdade, e d'ahi virá aos annunciante o vencimento da causa, apesar das intancias e diligencias, que os Réos, e os ditos Breves, fazem para subornar a justiça por todos os modos, tentando ainda oppor-se com embargos ao sábio accordão, que manda proceder a vestoria, do que certamente não colherão proveito, porque aquela diligencia he indispensável, e os referidos magistrados prazão muito a virtude, e seu bom nome, para senão deixarem subornar por principio nenhum.[44]

Mesmo sem ter encontrado o contexto que culminou nos conflitos entre Jose Paes do Amaral, os desembargadores, as fazendas de São João do Príncipe, Dias Pavão, o Padre San Thiago e os Breves, as linhas acima apresentaram que o primeiro estava confiante do ganho de sua causa contra os últimos. Mas, foi a opinião declarada que apontou para indícios das práticas que uniam "os famosos" Breves e o negociante de Itaguahy: subornos que ambos direcionavam à Justiça, "por todos os modos".

Sobre as propriedades, não houve identificação da fazenda "Vinoinha" e nem se sua escrita corresponde com alguma listada nos inventários de ambos os irmãos. Porém "Pinheirinhas" pode ser "Pinheirinho", listada como de Joaquim, e que ficava em São João Batista do Arrozal, na região de Piraí.[45] Uma vez compreendendo que toda estrutura montada no Saco de Mangaratiba, envolvendo barracões, embarcações, canoas/casas de negócios, construção de obras para facilitar o trânsito dos africanos, vigilância e cobertura de agentes da polícia eram feitas para abastecer as terras Serra acima, a presença de Dias Pavão e as respectivas propriedades puderam indicar a participação deste num dos maiores negócios negreiros do Sul Fluminense. Sendo assim, mesmo que ainda tenha escapado maiores conhecimentos sobre quais eram as questões descritas no artigo, foi possível observar que, desde a década de 1830, tanto Antonio Dias Pavão quanto os Breves já dispunham de uma fama corrupta.

---

44 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).** Correio Mercantil (RJ), 4 de fevereiro de 1832, Edição 00315 (1), p. 3.

45 De acordo com as observações de Júnia Furtado (2009, p. 106), quando testamentos e inventários são utilizados de maneira serial em uma pesquisa histórica "(...) é importante averiguar seu grau de representatividade em relação ao conjunto da população estudada." Além disso, mesmo com a obrigatoriedade das Ordenações Filipinas de ocorrer a listagem de todos os bens nos inventários, muitos são omitidos e outros super ou subavaliados. Dessa forma, os inventários de D. Anna Bazilia Dias e de Antonio Dias Pavão não foram pensados como suficientes para observar os comportamentos de possíveis traficantes da região, tampouco para representar as tendências de posse dos moradores de Itaguahy, pelo fato de que tais propostas demandariam uma análise serial e quantitativa dos documentos locais. O que se procura, portanto, é observar indícios da participação do casal no negócio negreiro, através de elementos que caracterizem a logística do contrabando, conforme já elaborado pela historiografia recente. Ponderações similares sobre o uso dos inventários foram apontadas por João Fragoso e Renato Pitzer (1988, pp. 36-37) ainda na década de 1980.

Essa forma de agir, pescada pelas beiradas dos assentos paroquiais, não se distinguiu do que já foi observado por outros historiadores, ao analisar o mesmo período. A compra dos agentes da polícia e de fiscalizadores dos navios negreiros, a mobilização em torno da manutenção do contrabando e o silêncio sobre a prática, com base nos costumes ou na construção de uma política que desse segurança ao cativeiro e a sua expansão (Salles, 2008; Parron, 2014; Chalhoub, 2012; Mamigonian, 2017.; Pessoa, 2018a; Saraiva; Santos; Pessoa, 2021). Pensando nos indivíduos apontados acima, se observou apenas uma parcela de negociantes e de fazendeiros em Itaguahy que compartilhavam nos empreendimentos negreiros liderados pelos irmãos Breves e, em especial, por Joaquim. Lançando mão de uma grande rede de alianças composta por laços consanguíneos e por semelhanças políticas, a reestruturação do comércio negreiro foi feita no Sul Fluminense com participação do município de Itaguahy enquanto parte ativa no processo. Uma vez que "no auge da ilegalidade, somente as praias que tocavam o continente em Mangaratiba não eram suficientes para a logística do tráfico" (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, p. 171), tais sujeitos – donos e donas de africanos – passaram a ser percebidos como grandes nomes do contrabando. Dentre estes, a trajetória de Antonio Dias Pavão, sua participação no dito comércio, ascensão à nobreza e as estratégias que recorreu, após a década de 1850, ajudam a identificar detalhes mais significativos sobre os empreendimentos negreiros em Itaguahy.

Dessa forma, grandes proprietários tiveram condições de atravessar o fim do abastecimento legal da mão de obra africana graças as suas atividades ilegais, ou do usufruto delas. Tendo em vista a redução dos braços africanos em plantéis de pequenos e médios proprietários no município analisado, porém associado ao aumento dos batismos de adultos e sujeitos sem idade identificada – sendo ambos ausentes de informações sobre seus pais e mães –, levantou-se a hipótese de que a manutenção da demanda por escravizados seguiu acontecendo por intermédio do contrabando. Este, entretanto, não foi um trabalho realizado por poucos proprietários locais. Na verdade, o que se acabou de argumentar foi justamente a construção – datada muito provavelmente ainda do período da legalidade – de redes de aliança entre políticos, negociantes, fazendeiros, ocupantes de cargos públicos e com poder de polícia, sem esquecer aqueles com ocupações de natureza militar que sustentaram a entrada e distribuição de africanos para o Sul Fluminense. Dessa forma, Itaguahy passou a ser inserida como local movido nas esferas políticas, econômicas e cotidianas pela produção de seda, pelo café, pelo açúcar e, sem dúvidas, pelo tráfico ilegal.

2. O NEGÓCIO INFAME EM ITAGUAHY: A TRAJETÓRIA DE ANTONIO DIAS PAVÃO E O CONTRABANDO DE AFRICANOS PARA O SUL FLUMINENSE (C. 1830-1870)

> *"Nascido de o nosso distincto compatriota, á custa de porfioso trabalho, severa economia e probidade illibada, conseguiu, libertando-se da extrema pobreza, acumular avultados cabedaes, que compoem a brilhante fortuna que deixou."*[46]

Foi "à custa de porfioso trabalho" que a "brilhante fortuna" de Dias Pavão foi conquistada, de acordo com esse trecho retirado de um artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro* lamentando a morte do mesmo em 15 de junho de 1875. O falecido Conde de Itaguahy, como já dito, teve sua atuação nos batismos do que suspeitei serem africanos ilegalmente introduzidos em Itaguahy durante a década de 1840 e, muito provavelmente, compartilhou das redes de alianças formadas pela família de sua esposa com negociantes e traficantes do Sul Fluminense. Dentre os diversos nomes apontados nos registros de batismos, a análise de sua trajetória se fez central para esta investigação, graças às disponibilidades de acesso aos inventários do dito e sua esposa e das vastas informações contidas nas tais fontes primárias.

Similar aos documentos eclesiásticos, os inventários *post-mortem* detêm caráter serial e permitiram análises qualitativas e quantitativas, tendo sido via de análise de inúmeras pesquisas que perspectivaram o século XIX. Contudo, para essa investigação, o aspecto quantitativo não foi enfatizado como feito por outros pesquisadores, já mencionados, que debruçaram seus olhares sobre Itaguahy. Isso se deve a alguns motivos: o momento em que a pesquisa foi desenvolvida não permitiu um levantamento presencial das documentações, e a atividade negreira que se procurou observar foi, aparentemente, restrita a poucos sujeitos do município. Sendo assim, as fontes primárias que testemunharam a vida de D. Anna Bazilia Dias e Antonio Dias Pavão não foram consideradas como fora da curva, apenas não foram observadas de maneira comparativa e serial em relação as de seus conterrâneos[47]. O que também, certamente, não impediu que os resultados obtidos por outros pesquisadores fossem colocados em pauta nesta análise.

Para fins de futuras consultas e investigações, foram encontradas variações de escrita do sobrenome de D. Anna e de seus familiares, nas fontes de paroquiais e de justiça. Nas bases do Museu da Justiça do Poder Judiciário do Rio de Janeiro e nos assentos de batismos de Itaguahy, a referida consta como "Bazilia", seus descendentes ora como "Basilio" ora como "Bazilio".[48] Para viabilizar uma leitura mais fluída, o sobrenome "Bazilia" foi adotado para se referir à inventariada, e "Bazilio" para os demais de sua família. Além disso, para ambos os inventários, os escravizados foram analisados separadamente no próximo capítulo.

Em 1834, D. Anna Bazilia Dias faleceu e teve seu inventário aberto por seu marido, poucas semanas após sua morte. No seu caso, não houve feitura de testamento, o que poderia indicar, talvez, uma morte repentina, que a impediu de deixar suas últimas vontades escritas; de modo queseu assento de óbito não foi localizado. Também não foi encontrado o registro de casamento do casal, mas é provável que tenha acontecido em finais da década de 1820, uma vez que seus filhos, Maria Fausta Dias Pavão e Antonio Dias Pavão de Araújo, tinham quatro e três anos, respectivamente, quando a mãe faleceu.[49] Até o momento da realização da presente pesquisa, não foram localizadas mais informações a respeito do nascimento de D. Anna, no entanto,os registros de batismo de seus descendentes e familiares apontam que

46 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.; **Acervo PET-História (UFRRJ)**. Livro 8 – Batismo de Livres (1871-1881) Itaguaí.

47 Ibidem. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834, folha 2.

48 **Acervo PET-História (UFRRJ)**. Livro 8 – Batismo de Livres (1871-1881) Itaguaí.

49 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834, folha 7.

os Bazilios eram naturais de Itaguahy.[50] No mais, Bazilia, assim como sua participação nos negócios da família – certamente bem ramificados – permaneceu pouco explorada.

Esse tipo de fonte não expressa apenas aspectos da vida do falecido. Familiares, vizinhos e os mais diversos personagens também se fizeram presentes nas páginas de um inventário (Fragoso; Pitzer, 1988, p. 30), nesse sentido, foi necessário dar a devida importância aos avaliadores dos bens do casal: Quirino Lourenço Castelo-Branco e Joze Monteiro Bitencourt.[51] Este primeiro já foi apontado, no capítulo anterior, como um dos proprietários responsáveis por realizar um batismo de três adultos – suspeitos de serem africanos – na década de 1850. Já Bitencourt, também apareceu, durante a década de 1830, em um batismo coletivo de cinco cativos, todavia todos os assentos contavam com a presença de mães e três pais, fazendo com que o proprietário não fosse apontado nas tabelas do capítulo anterior.[52] De toda forma, os avaliadores foram escolhidos pelo inventariante, Dias Pavão, e isso demonstrou alguma relação que ambos dispunham entre si.

Como já mencionado, Pavão era negociante em Santa Cruz, em 1829, entretanto outros fragmentos de sua trajetória foram encontrados. Nascido em 1790, natural da Vila de São Sebastião e batizado na de Ubatuba[53], o supracitado negociante já possuía o título de Sargento, no Corpo das Ordenanças, sob o comando do Coronel José Pereira Guimarães, em 1817. [54]Em 1822, o regente D. Pedro concedeu autorização a Pavão para ter "(...) quaisquer negócios que quisesse menos cachaça, pagando [o] que for [de costume]" (MOREIRA, 2014, p. 273) na freguesia de Santa Cruz, que na época ainda era pertencente a Itaguahy. E, em 1829, já havia se tornado capitão. O cenário que contextualiza tais informações não foi desvendado, nem as motivações de sua vinda para o Rio de Janeiro, sua permanência nas áreas de Itaguahy e Santa Cruz ou por quais meios se deram seu segundo matrimônio com D. Anna Bazilia.

De toda forma, Dias Pavão não esteve sozinho, o que indicou ações coordenadas com seus pares negociantes. Em uma publicação do Jornal do *Commercio*, de 1857, feita a partir de correspondências efetuadas no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, que versavam sobre Itaguahy e o Comendador Francisco José Cardoso, as similaridades entre este último e o futuro Conde de Itaguahy foram mais uma vez destacadas.

> Com effeito, em 1831 o Sr. commendador Cardoso deixou a fazenda imperial de Santa Cruz, e veio estabelecer-se na villa de Itaguahy, não conduzido pelo mao fado que persegue este lugar, como irreflectidamente avançou o correspondente do Diario, e sim pela Providencia, que tem abençoado este torrão, e que por isto o torna digno da maior sympathia. O Sr. Cardoso, porém, effectuando tal mudança não veio como outros muitos começar a vida, não era um parvenu, e nem um homem que fugisse a credores e procurasse um refugio aos seus desmandos passados; não era o aventureiro que tivesse culpas e erros a expiar. Era um cidadão guarda de honra desde sua creação, e official de milícias. Em idade assaz jovem, o nosso adorado monarcha o Sr. D. Pedro I de gloriosa memória, já o reconhecêra com capacidade e sisudez para servir de escrivão do tombo da sua imperial fazenda, sob as ordens do conselheiro Silveira da Motta. Deixava o curato de Santa Cruz (...) para vir estabelecer na villa de Itaguahy, como commerciante, uma casa importante de café, fazendas, armazém de diversos generos seccos e molhados e de ferragens. Comprou immediamente uma excellente casa, e constituio-se assim proprietario no lugar. Seu estabelecimento commercial foi um dos melhores dessa localidade e, como negociante o Sr. Cardoso jamais se deslisou do trilho de honra que o ennobrece.[55]

---

50 **Acervo PET-História (UFRRJ).** Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí.

51 **MTJRJ –** Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875, folha 19.

52 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Gazeta do Rio de Janeiro, Edição 00060 (1), 1817, p 7.

53 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).** Jornal do Commercio, 1857, Edição 00093 (1), p. 2

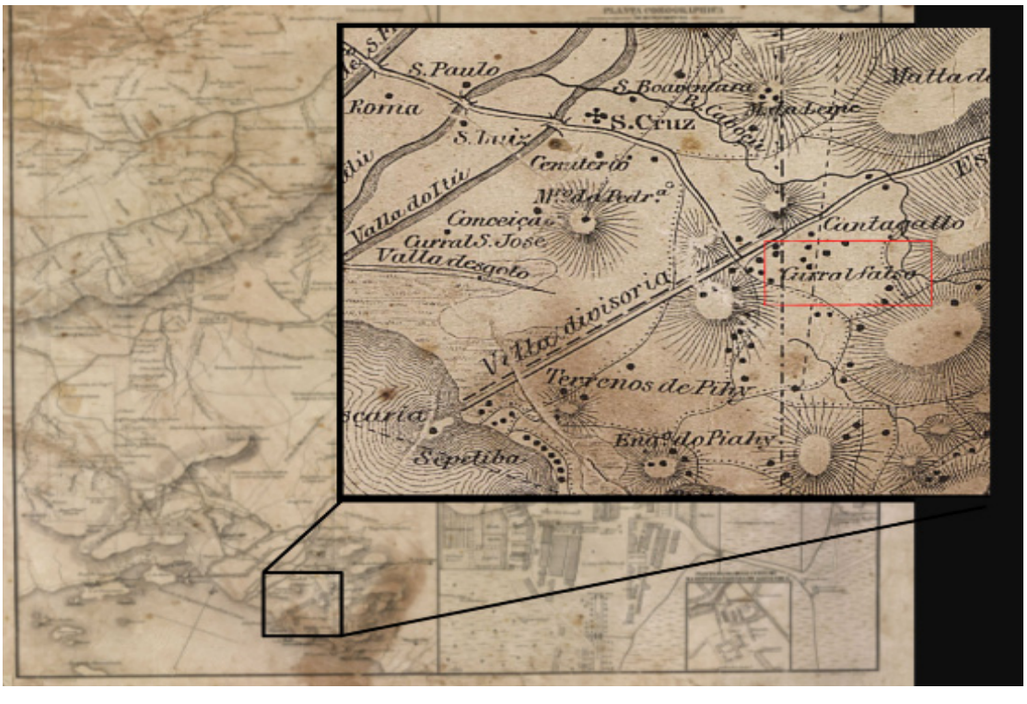
54 "(...) a Regência Permanente, tendo em consideração ao que representaram os moradores do curato da Fazenda Nacional de Santa Cruz, determinou, pelo Decreto de 30 de dezembro de 1833, que o mencionado ficasse desligado do termo da vila de Itaguaí, a que se achava unido pelo Decreto de 15 de janeiro de 1833, pertencendo assim, doravante ao termo da cidade do Rio de Janeiro." Cf. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Sinopse Estatística do Município de Itaguaí, Rio de Janeiro, 1948, p. 4-5.

55 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834, folha 7v.

Os caminhos que levaram Dias Pavão à Santa Cruz, mais especificamente ao Curral Falso, aparentemente, também levaram Cardoso. Inclusive, a esposa deste último, Propícia Francisca Carneiro de Fontoura, era natural da região (MOREIRA, 2005, p. 18). Salvo os inúmeros elogios e a defesa implacável da imagem de Cardoso, o artigo destacou que o ilustre negociante não se deslocou de Santa Cruz sem grandes planos para desenvolver em Itaguahy. Afinal, em 1837, o mesmo já estava envolvido nas obras dos canais pluviais do município. A mudança de ambos para Itaguahy nos tempos da concretização do fim do tráfico de africanos em escala nacional pareceu, no mínimo, oportuna. Talvez a nova localidade fosse mais adequada como ponto de introdução e distribuição de africanos do que Santa Cruz. De todo modo, o que se percebeu foi que Pavão agiu como seus pares, compartilhando negócios e as formas de operação da sua classe ao redor da Baía de Sepetiba.

Essa porção em questão da Imperial Fazenda, por sua vez, não era nada longe do mar. A Figura 2, abaixo, centralizou a localização da região do Curral Falso e permitiu uma melhor percepção da sua proximidade com o litoral. Conectados por uma estrada que ia da praia de Sepetiba em direção à Corte, a então localização de Antonio Dias Pavão, em finais da década de 1820, era identificada como a "porteira da Fazenda Nacional de Santa Cruz" e deixou de fazer parte de Itaguahy ainda no início dos anos 1830.[56] Era provável que Pavão e sua esposa tenham vivido um período em Santa Cruz até 1833 e, posteriormente, remanejado sua família e empreendimentos para a freguesia de São Francisco Xavier, seu nome, no entanto, consta nas listas de negociantes de Itaguahy desde 1830 (MOREIRA, 2010, pp. 8-9), o que pôde representar, também, uma dupla atuação. Em ambos os casos, Pavão e Bazilia, assim como Cardoso e Fontoura, foram interpretados como sujeitos familiarizados com o litoral do Sul Fluminense.

Figura 2 – Localização do Curral Falso na Província do Rio de Janeiro (1848)



Fonte: NIEMEYER, Conrado Jacob de; BELEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer; LOBO, Gama. Planta corographica de uma parte da província do Rio de Janeiro na qual se inclue a Imperial Fazenda de Santa Cruz. Acervo da BNDigital do Brasil, 1848.

Infelizmente, diversos episódios da vida do futuro Conde de Itaguahy escaparam da investigação documental, o que fez com que algumas lacunas ficassem em aberto. Mesmo assim, sua atuação como proprietário, negociante, fazendeiro e sujeito estimado pelo Império brasileiro ganharam peso, na medida em que evidenciaram o surgimento de

56 **APERJ** – Atas da Câmara Municipal de Itaguaí. 1896, folha 25 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 108.

uma elite associada ao contrabando. Em uma perspectiva na qual os jogos de escalas são fundamentais para perceber processos maiores que circunscreviam a atuação de Pavão, sua esposa e seus semelhantes, as lacunas encontradas não representaram propriamente prejuízos às interpretações dos dados que foram coletados das fontes acima citadas.

Não houve motivos para reservar esta investigação a uma agência individual e pouco coordenada. Tratou-se, na verdade, de colocar Pavão como mais um dos potentados do tráfico de africanos para o Império brasileiro, assim como ter percebido os fragmentos de sua trajetória através das suas relações cotidianas e de classe que fizeram do contrabando seu grande negócio (Pessoa, 2020, pp. 261-278). Não foi possível constatar, através do inventário de D. Anna Bazilia Dias, se Pavão já desempenhava papel ativo no transporte, no desembarque ou na introdução de africanos no Rio de Janeiro na década de 1830. Contudo, pelo que já foi apresentado anteriormente, algo nesse período fez com que esse cenário mudasse nos anos seguintes.

O falecimento de D. Anna revelou, provavelmente, o momento em que as bases necessárias para o ingresso de Pavão no contrabando estavam sendo construídas – ou até mesmo em plena atividade. Sem mencionar que, graças ao inventário aberto em 1834, foi possível realizar comparações com o mesmo documento do falecido nobre, aberto em 1875. Como dito, D. Anna não deixou testamento. Sabendo que esta é uma fonte que permite acessar não apenas as vontades deixadas em vida pela falecida, mas também suas crenças e relações com terceiros, uma grande possibilidade de compreender, mais profundamente, a dimensão pessoal, doméstica e a mentalidade de Bazilia foram perdidas. Certamente é possível que suas escolhas e agências sejam encontradas através de outras fontes, inclusive de naturezas distintas, todavia,até o momento, só foi possível contar com fragmentos legíveis de seu inventário *post-mortem*. Os autos da avaliação de terras, ferramentas, casas de negócios, fazendas, engenhos, joias, roupas, vidros, imóveis, animais, colheitas e escravos foram os que ocuparam maior parte do documento. Abaixo, a Figura 3 apontou onde acredito ter sido a região de Itaguahy que a família Bazilia-Pavão residiu desde sua mudança de Santa Cruz ou que era mantida concomitantemente a atuação do negociante nas porteiras da Imperial Fazenda.

Figura 3 – Localização das Terras de D. Anna Bazilia Dias

Fonte: NIEMEYER, Conrado Jacob de; BELEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer; LOBO, Gama. Planta corographica de uma parte da província do Rio de Janeiro na qual se inclue a Imperial Fazenda de Santa Cruz. Acervo da BNDigital do Brasil, 1848.

Tal interpretação se fez a partir do juramento, ainda no começo do inventário, e nas descrições dos bens de raiz listados nos autos da avaliação, os quais indicaram, inclusive, as relações do casal com os moradores confrontantes de suas terras. Em 25 de fevereiro de 1835, foi descrito que o Juiz de Órfãos visitou "as casas de moradas" de Dias Pavão, localizadas "nesta Villa, na Estrada Geral da Serra".[57] No decorrer da descrição das terras, foi possível notar que as propriedades se mantiveram nas proximidades dessa mesma Estrada, ao contrário do que será observado no inventário do mesmo – o qual já contava com uma diversificação imobiliária na Corte e em Petrópolis, além das várias fazendas na freguesia de São Francisco Xavier.

Em primeiro momento, morar próximo à Estrada Geral da Serra não pareceu ser algo luxuoso. A porção mais à direita, recortada da Figura 3, acima, impede a visualização total da frase escrita na imagem que descreve a área como "Terrenos do Piranema muito alagadiços". Max Oliveira (2015) já havia encontrado, em referência ao ano de 1849, menções às faltas de braços em Itaguahy tanto para as necessidades agrícolas quanto para a realização de uma obra na Estrada Geral. Já entre 1896 e 1897, várias foram as atas da Câmara Municipal destinadas a debater a manutenção dos aterrados da cidade, de resolver os problemas dos alagamentos e enchentes causadas pelas grandes chuvas anuais, onde as águas dos rios invadiam as estradas do Rio Preto, do aterro do Cai Tudo e do Piranema.[58] Não fosse tumultuoso o bastante ver estradas interditadas e os rios sem condições de passagem, a febre palustre foi uma consequência terrível, que assombrou os terrenos encharcados de Itaguahy desde finais da primeira metade do XIX.[59] Mas as intenções de Pavão e Bazilia, em assentarem moradia e negócios na beira da Estrada Geral, contavam com grandes razões: as sociabilidades. Por um lado, as dos negócios.

Em 1835, o presidente da Província, Rodrigues Torres, relatou o estado precário da Estrada da Serra de Itaguahy e autorizou o conserto com uma quantia de 400$000 (quatrocentos mil réis) mensais, saídos da Fazenda Pública. Para os reparos mais imediatos, Antônio Gonçalves Travanca, sócio de Francisco José Cardoso na posse da Sumaca Minerva, foi encarregado de tal execução.[60] A Estrada que estabelecia conexão, a partir da Serra, com Barra Mansa e São João do Príncipe se mostrava extremamente valiosa. Segundo Gustavo Moreira,

> Se, por um lado, o perfeito funcionamento da estrada interessava a todos os negociantes da vila, e, especialmente, aos que atuavam no setor marítimo, as determinações do presidente dão prova de mais um contato entre o grupo econômico de Francisco José Cardoso e a futura Trindade Saquarema (...) (MOREIRA, 2005, p. 31).

Nada conveniente, para não dizer o contrário, era ter um aliado com posses e negócios em pontos estratégicos das vias de comunicação com o Vale do Paraíba. Se Moreira, portanto, interpretou que o perfeito funcionamento da Estrada Geral da Serra interessava a todos os negociantes do município, assim como a atuação de Cardoso e seu "grupo econômico" indicaram um novo arranjo político e financeiro na época, provavelmente Antonio Dias Pavão e Anna Bazilia Dias estiveram inseridos nessa nova lógica de organização da ordem econômica tanto local quanto regional, o que sem dúvidas facilitou a logística de introdução e distribuição de africanos ilegais a partir de Itaguahy.

Sem dúvidas, o que se percebeu foram as confluências constantemente apresentadas entre os negociantes e os donos das plantações, nos quais as ações destes primeiros garantiram a manutenção dos plantéis dos segundos, além da burocracia do Império que garantiu o plano de fundo para as interações políticas entre ambos. A notoriedade de Joaquim José Rodrigues

57 Ibidem, pp. 106-108.

58 Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, 1835, pp. 29-30 *apud* MOREIRA, 2005, p. 31.

59 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Almanak Laemmert, Município de S. João do Príncipe, 1853-1856, Edição 00013 (1), p. 796.

60 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834, folha 11.

Torres, um dos grandes nomes das articulações pró-escravistas ligadas ao Regresso, pesou sobre o episódio do conserto da Estrada Geral da Serra. De acordo com Tâmis Parron, um dos eixos das pautas políticas do núcleo histórico do futuro Partido Conservador do Brasil se debruçava sobre a "(...) defesa incondicional do contrabando e a garantia da propriedade escrava ilegal" (Parron, 2014, p. 134). A ligação entre Cardoso e ao que seria a "Trindade Saquarema" também estava permeada pelos interesses da continuidade do comércio negreiro, uma vez que foram os membros da mesma que

> (...) permitiram ao negociante de Itaguaí a obtenção de um poderoso mecanismo de enriquecimento contínuo: o privilégio concedido pela província para a construção do canal que foi denominado São Pedro de Alcântara. O domínio sobre esta via navegável oferecia as oportunidades mais desejáveis para um homem de negócios no Brasil das Regências: o controle sobre a exportação de café e sobre a importação de escravos em uma região do Império estratégica pela proximidade da Corte e dos cafezais do Vale do Paraíba (MOREIRA, 2005, p. 206).

A construção do canal que trouxe a Itaguahy grande proeminência no escoamento da produção agrícola, no transporte de pessoas e de mercadorias, ligando o Vale, a Corte e o litoral fluminense, também trouxe a Cardoso o monopólio sobre a importação de escravizados. Sabendo que "(...) os regressistas deram toda prova aos fazendeiros e a seus representantes de que não encerrariam o fluxo de africanos" (PARRON, 2014, p. 136), as ações e estratégias desempenhadas por Cardoso e os Bazilios se demonstraram coordenadas com o partido e com seus representantes.

As ligações políticas do Regresso se estenderam a João e José Bazilio Teixeira Pires, irmãos da inventariada em questão. Enquanto este primeiro era membro fiel do Partido Conservador, ao contrário da maioria dos fazendeiros locais que eram liberais, inclusive seu sobrinho, Antonio Dias Pavão de Araújo. Igual situação foi observada com José, o qual presidiu a Câmara de São João do Príncipe de 1853 a 1856.[61] Sendo assim, D. Anna Bazilia era oriunda de uma família "(...) de proeminência igual ou maior [aos Cardoso] em Itaguaí, onde [seu pai] Francisco Basílio Teixeira, exercendo a função de presidente da Câmara em junho de 1822, declarara sua adesão ao regente D. Pedro" (MOREIRA, 2014, p. 161). A atuação da família Bazilio pôde ser interpretada como diversificada, a qual garantiu o destaque de seus membros dentro e fora de Itaguahy. Similar a análise feita por Thiago Pessoa (2018, p. 59) para os irmãos Breves, acredito que os Cardosos e Bazilios estavam "(...) apoiados em redes de sociabilidades familiares, concentrando as terras e a demografia escrava de uma determinada região, produziam-se socialmente como potentados nas áreas economicamente mais ativas do Império." A atuação política de Pavão encontrada foi apenas enquanto eleitor tanto em Itaguahy e, na segunda metade do XIX, em Engenho Velho, no entanto, ainda assim, sua entrada na família Bazilio, sua proximidade com os Breves e com o tráfico, indicaram que também era beneficiado pelos direcionamentos políticos orquestrados pelos personagens anteriormente citados.

Além dos negócios, os laços de parentesco também apontam motivos para o casal Anna e Antonio terem vivido na Estrada Geral. Dentre os vários terrenos descritos nos autos da avaliação, o que permitiu identificar o laço consanguíneo de D. Anna Bazilia com o núcleo dos Bazilio Teixeira Pires foi a presença do dote. Não se pode dizer se mais outros itens e bens forram arrolados ao dote de Anna em seu casamento com Dias Pavão, mas um dos terrenos era

> (...) pertencente ao Cercadinho que tera pouco mais ou menos meio prazo o qual divido por um lado com Joze Monteiro Bitencourt e pelo outro com o pantanal e pelos outros lados com o Cercadinho de cujo foi desmembrado e houve ele inventariante por dote que lhe fez seu sogro Francisco Bazilio Teixeira Pires cujo terreno se acha desmarcado por uma (...) feita entre ele inventariante e seu sogro.[62]

61 **APERJ**. Registro Paroquial de Terras, Itaguaí. Livro 39 – São Francisco Xavier, 1856.

62 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834, folhas 9v, 10, 10v.

Ademais, Joze Monteiro Bitencourt era confrontante com as terras do casal, o mesmo aconteceu com Quirino Lourenço Castelo-Branco. No oitocentos, não era anormal ter vizinhos realizando o papel de avaliadores dos bens uns dos outros. Na verdade, a presença dos mesmos indicou que ambos faziam parte das dinâmicas da vida privada dos personagens no momento da feitura do inventário. Nesse caso, posições de confiança de Pavão já que a subavaliação poderia acarretar em diversos prejuízos para o cônjuge e os herdeiros.

Foi possível observar que um bem de raiz foi concedido como dote. Pensando que talvez o dote tenha se mantido com valores não tão representativos, uma vez que o terreno em questão foi avaliado em 200$000 (duzentos mil réis) e não chega a contabilizar nem 1% do monte-mor de Bazilia, é provável que este seja um dos casos descritos por Mariana Muaze. De acordo com a autora (2008, p. 52), no século XIX, "(...) a concessão do dote se transformou. Perdeu o caráter de veículo privilegiado de transferência de riquezas para que um casal iniciasse sua vida produtiva", entretanto seguiu como uma prática já estabelecida. Sendo assim, é provável que o terreno não tenha garantido alguma segurança financeira para o casal. Contudo, ele permite observar que Bazilia teve dote, o que aponta não só para a presença da prática, mas também para a percepção de que seu pai tinha terras para conceder.

Os inventários dos pais de Bazilia não foram localizados, o que inviabilizou perceber se o dote teria sido retirado da terça ou se ocupara grande parte do montante do referido casal. Porém, visto o destaque de Francisco Bazilio Teixeira Pires, imagino que o Cercadinho tenha sido a representação de um costume. É provável que, mesmo sem ter maiores acessos às dinâmicas cotidianas do casal, o dote tenha sido a materialização de uma moradia nos domínios de Francisco Bazilio Teixeira Pires e que fora reservado à filha. O registro paroquial de terras de Antonio Dias Pavão de Araujo, filho de D. Anna, indica que o Cercadinho era uma região "familiar", uma vez que o mesmo declarou, em 1856, deter dois prazos foreiros à Imperial Fazenda de Santa Cruz, os quais eram confrontantes com as terras de seu pai, o barão Antonio Dias Pavão, Antonio da Roza Ramos, de seus três tios Francisco Bazilio Jr., José e João Bazilio Teixeira Pires.[63] Sendo assim, as ponderações de Muaze se confirmam e apresentam um dote que não tinha a dimensão necessária para iniciar a vida produtiva do casal, mas provavelmente foi concedido como uma prática costumeira e que garantisse à filha um lar próximo ao seu núcleo familiar.

A temática da família voltará em breve, porém, já que o assunto então aberto é sobre os autos da avaliação, continuarei apresentando o que foi encontrado nessa parte do inventário de D. Anna Bazilia. Em relação aos bens de raiz, treze itens foram listados nas quais diversas casas tinham propósitos de usos distintos. Havia uma casa que serviu de fábrica de fazer açúcar, uma que fazia telha, uma que serviu de fazer farinha e de ferraria, uma casa pequena com forno de assar, um forno que fazia telha, uma que serviu para o "Negócio a Serra da Estrada", um rancho a beira da Estrada junto à casa de negócio, além de outras casas ao redor destas citadas, inclusive uma casa velha "[à] beira da estrada ao pé do Rio Quilombo" e um curral.[64] Quase todas as casas foram descritas como cobertas por telha, e apenas uma com palha. A casa que funcionava uma fábrica de açúcar contava com doze portas, salas, quartos, assoalhos, janelas – além de uma medida de 21,5 braças de frente e 10,5 braças de "largo" –, tornando-se assim o bem de raiz mais caro, totalizando 6:400$000 (seis contos e quatrocentos mil réis). Em seguida, a casa com quinze portas e quatro janelas – com 12,5 braças de frente e quatrode fundos – que serviu para os negócios valia 4:000$000 (quatro contos de réis), mas foram indicados nas proximidades da casa um rancho com 17,5 braças de frente por 850$000 (oitocentos e cinquenta mil réis). A logística por trás da manutenção de tantas casas com atividades voltadas para o açúcar e seus subprodutos chama bastante atenção.

63 Ibidem, folha 20.

64 Ibidem, folha 10v, 11, 11v.

O grande valor da fábrica de açúcar e da casa de negócios indicou, provavelmente, os investimentos pesados que o casal fizera em tais atividades econômicas. Acredito que esses conglomerados de casas tenham sido construídos em uma porção dos terrenos dos Bazilia-Pavão e que os mesmos não residiam em nenhum dos bens descritos acima. Sobre tais propriedades estarem em apenas uma parte das terras, os bens de raiz não descreveram nenhuma fazenda ou extensão de engenho ou lavoura, apenas casas que geravam suporte às colheitas das terras. Ademais, a única parte dos autos da avaliação que se dedicou a descrição de "Fazendas" é feita associada aos "secos e molhados existentes na Casa de Negócios", o que sugere uma lógica de abastecimento entre os empreendimentos do casal.[65] Sendo as casas dotadas de alguma função nesta logística ou "velhas", como descritas pelos avaliadores, é provável que a moradia de Anna e Antonio tenha sido descrita na seção de "terras" dos autos, junto com ao terreno do Cercadinho.

Assim como o caso do dote, as seguintes terras tiveram maior riqueza de detalhes não sobre as construções em si, mas sobre os seus confrontantes, fazendo com que mais sujeitos fossem incorporados no cotidiano do casal. De acordo com o inventário:

> As terras onde está edificado o Engenho que parte por um lado com a Estada Geral da Serra principiando do Rio do Quilombo caminhando para o Supé [Sape] da Serra parte pelo lado da Serra com D. Maria Joaquina viúva de Manoel Lourenço Castello Branco e pelo lado do Rio Quilombo com terras dos Índios pelos fundos com terras dos herdeiros de Joaquim Ribeiro Pereira e da dita D. Maria Joaquina cujas terras houve por compra de herança que ele inventariante fez aos herdeiros de D. Bernarda Pereira Leça e (...) Ribeiro Pereira cujas terras não se acharão medidas e só sim os herdeiros confrontantes.
>
> (...) Um prazo menos cinco braças de terras a beira da estrada Real vindo para a Serra do lado direito principiando a beira do Rio Quilombro e se acha vendido e demarcado e confrontado com Joze Luiz Figueira R. Costodio e seu filho Domingos Carreiro de Andrade e com Francisco Bazilio Teixeira Pires cujas terras houve por aforamento a Nacional Fazenda de Santa Cruz.
>
> (...) Um meio prazo e vinte braças de terras no lugar denominado Pantanal e divide de um lado com o prazo acima mencionado e com a Estrada Real e por outro lado com Joze Monteiro Bitancourt e de outro com terras do Cercadinho.
>
> (...) Um terreno de seis braças de frente em a Rua do Comercio desta Villa que parte por um e outro lado com quem dos (...) pertenças que houve por compra a Valentim Braz Finoco e é foreira a Camara Municipal desta Villa.[66]

As terras foram avaliadas, respectivamente, em 600$000 (seiscentos mil réis), 400$000 (quatrocentos mil réis), 600$000 (seiscentos mil réis) e 300$000 (trezentos mil réis). Apesar da aparição de novos nomes, e das diversas possibilidades que eles puderam representar nas sociabilidades de D. Anna e Antonio, assim como nas de seus filhos, foi a expansão da propriedade onde existia um engenho, por compra de herança dos vizinhos, que nos motiva a acreditar que esse era o terreno da casa grande em que a família residia.

Como foi possível ver pela descrição, todas as propriedades aparentavam ter proximidade, sempre contando com os limites impostos pela Serra, pelo Rio Quilombo e pela Terra dos Índios. Segundo Gustavo Moreira (2005, p. 175), "a antiga rua do Comércio, denominada atualmente General Bocaiúva, ainda é um dos principais logradouros do centro de Itaguaí." O terreno na Rua do Comércio é o único que se mantém afastado das outras localidades, todavia era um bom ponto de contato com o centro urbano de Itaguahy. Esse fator aponta cada vez mais a prioridade que o casal dava às conexões entre certas regiões na freguesia de Itaguahy.

---

65 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Correio Mercantil, Instructivo, Político, Universal (RJ), 1853, Edição 00188 (1), p. 2.

66 As indicações de nove prazos e meio de terras confrontantes com D. Maria Joaquina, viúva de Manoel Castelo Branco, além do Rio Quilombo e da Terra dos Índios, na localidade do Sapé da Serra, foram encontradas. Cf. **APERJ**. Registro Paroquial de Terras, Itaguaí. Livro 39 – São Francisco Xavier, 1856, p. 28-29.

Um reforço à ideia de que era a primeira terra que resguardava a moradia principal foi uma correspondência de Dias Pavão, em 1853, ao Correio Mercantil. Sem grandes assuntos, o artigo descreveu o negociante – na época, barão – como morador do "lugar denominado Sapé da Serra, município de Itaguahy"[67], além do registro paroquial de terras de 1856.[68] Sendo assim, mesmo sem dispor de outros meios para acessar as dinâmicas na disposição dos bens de raiz do casal, em 1834. Por esse motivo, acreditamos que essa propriedade tenha sido o local onde a residência deles foi erguida e na qual Pavão permaneceu até sua mudança para a Corte.

Ter destrinchado a avaliação dos bens foi uma dos principais recursos metodológicos empregados para compreender as posses do casal no momento do óbito de D. Anna. Sobre os outros bens, a Tabela 15, abaixo, descreveu os tipos, os valores totais e as devidas porcentagens em relação ao monte-mor de Bazilia. Os bens de raiz e as fazendas dos secos e molhados somaram quase 30% do total da avaliação feita por Castelo-Branco e Bitencourt, tendo sido superados apenas pela representatividade dos 120 escravizados que valiam pouco mais que 36% do total. Segundo Ruiz (2015, p. 29), na década de 1830, em Itaguahy, os percentuais de escravos analisados nos inventários *post-mortem* eram de 38%. Entre 1820 e 1860, o autor indica que esse percentual variou entre 38% e 54%. Sendo assim, tais valores eram esperados para a época e local em que foram avaliados. Os outros bens, aqueles que circunscreviam à realidade produtiva, os de uso pessoal, as dívidas e os imóveis mal conseguiram atingir 10% individualmente, a maioria nem a 5%. Em primeiro momento, o que se pôde observar é um montante bruto de 90:353$908 (noventa contos, trezentos e cinquenta e três mil novecentos e oito mil réis) formado substancialmente a partir da posse de escravos, negócios e terras. Apesar da diversificação com posses em Santa Cruz, os bens do casal se desenvolveram, em maioria, nos limites do município de Itaguahy.

Tabela 15 – Monte Mor do Inventário de D. Anna Bazilio Dias

Tipo de Bens	Valor	%
De Raiz	**13:850$800**	**15,3**
Terras	2:100$000	2,3
Trem do Engenho de Açúcar	4:089$820	4,5
Plantações em Benfeitorias	5:024$000	5,6
Trem de Fazer Farinha e Ferramentas	430$000	0,5
Carros, Sege e Arreios	520$000	0,6
Frutos Colhidos	1:100$400	1,2
Louças e Vidros	56$320	0,1
Roupas	152$080	0,2
Móveis	226$980	0,3
Animais	2:159$000	2,4
Jóias, Prata e Ouro	1:026$680	1,1
Fazenda de Secos e Molhados	**12:971$930**	**14,4**
Escravos	**32:613$000**	**36,1**
Prédios e Fazendas em Santa Cruz	3:564$140	3,9

67 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875, folha 19v.

68 Não foi possível encontrar o registro de batismo da homônima Anna Pavão, entretanto suas aparições nos batismos de seus filhos com Antonio Bazilio garantem que se tratavam ambos de netos do Conde. A**cervo PET-História UFRRJ.** Livro 8 – Batismo de Livres (1871-1881) Itaguaí.

Dívidas Ativas	6:406$404	7,1
Dinheiro Recebido	2:641$063	2,9
Dívidas da Loja de Farinha	1:059$011	1,2
Dívidas do Armazém de Molhados	362$280	0,4
TOTAL	90:353$908	100

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilio Dias, 1834.

A existência de prédios e fazendas em Santa Cruz responderam aos questionamentos levantados anteriormente acerca da dupla atuação do casal tanto em Itaguahy quanto na antiga região pertencente ao município. A continuidade de propriedades na região pôde descartar a possibilidade de o casal ter deixado suas vidas no local e retornado às terras próximas do pai de Bazilia. Uma vez que o inventário de D. Anna foi aberto após Santa Cruz ter virado parte do termo da cidade do Rio de Janeiro, talvez o casal não tenha "voltado" do Curral Falso rumo ao Sapé da Serra no início da década de 1830. É provável que os negócios em Santa Cruz tivessem sido coordenados concomitantemente com a formação familiar do casal em Itaguahy, talvez este primeiro tenha se estabelecido na vida de Pavão até mesmo antes de contrair matrimônio.

Os bens restantes não representaram tanto destaque quanto os já analisados, salvo as dívidas, ativas e dos negócios, que totalizaram 8,7% do monte-mor e um valor próximo dos 10:000$000 (dez contos de réis). Na esfera de uso próprio ou do lar, os móveis, as joias, pratas e ouros, roupas, louças e vidros somaram 1,7% dos bens. Já os itens dos autos ligados ao plantio, ao transporte, ferramentas, colheitas e ao gado totalizaram 14,8%. Por fim, o dinheiro recebido somou 2,9% do monte-mor.

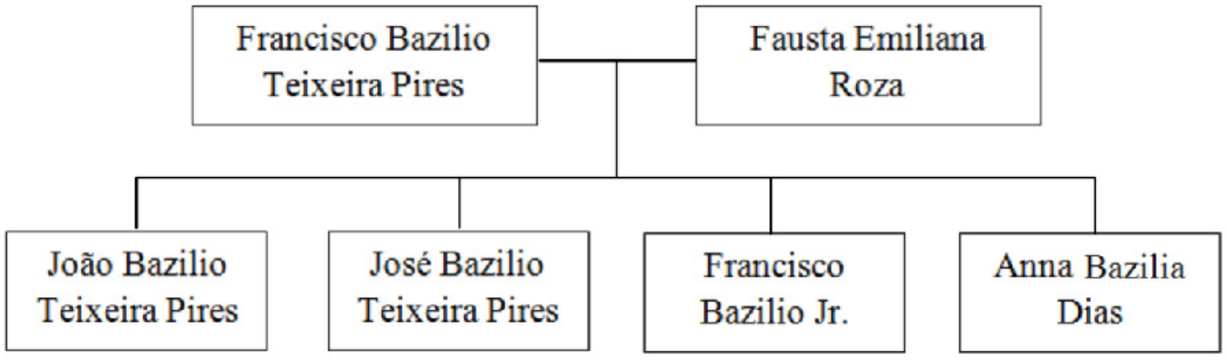
Uma vez tendo desmembrado as partes que formavam o monte-mor, a família retorna ao destaque. A partir dos Quadros, apresentados abaixo, foi possível ver a genealogia ascendente de D. Anna Bazilia e a descendente de Antonio Dias Pavão, seguindo algumas informações de seu inventário, registros paroquiais e contribuições bibliográficas. O uso de tal recurso se inspira nas contribuições de Mariana Muaze (2008, pp. 17-34) que, ao realizar o mesmo exercício para as famílias Velho da Silva e Ribeiro de Avellar, buscou situar historicamente ambas as famílias envolvidas, remontando suas estruturas de parentesco e de sociabilidade à luz da micro-história. Segundo a autora , olhares mais atentos às dinâmicas familiares, domésticas e particulares permitiram uma percepção da mentalidade e ação de uma fração da classe senhorial do Rio de Janeiro, em especial, entre a Corte e o Vale do Paraíba. Apesar de não ter utilizado documentações semelhantes às de Muaze, como cartas, fotografias ou objetos de coleção pessoal, as páginas dos inventários de Bazilia e Pavão foram percebidos como um ponto de partida para tentar centralizar essa família nas práticas de seus semelhantes.

Foi justamente a partir dos laços familiares que as ligações negreiras em torno de Pavão se tornaram mais perceptíveis ainda. O Quadro 1, a seguir, apresentou os pais e os irmãos identificados de D. Anna. Há a possibilidade de que o casal Francisco Bazilio Teixeira Pires e Fausta Emiliana Roza tenha tido mais filhos, contudo apenas os quatro mencionados abaixo no Quadro 1 foram encontrados nas fontes investigadas. Como já mencionado anteriormente, cada irmão desempenhou atividades divergentes, ainda assim, importantes para a formação de alianças entre famílias poderosas de Itaguahy. Uma vez que as "(...) redes de parentesco e solidariedade entre comerciantes tinham a função não só de acolhimento no momento inicial da carreira, mas também de auxílio no processo de galgar posições dentro da hierarquia mercantil" (MUAZE, 2008, p. 20) e dado os destaque dos patriarcas Cardoso e Bazilio Teixeira Pires, a união entre as famílias passou a ser percebida como a formulação de acordos de sobrevivência e ascensão em determinada localidade e até

mesmo fora dela. Não foram encontrados registros do matrimônio de José Bazilio, porém seu irmão, João, o grande fazendeiro do café, dono de engenho e eleitor de Itaguahy, se casou com Maria Francisca Bazilio Cardoso, e o genro garantiu grande suporte a Cardoso, devido a sua posição na Guarda Nacional e sua ligação com a elite agrária local (MOREIRA, 2005, p. 93-95). De certo, foi uma união interessante para o Cardoso.

Já o caso de Francisco Bazilio Jr., o qual casou com sua sobrinha, Maria Fausta Dias Pavão, explicitou a prática de manter as uniões matrimoniais entre familiares. De acordo com Muaze (2008, p. 39), esse tipo de casamento era um artifício recorrente entre os "barões do café". Sendo assim, enquanto Cardoso buscou alianças com uma figura de destaque na classe senhorial das lavouras e engenhos, provavelmente, a fim de estabelecer maior troca de favores e manter os ânimos calmos para ambos, a família de Bazilio promoveu também casamentos entre si, provavelmente como forma de manter suas fortunas e expansões entre seus semelhantes.

Quadro 1 – Genealogia Ascendente de D. Anna Bazilia Dias*



*Além de D. Anna Bazilia Dias, que faleceu em 1834, não foi possível encontrar informações sobre o nascimento e óbito dos demais listados no Quadro 1.

Fonte: MOREIRA, 2005, pp. 93; MOREIRA, 2014, p. 161; MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilio Dias, 1834; Acervo PET-História (UFRRJ). Livro 4 – Batismo de Livres (1848-1881) Itaguaí.

Bem diferente foi o caso de Antonio Dias Pavão. No Quadro 2, abaixo, é possível ver a genealogia ascendente e descendente de Antonio Dias Pavão. Seus pais, Jorge Pavão Vico e D. Victoria Francisca de Araujo, como descritos em seu testamento, não foram a única linhagem encontrada. Além deles, suas irmãs e sobrinhas – mencionadas no testamento – foram relembradas, entretanto não foram adicionadas por não terem apresentado maiores informações além de seus nomes.[69] Em seu primeiro casamento, Dias Pavão se casou com D. Victoria de Oliveira Pavão, evento o qual também não foi possível precisar quando ocorreu. No entanto, de acordo com seu testamento, os filhos do casal vieram a falecer, e, logo em seguida, a esposa também. Em segundas núpcias, Pavão se casou com D. Anna Bazilia e com ela teve três filhos, tendo um falecido ainda antes dos dois anos de idade. Sendo assim, seus descendentes foram Antonio Dias Pavão de Araujo e Maria Fausta Dias Pavão. Este primeiro teve três filhos ao longo da década de 1870, quando deveria ter em torno dos 40 anos de idade. Contudo, um registro de batismo do mesmo período indica a presença de uma "Anna Bazilia Dias Pavão", filha de Araujo e tendo filhos com Antonio Bazilio, neto do Conde de Itaguahy.[70] Acreditamos que esta seja uma homônima em homenagem à avó,

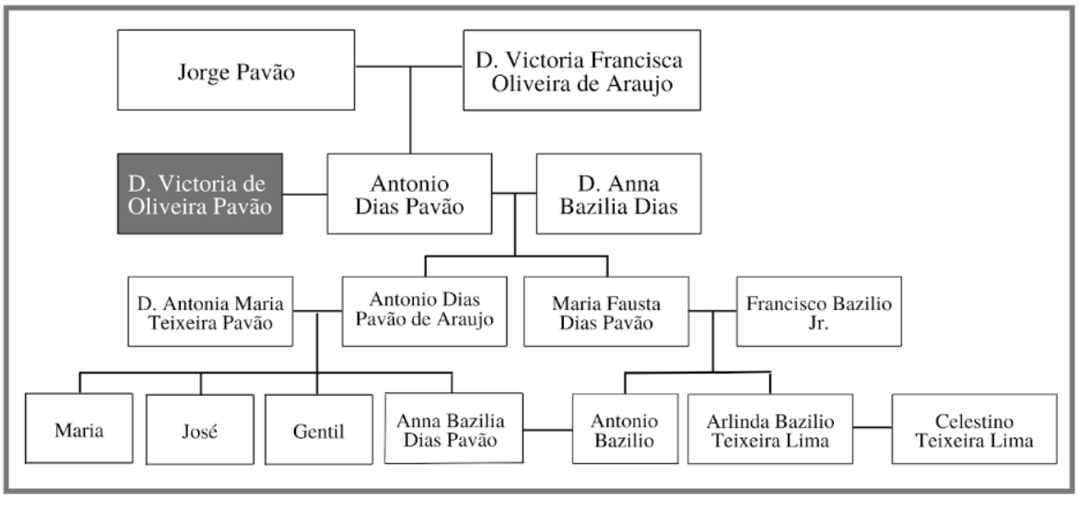
69 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilio Dias, 1834.

70 O *Slave Trade Voyages* é uma base de dados que compila informações sobre as viagens atlânticas de navios negreiros, inclusive no período ilegal. Sua amplitude permite uma análise dos proprietários, capitães, número de escravizados desembarcados, locais de saída e chegada dos navios e outros dados. Cf. <https://www.slavevoyages.org/>.

já que D. Bazilia não contava com o sobrenome Pavão. Novamente, a prática dos "barões do café" foi novamente vista, e neste caso primos contraíram matrimônio e deixaram dois herdeiros: Paula e José, os quais não apareceram no Quadro 2.

O mesmo foi visto com outros descendentes do falecido nobre, como por exemplo os cônjuges de Arlinda Bazilio e de Antonio de Araujo. A filha de Maria Fausta se casou com o "sobrinho" de Dias Pavão, todaviaainda não foi possível identificar se essa relação é consanguínea ou por parte de sua esposa D. Anna. Os pais de Celestino Teixeira Lima e de D. Antonia Maria Teixeira (Pavão) eram José Teixeira da Fonseca e Anna Joaquina dos Anjos Teixeira, o que nos leva a crer que o sobrenome seja proveniente do tronco familiar de Francisco Bazilio Teixeira Pires. Mesmo contanto com a menção às irmãs, não foi possível apontar de qual linhagem a ramificação de Celestino floresceu.

Quadro 2 – Genealogia Ascendente e Descendente de Antonio Dias Pavão*



*Só foi possível encontrar informações de nascimento de Maria, 1871, José, 1873, Gentil, 1877, Maria Fausta Dias Pavão, 1830, Antonio Dias Pavão de Araujo, 1831; de nascimento e falecimento de Antonio Dias Pavão, 1790-1875; e de falecimento de sua esposa D. Anna, 1834.

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875; Acervo PET-História (UFRRJ). Livro 8 – Batismo de Livres (1871-1881) Itaguaí.

Certamente, essas não foram relações espontâneas. Os acordos por trás de tantas uniões matrimoniais deviam estar abarrotados de preocupações e ambições para os núcleos familiares envolvidos. Infelizmente, até o momento, os documentos não foram encontrados, e assim, uma grande janela sobre a vida privada, mentalidades e estratégias dos Bazilio, Pavão, Cardoso e Pires permanece em silêncio. Mas, ao olhar a cena pintada pela documentação cartorial de D. Anna Bazilia, observou-se uma família que lançou as bases para uma vida produtiva, assentada nos negócios e no trabalho escravizado, afinal, seu inventário conta com 120 cativos, o que a enquadra como megaproprietária.[71] Em uma lógica de abastecimento de seus empreendimentos, o casal contou com um início de vida familiar, até o momento, não sustentado pelo dote, mas provavelmente pelas relações de sociabilidade desenvolvidas a partir de seus casamentos, de seus parentes e da já existente atuação de Pavão nos negócios de Santa Cruz.

As ações dos Bazilios, casando entre si e com outras famílias poderosas na localidade, desempenhando funções na política e nas forças da Guarda Nacional, foram exemplos de mecanismos de manutenção do prestígio familiar. Sendo assim, além dos parceiros no empreendimento negreiro, o sucesso do futuro Conde de Itaguahy, certamente, foi atribuído aos laços cotidianos construídos ao longo de sua trajetória no Sul Fluminense entre vizinhos

71 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1845, Edição 00002 (1), p. 288; Edição 00007 (1), p. 390.

e familiares. Portanto, a estrutura encontrada nos autos da avaliação de D. Anna, os valores impressionantes de suas posses – em especial terras e cativos – e a família que ela e seu esposo estavam inseridos, foram fundamentais para o andamento do então negociante no contrabando negreiro no Sul Fluminense, demonstrando assim uma logística do crime que vai muito além de negócios entre costas.

Em nenhum momento, o inventário de D. Anna fez menção à posse de alguma embarcação, de qualquer natureza; nem de barracões ou de fazendas que pudessem ter servido para a introdução secreta de africanos ilegais no Brasil. Provavelmente, Dias Pavão só se aventurou viagens transatlânticas nos anos seguintes ou na década seguinte, com as bases de relacionamento e prosperidade, que vivenciou na década de 1830, aos pés da Estrada Geral da Serra. As próximas páginas, portanto, se debruçaram sobre o episódio fatídico, que colocou o nome do então negociante nos documentos de repressão ao comércio negreiro ilegal, além de terem apontado às conexões com partes de seu inventário *post-mortem*, de 1875. Outras documentações também foram acrescentadas na análise, como manchetes de jornais cariocas. Se, por ventura, a documentação de 1834 não revelou grandes aspectos das operações do contrabando, o inventário de Pavão, aberto quarenta anos depois, explicitou um complexo de propriedades, bens e escravizados maiores que os de sua falecida esposa. Com a quantia de quase 1,900:000$000 (mil e novecentos conto de réis) acumulados no monte-mor, o Conde de Itaguahy adquiriu realmente uma "brilhante fortuna", de acordo com informação do Diário do Rio de Janeiro.

Pela extensão da documentação em questão, esta análise se realizou em partes e elucidou aspectos mais voltados à percepção de uma logística operacional do contrabando transatlântico, da introdução e permanência de africanos nas propriedades de Antonio Dias Pavão. Além disso, sua escalada rumo à nobreza, sua atuação em obras públicas da Província e sua mudança para a Corte, onde faleceu, também foram apontadas. Nessa primeira parte, a documentação que arrematou a participação de Pavão no negócio negreiro, além das já apontadas, foi a da captura do patacho Fluminense, na costa de Makanda (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, pp. 151-185), que contava com João José dos Santos Breves como sócio na posse da embarcação. Família já bem conhecida por seu envolvimento no contrabando.

Diferentemente do que foi visto no inventário de D. Anna, Dias Pavão acumulou muito mais bens e investiu no setor público. Essa modalidade de investimento constitui uma estratégia bastante utilizada pelos que aspiravam ser notados na Corte. Inclusive, foi o caso de Joaquim Avellar, um fazendeiro do Vale do Café sem participação na nobreza até se casar e entrar para uma família pertencente à burocracia do Império (MUAZE, 2008, p. 43). Ademais, segundo João Fragoso (2013, p. 17), tais estratégias foram percebidas como a diversificação das atividades do inventariado, nas quais as aplicações da produção escravista foram direcionadas para as apólices públicas e outras de menor risco como os imóveis. No caso da Paraíba do Sul, assim como no caso do Médio Vale com os irmãos Breves, isso não representou um abandono da escravidão (Pessoa, 2018a). Muito pelo contrário, o cativeiro e o café continuaram recebendo investimentos de grandes senhores ainda nas décadas de 1870 e 1880.

Em 1846, doze anos após o falecimento de D. Anna, Pavão foi apontado pelas autoridades francesas como um dos proprietários do patacho Fluminense, junto com Santos Breves. Como já demonstrado até aqui, a relação dos irmãos Breves com Dias Pavão era antiga e, provavelmente, assentada nas relações de parentesco e negócios envolvendo terceiros. Uma vez que os poderes dos potentados da escravidão se estendiam para outros municípios através das redes familiares (Pessoa, 2018a, p. 59), a sociedade de Pavão e Santos Breves evidenciou os negócios negreiros entre Mangaratiba e Itaguahy. Os quais parecem ter sido excepcionais, uma vez que nem o dito patacho, nem outras embarcações dos ditos

proprietários apareceram nos bancos de dados do *Slave Voyages*.[72] Contudo, mesmo que o "Fluminense" não tenha sido contabilizado, não significa que suas viagens não ocorreram. Na verdade, a ausência de dados destacou o grande sucesso para os tais agentes do contrabando.

O cruzamento entre os nomes de João José e Antonio Dias foi realizado tanto no *Almanak* quanto nos jornais cariocas que listavam as entradas e saídas de navios dos postos da Província. De 1845 a 1850, Pavão foi listado como proprietário do tal patacho de 107 toneladas.[73] Nos anos de 1845 a 1848 e 1850, foi dono da sumaca "Bella Virginia" de 53 toneladas.[74] Em relação a esta última, o navio era "conhecido" em Itaguahy antes mesmo de se tornar posse de Dias Pavão, já que realizava transporte de mercadorias e pessoas saindo do porto do referido município desde 1841, carregando na maioria das vezes café, sal e outros gêneros.[75] Contudo, a posse das embarcações era mais complexa do que isso. Simplesmente pelo fato de que os navios já tinham sido de posse do sobrinho de Joaquim Breves nos anos anteriores.

Em 1839, Santos Breves compartilhou a propriedade de uma antiga escuna "Bella Virginia", a qual havia se tornado patacho "Fluminense", com D. Gertrudes Maria Damby. [76]Na pequena descrição da saída da embarcação de Mangaratiba, ficou clara uma mudança em alguns de seus componentes. Não era impossível que fossem mudados os formatos, as quantidades e os tamanhos dos mastros e velas, fazendo com que uma escuna virasse galera, esta última numa barca e assim por diante (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010, p. 80). Levando em consideração a participação de Santos Breves no tráfico, uma escuna seria de grande proveito já que esta era uma das embarcações mais utilizadas nas viagens negreiras graças à sua velocidade. Eram navios geralmente dotados de cascos rasos, com dois ou três mastros, costumavam ter em média 144 toneladas e, em tese, poderiam transportar até 360 escravizados, além da tripulação. (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010, pp. 76-77). Não muito distante, os patachos apresentavam, geralmente, dois mastros.

Similar ao caso da sumaca de Pavão, que já era "familiarizada" com os portos do Sul Fluminense, a escuna também transportava mercadorias e pessoas anos antes de ser adquirida por Santos Breves. Há relatos de entradas e saídas da dita escuna "Bella Virginia" de Mangaratiba desde 1837, como publicado no Diário do Rio de Janeiro, a qual contava com Antonio Francisco Aleixo dos Santos como mestre.[77]Até que, em outubro de 1838, foi anunciada no *Jornal do Commercio* a venda escuna em questão, descrita como "nova e bem construida de carvalho, forrada de cobra ha hum ano, carrega 7,000 arrobas de café, prompta a navegar para qualquer porto e somente se vende por ser de muita carga para o fim que se exige.".[78] Ainda não foi possível compreender quem era D. Damby, nem mesmo quais eram suas intenções ao compartilhar negócios com a família Breves. Porém, de certo, os finais dos anos 1830 e início dos anos 1840 representam alguns rearranjos na organização das importantes embarcações dos empreendimentos de Santos Breves.

Em 1846, o então sócio de Dias Pavão adquiriu uma nova embarcação. O brigue escuna Principe D. Affonso, de 142 toneladas, fora despachado de Mangaratiba sob propriedade de João Breves[79], o qual também teve como mestre ora Aleixo dos Santos ora Manoel Pinto da Silva ora João Dias Cardoso. Segundo Thiago Pessoa (2018b, p. 437), "nas franjas do complexo cafeeiro, negociantes e fazendeiros não atuavam apenas na finalização do empreendimento

72 Ibidem. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1845, Edição 00002 (1), p. 291; Edição 00007 (1), p. 393.

73 Ibidem. Diário do Rio de Janeiro, 1841, Edição 00152 (1), p. 4.

74 Ibidem. Diário do Rio de Janeiro, 1839. Edição 00279 (1), p. 2.

75 Ibidem. Diário do Rio de Janeiro, 1837, Edição 0200017 (1), p. 4.

76 Ibidem. Jornal do Commercio, 1838, Edição 00159 (1), p. 3.

77 Ibidem. Jornal do Commercio, 1838, Edição 00159 (1), p. 3.

78 **Arquivo Histórico do Itamarati.** Presas França-Brasil. Brigue Fluminense. Lata 66, maço 3.

79 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. O Grito Nacional, 13/10/1851 *apud* SARAIVA; SANTOS; PESSOA, 2021, p. 170.

traficante. Nos anos de 1840, mandavam seus próprios navios à costa da África em ilícitas transações.". Em um contexto de fortalecimento das viagens marítimas pela costa do Sul Fluminense e a Corte, das alianças locais e transatlânticas, o patacho Fluminense fora capturado pelo Ministério da Marinha e das Colônias Francesas a dez léguas de Makanda, em 28 de agosto de 1846.[80] O que se demonstra aqui, portanto, é uma grande rede de cabotagem de diversos gêneros, porém principalmente do café, sendo este provavelmente abastecido a partir das plantações dos Breves e seus aliados nos empreendimentos negreiros.

A escolha dos proprietários pela região de Makanda, no Congo, corresponde com as tendências de compra de africanos, desde início do século XIX. Manolo Florentino (1997, pp. 79-80) estimou que, a partir de 1816, e da proibição do tráfico no norte do Equador, os traficantes atuantes nas rotas entre o Rio de Janeiro e a África Ocidental "(...) intensificaram suas compras, sobretudo mediante a incorporação de novas áreas ao circuito do escambo escravista" como, por exemplo, a África Oriental que se consolidou como fonte de abastecimento do Rio de Janeiro a partir de 1811. A zona congo-angola enfrentou dificuldades em suprir a demanda de traficantes do sudeste brasileiro,, ainda assim, oito em cada dez negreiros aportados no Rio vinham de portos de tais regiões africanas (Florentino, 1997, p. 81). Os africanos escravizados de D. Anna Bazilia seguiam essa tendência, os quais foram analisados no capítulo seguinte.

As relações que detinham os traficantes com seus correspondentes na costa africana eram também fundamentais para o desenrolar do comércio de almas. Sendo assim, para além das relações de compra já firmadas e lucrativas entre traficantes do Rio de Janeiro e de certas zonas da África, a atuação dos correspondentes nos barracões e portos africanos eram indispensáveis para o sucesso da viagem negreira. Assim, Thiago Pessoa apontou a figura de João Henrique Ulrich e o seu caso de cumplicidade com os negócios da família Breves (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, p. 169). Moço de recados, na época, do Coronel Joaquim Breves, foi para Ambriz "(...) numa especulação ilítica como fosse a de arranjar africanos por conta de alguns"[81] e no início da década de 1840 já estava fazendo fortuna no comércio de escravos. Em uma relação ia desde dívidas contraídas com José Gonçalves de Moraes, o Barão de Piraí, até a cabotagem de embarcações que saíam de Mangaratiba rumo à Corte, Ulrich demonstrou o quanto era necessário que as conexões transatlânticas fossem bem estabelecidas para a continuidade do tráfico ilegal.

Uma vez que o patacho Fluminense e a sumaca Bella Virginia também realizavam viagens de cabotagem pelo litoral do Sul Fluminense, é provável que o destino de ambas tenha sido, por diversas vezes, o escritório de Ulrich na Corte. Além disso, segundo Pessoa, no início de 1849, o brigue Maria Izabel de Joaquim Breves seguiu com café para Ulrich e ampliou sua operação para receber consignados de Itaguahy e Santos (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, p. 171). Mesmo que a avaliação dos negócios de Bazilia e Pavão tenham sido feitas quinze anos antes, cabe elaborar que, provavelmente, este último tenha participado no abastecimento das embarcações envolvidas na cabotagem, uma vez que os bens avaliados demonstraram uma alta produtividade no açúcar, na farinha e em outros gêneros. Certamente, os negociantes estavam mandando seus próprios navios à África em busca de mais braços para suas terras e para a distribuição dos mesmos em solo fluminense, todavia, no caso de Pavão, parece-nos que sua entrada nas viagens negreiras se deu após um período de participação na cabotagem da família Breves. Ademais, é possível que o futuro Conde de Itaguahy tenha exercido outras funções, sendo estas mais ou menos diretas em relação à introdução de africanos em Itaguahy. Apesar de não saber por quais motivos novos rumos na participação de Pavão no comércio atlântico foram tomados na década de 1840, tornou-se cada vez mais perceptível que sua atuação na ilegalidade era anterior ao episódio em Makanda.

80 **Arquivo Histórico do Itamarati.** Presas França-Brasil. Brigue Fluminense. Lata 66, maço 3.

81 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

Além das relações entre os Breves e Ulrich, é importante destacar que investigações recentes apontaram que a dinâmica do tráfico na sua fase ilegal não, necessariamente, se fez a partir de novos agentes. Essa percepção é fundamental para compreender as continuidades nos negócios negreiros, pois era uma

> Atividade altamente especializada, profissionalmente e geograficamente, envolvendo extensa rede de pessoas, que iam desde a captação dos africanos no interior do território africano até a venda deles (...), além da necessidade de relações enraizadas com os mercados dos portos africanos (SARAIVA; SANTOS; PESSOA, 2021, p. 100).

Apesar de não ter sido localizado nas fontes, até o momento, quaisquer indícios de correspondentes atuantes na costa africana e suas ligações com proprietários de Itaguahy, esta não deve ser uma possibilidade descartada. De fato, ainda é preciso avançar nas análises sobre o próprio Dias Pavão no comércio negreiro e suas ligações com outros experientes traficantes além dos já citados, assim como outros indivíduos que viram em Itaguahy uma oportunidade de lucratividade na introdução ilegal de africanos.

A figura de Manoel Pinto da Fonseca, um dos maiores traficantes da ilegalidade, é um exemplo da continuidade dessa especialização e da permanência no ramo negreiro durante sua transição da legalidade para a ilegalidade. Segundo João Mesquita (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, p. 122), as relações fomentadas por tais sujeitos, ainda no período legal do comércio humano, foram extremamente úteis e aproveitadas para as negociações durante o contrabando. Ao contrário do que propôs Manolo Florentino (1997, pp. 202-204) sobre os antigos e grandes traficantes, do período pré-1831, terem se retirado da dita atividade e buscado diversificação em seus investimentos com maior segurança uma vez que a atividade se tornara ilícita, a trajetória de Fonseca afirmou justamente como as relações constituídas durante a legalidade do comércio negreiro foram responsáveis pela notoriedade do dito traficante, no período ilegal. Sendo assim, ainda há um longo caminho em perceber se as conexões entre Itaguahy e os entrepostos na costa africana eram mais antigas e mais extensas que os episódios construídos por Ulrich e os Breves.

Não foi possível confirmar se o patacho Fluminense teria sido abastecido por Ulrich em Ambriz. O local de destino da embarcação, como informado pelo capitão espanhol Juan Dios Alamilla, era a costa da África, onde ocorreria uma apreensão de "colonos negros, que foram comprados e expedidos legalmente" (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, p. 166). A documentação que versa sobre a captura da "antiga escuna" foi feita por autoridades marítimas francesas e para sua interpretação conto com as elaborações de Thiago Pessoa:

> A serviço do Brasil, comandava o brigue Fluminense que saiu do Rio de Janeiro em 12 de julho de 1846 com 17 homens, tendo como destino oficial o porto de Angra dos Reis. A rigor, tratava-se de uma embarcação de cabotagem. No entanto, no dia 28 de agosto estava nas águas de Makanda apenas a dez léguas da costa africana. (...) A apreensão se deu após Alamillla se afastar da região de Makanda, na manhã daquele 28 de agosto, ao avistar um brigue de dois mastros que pensara se tratar de embarcação inglesa (...). Ao perceber ser o navio francês, declinou da fuga. (...) o comissário francês declarou a prisão da tripulação por incoerências e irregularidade nos "papéis" do brigue (...). Os pormenores impressionam tanto quanto o desprendimento de Alamilla, que após ser questionado sobre o que motivava sua presença na costa da África com uma embarcação expedida para um porto no Brasil, respondeu "muito ingenuamente que ele ia capturar um carregamento de escravos Kilongo". Para o comissário, mesmo que o capitão não fosse tão sincero, não havia dúvidas de que o brigue registrado nos negócios de cabotagem era na verdade um navio negreiro. A favor do tumbeiro falavam os "32 tonéis de água e uma grande quantidade de farinha de mandioca e carne seca". Havia ainda "uma enorme caldeira em torno de um terço de metro cúbico, utensílios" e, muito curiosamente, "cerca de 60 blocos (tijolos) quadrados, devendo servir provavelmente para fazer uma casa" ou um barracão para viabilizar o embarque naquela costa (SARAIVA; SANTOS; PESSOA, 2021, p. 166-167).

A serviço do Brasil, comandava o brigue Fluminense que saiu do Rio de Janeiro em 12 de julho de 1846 com 17 homens, tendo como destino oficial o porto de Angra dos Reis. A rigor, tratava-se de uma embarcação de cabotagem. No entanto, no dia 28 de agosto estava nas águas de Makanda apenas a dez léguas da costa africana. (...) A apreensão se deu após Alamillla se afastar da região de Makanda, na manhã daquele 28 de agosto, ao avistar um brigue de dois mastros que pensara se tratar de embarcação inglesa (...). Ao perceber ser o navio francês, declinou da fuga. (...) o comissário francês declarou a prisão da tripulação por incoerências e irregularidade nos "papéis" do brigue (...). Os pormenores impressionam tanto quanto o desprendimento de Alamilla, que após ser questionado sobre o que motivava sua presença na costa da África com uma embarcação expedida para um porto no Brasil, respondeu "muito ingenuamente que ele ia capturar um carregamento de escravos Kilongo". Para o comissário, mesmo que o capitão não fosse tão sincero, não havia dúvidas de que o brigue registrado nos negócios de cabotagem era na verdade um navio negreiro. A favor do tumbeiro falavam os "32 tonéis de água e uma grande quantidade de farinha de mandioca e carne seca". Havia ainda "uma enorme caldeira em torno de um terço de metro cúbico, utensílios" e, muito curiosamente, "cerca de 60 blocos (tijolos) quadrados, devendo servir provavelmente para fazer uma casa" ou um barracão para viabilizar o embarque naquela costa (SARAIVA; SANTOS; PESSOA, 2021, p. 166-167).As contribuições de Pessoa foram reveladoras em diversos aspectos, não apenas porque arremataram, de maneira definitiva, o envolvimento do futuro Barão, Visconde e Conde de Itaguahy nos negócios ilícitos, mas também porque deixou à mostra a complexidade de todo esquema que operacionalizava o contrabando.

As "incoerências" nos papéis do brigue foram os principais motivos para que a prisão de toda tripulação de dezessete homens fosse decretada. Alamilla não era realmente o capitão do "Fluminense" e as versões contadas pelo espanhol ao comissário francês evidenciaram a forma com que se operavam as navegações ilícitas no Atlântico. Apenas em mérito de preencher as formalidades burocráticas que envolviam o processo de expedição da documentação do navio, um capitão brasileiro era necessário, porém, passado os trâmites necessários para que a embarcação fosse alçada ao mar, o mesmo permanecia em terra enquanto um novo capitão, de outra nacionalidade, assumia o posto. (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, pp. 167-168) Ainda em seu depoimento, Juan Alamilla, definido como capitão a longo prazo, afirmou que o "Fluminense" – o qual fora construído no estrangeiro[82] – havia sido vendido no Rio de Janeiro e que ele mesmo havia comprado o navio "(...) com outras pessoas (...) [sendo que] estes tipos de vendas não eram consagradas por nenhum outro oficial; o Brasil não autorizava tais expedições." (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, p. 168). Mesmo sem o nome da embarcação escrito na traseira, graças aos depoimentos dos outros tripulantes, foi possível atestar que se tratava do Fluminense e a sua posse foi atrelada a Dias Pavão e Santos Breves.

Apesar de Alamilla ter afirmado ser proprietário e armador da viagem, outros dois marinheiros afirmam o contrário. O nome "Don Thomaz" referido duas vezes para esta última posição foi apontado por Pessoa (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, p. 169) como sendo, talvez, de "Thomaz da Costa Ramos", vulgo Maneta, o qual – de acordo com os relatos de Alcoforado – foi o primeiro traficante a empregar vapores para conduzir africanos para o Brasil. A quantidade de informações que não se confirmavam entre si demonstraram a grande ocultação que sustentava os negócios do tráfico ilegal.

Sobre o abastecimento do patacho, as propriedades de Pavão tinham plena capacidade de carregar a embarcação com água, farinha e carne seca, uma vez que eram embarcações de cabotagem. Como descrito na Tabela 15, os autos de avaliação de D. Anna atrelaram apenas 0,5% do montante bruto aos "trens de fazer farinha", mas indicaram a presença de

82 **APERJ**. Registro Paroquial de Terras, Itaguaí. Livro 39 – São Francisco Xavier, 1856, pp. 27-28.

uma loja de farinha que continha uma dívida ativa de um pouco mais de um conto de réis. Mesmo que a farinha falasse a favor do então "navio de cabotagem", a farinha e a carne seca eram componentes conhecidos das dietas de escravizados e da tripulação em alto mar. Ao observar este aspecto alimentar, Manolo Florentino (1997, p. 123) apontou que, de 1827 até o início de 1830, 94% dos negreiros que iam rumo à África contavam com carne-seca, 92% com farinha de mandioca, 74% com arroz e 68% com toucinho, fazendo desses quatro produtos a dieta básica dos marinheiros e dos cativos. Já em relação aos produtos destinados ao escambo, os têxteis e a aguardente representaram, respectivamente, 86% e 94% dos carregamentos, enquanto 80% eram dos manufaturados de natureza bélica, 58% do açúcar, 52% do fumo e 24% de vinhos, além de barras de ferro, louças, ferragens, miçangas, vidros, algodão e conchas. A farinha, o açúcar e seus subprodutos, todos encontrados nos bens de D. Anna Bazilia e Antonio Pavão, ocupavam grandes papeis no mercado atlântico e, por isso, as chances do dito patacho ter sido abastecido com os produtos oriundos das terras do casal não eram pequenas.

Em relação à farinha, chama a atenção o fato de que ela também teve sua proeminência nas viagens redondas entre o Rio de Janeiro e a costa africana. Segundo Nielson Bezerra (2011, p. 166), este tipo de viagem é classificado pela ida e volta da África onde os portos de paradas eram entrepostos comerciais para vários produtos e não apenas cativos. Nesse cenário, a comercialização da farinha de mandioca produzida no Recôncavo da Guanabara ganhou grande destaque. Provavelmente, o artigo também deve ter sido comercializado durante as viagens de captura de africanos orquestradas por Pavão e Santos Breves.

Já a carne-seca não era presente apenas na dieta em alto mar. A alimentação de escravizados nos engenhos de açúcar do sudeste brasileiro costumava contar com ela e também com a farinha de mandioca, feijão, angu, charque ou peixe, além da aguardente que também era introduzida em momentos de safra (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, pp. 75-81). Sendo assim, a carne-seca era, certamente, presente nas terras de Pavão devido à alimentação dos mais de cem escravizados que trabalhavam em suas propriedades em 1834. Mesmo que tais barris correspondessem à "normalidade" das viagens de cabotagem pela costa fluminense, os detalhes destrinchados do inventário de D. Anna indicam grandes possibilidades de as terras do casal de Itaguahy terem proporcionado o abastecimento das viagens negreiras ilícitas na década de 1840 e, talvez, até mesmo antes. Portanto, Pavão não apenas estabeleceu sociedade nos negócios com uma das maiores famílias envolvida no comércio ilegal ao dividir a propriedade do patacho Fluminense com João José Santos Breves. O negociante também formou ligações com a família Bazilio, Cardoso e até mesmo com os irmãos Breves, antes da década de 1840. Não obstante, as características de suas unidades produtivas desenvolvidas a partir de 1830, em Itaguahy, demonstraram uma forte gerência e participação no reerguimento do tráfico de africanos para o Brasil na ilegalidade.

Para evidenciar de melhor maneira o cotidiano dos engenhos e lavouras de Dias Pavão, as próximas páginas se reservaram a analisar os dados retirados do seu inventário, aberto em 1875, e dos registros paroquiais de suas terras feitos em meados da década de 1850. Se em 1834 os autos da avaliação de D. Anna não apresentaram fazendas, apenas terras, engenho, lojas, ferramentas, trens, casas de negócios e casas que serviam para suporte de atividades em torno da colheita e preparo dos produtos colhidos, em 1856, Pavão já vivia uma expansão nas posses agrárias.[83] Contudo, não foi possível atestar quando ocorreram as compras de novas terras ou o aumento das já existentes e nem se esse processo foi dado em um período curto ou extenso.

Mesmo sem esta análise ao longo do tempo, as mudanças na década de 1850 já se aproximavam mais das posses encontradas no fim da vida de Pavão do que no momento do falecimento de sua esposa. Em 1856, novos confrontantes foram adicionados às terras de

83 Ibidem, pp. 29-30.

Pavão e de seu filho Antonio Dias Pavão de Araujo, o qual declarou ter posses no Cercadinho no mesmo ano. Vinte e dois anos após o falecimento de D. Anna, seu filho passou a ter dois prazos de terra na mesma região. Esse pareceu ser um caso de expansão nas propriedades da família Dias Pavão, pois Araujo declarou ao Vigário Diniz de Affonso que ser confrontante com as de seus três tios maternos e Antonio da Roza Ramos e a finalização do registro se deu com a escrita: "Fazenda do Supe da Serra em Itaguahy, 5 de fevereiro de 1856.". [84]Portanto, a ponderação anterior sobre o Sape da Serra e a terra que resguardava o engenho em 1834 serem onde se estabeleceu a casa grande da família Pavão se manteve. Ademais, o meio prazo de terra do Cercadinho fora expandido para dois. Por fim, é bem provável que Dias Pavão tenha dado as terras do Cercadinho para seu filho, uma vez que a região em questão, entre a Estrada Geral, a Mata dos Índios e o Rio Quilombo, parece ter sido ocupada em peso pelo tronco familiar Bazilio-Pavão.

Não obstante, novas propriedades, e em outras localidades, foram relacionadas ao, na época, Barão. Na Fazenda localizada no Sape da Serra, havia nove prazos e meio de terras, nos lugares denominados Caçador e Carioca existiam quatro prazos cada, no lugar denominado Conceição eram dois prazos, no Saco da Prata era meio prazo de terras assim como na terra dos índios, sendo estas últimas compradas por escritura pública.[85] A maioria eram terras foreiras à Imperial Fazenda de Santa Cruz, menos esta última que era própria como já apontado no capítulo anterior. Até 1875, mais outra propriedade foi apontada nos autos da avaliação de seu inventário: o retiro da Boa Vista. A Tabela 16, abaixo, centralizou os valores atribuídos às propriedades localizadas em Itaguahy e incluiu os bens de raiz, semoventes, cativos e produtos colhidos.

Tabela 16 – Avaliação das Propriedades listadas no inventário de Antonio Dias Pavão em Itaguahy

Nome	Valor	%
Fazenda de São Sebastião	153:327$230	66,0
Fazenda da Conceição	23:057$400	9,9
Fazenda da Carioca	14:400$000	6,2
Fazenda do Caçador	14:337$000	6,2
Ribeirão do Caçador	17:000$000	7,3
Fazenda do Espigão	9:500$000	4,1
Retiro da Boa Vista	670$000	0,3
TOTAL	232:291$630	100,0

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Os dados acima tornaram mais evidente as discrepâncias, já apontadas, nesses quarenta anos de intervalo entre os óbitos do casal. Em disparado, a Fazenda de São Sebastião era a mais valiosa (66%). Em sua descrição, a propriedade aparece com nove prazos de terras foreiras à Imperial Fazenda e, por isso, a considerei como a fazenda localizada no Sape da Serra. As propriedades localizadas no Caçador (13,5%), Conceição (9,9%) e na Carioca (6,2%) permaneceram nas mesmas áreas já declaradas, enquanto o Retiro da Boa Vista (0,3%) agrupou as terras do Saco da Prata e das terras dos Índios, sendo seus valores, respectivamente, de 520$000 (quinhentos e vinte mil réis) e 150$000 (cento e cinquenta mil réis). Por fim, a Fazenda do Espigão (4,1%) continha apenas bens de raiz, semovente e prata. A Tabela 17, abaixo, apresentou as divisões dos bens das propriedades apontadas anteriormente, sem menção aos escravizados que foram analisados no capítulo seguinte.

84 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

85 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Diário do Rio de Janeiro, 1848, Edição 07955 (1), p. 2.

Os bens avaliados demonstraram a grande estrutura disposta na Fazenda de São Sebastião. De maneira explicativa, foram eles: os bens de raiz encontrados eram fornos, olarias, casas e estruturas usadas para trabalhar a cana colhida, depositar aguardente, secar café, além de senzalas, hospital, plantações, galinheiro. Os bens semoventes eram os animais como bois, porcos, carneiros, galinhas. Os móveis eram as mobílias da casa grande. Ademais, foram destacados os sacos de café e os quilos de açúcar mascavo e outros alimentos existentes nas fazendas. Entretanto, a farinha, as frutas e outras colheitas foram consideradas e avaliadas na parte de mantimentos.

Tabela 17 – Avaliação das Propriedades x Bens listadas no inventário de Antonio Dias Pavão em Itaguahy

Nome	Raiz	Semoventes	Móveis	Açúcar	Café
São Sebastião	50:091$230	5:628$000	2:600$000	1:308$000	1:400$000
Conceição	14:307$400	-	-	-	-
Carioca	14:400$000	-	-	-	-
Caçador	14:307$400	-	-	-	5:708$000
R. Caçador	2:600$000	-	-	-	-
Espigão	6:942$000	2:228$000	-	-	-
Boa Vista	-	-	-	-	-
TOTAL	102:648$030	7:856$000	2:600$000	1:308$000	7:108$000
%	84,5	6,5	2,1	1,1	5,8

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Conforme apontado acima, apenas uma fazenda preencheu todas as lacunas de bens avaliados, enfatizando assim uma proporção grande de posses, mas que não estavam que não eram semelhantes em capacidade de produção. Dessa forma, fez sentido pensar na Fazenda de São Sebastião, localizada no Sape da Serra, como o "centro" das propriedades do casal.

Além disso, esse tipo de disposição dos bens nas propriedades inclina a percepção de um complexo de fazendas que desempenhavam participações diferentes nos empreendimentos de Dias Pavão. Semelhante às interpretações de Thiago Pessoa, em que as propriedades litorâneas dos irmãos Breves apresentavam funções específicas na logística do tráfico ilegal, as sete fazendas descritas acima exemplificam um "(...) papel de destaque na montagem da fortuna familiar, sobretudo porque abrigaram a estrutura de cabotagem e do tráfico (...)" (Pessoa, 2018, p. 73). Sendo assim, enquanto São Sebastião pareceu ser a maior responsável, desde 1834, pelo suprimento agrícola das propriedades de Dias Pavão, as outras não se apresentaram tão aquecidas. Tendo sido levado em consideração o momento da promulgação da Lei do Ventre Livre – que, definitivamente, colocou o fim da escravidão no horizonte dos senhores – e a decadência que as fazendas de café e açúcar enfrentaram durante essa década, não é suspeito que a maioria das propriedades de Pavão estivesse sem escravos, sem animais, sem móveis, sacas e kilos de mantimentos.

Entretanto, a expansão de terras vivida entre meados da década de 1830 e 1850, período em que, comprovadamente, Pavão lançara seu navio ao mar do contrabando, também pôde indicar uma aquisição de novos elementos para a logística da ilegalidade. Propriedades poderiam ter sido utilizadas como pontos de descanso e cuidados para os africanos recém-chegados ou até mesmo locais de permanência de africanos até serem vendidos e distribuídos para outras localidades do Sul Fluminense ou de outras Províncias. Mesmo que as fazendas de Pavão ainda reservem muitas dúvidas sobre suas conexões e os vários usos de tantas propriedades, convém lembrar que a vinda dos africanos ilegalmente traficados também

poderia ter sido direcionada à Mangaratiba e, talvez, a participação das terras em Itaguahy tenha sido redirecionada para outros objetivos. De todo modo, o que se observou foi que o então Barão transformou o dote e as terras nos arredores da casa da família de seu sogro em um grande complexo que serviu ao Império da escravidão.

As últimas páginas puderam dar conta de apontar aspectos das posses do casal em meados da década de 1830, assim como a participação do mesmo nas atividades ilícitas do tráfico de africanos e as prováveis conexões com suas propriedades. Os circuitos de propriedades declaradas por Pavão, na época barão, em Itaguahy viabilizaram elucidar que tais localidades provavelmente estavam sendo usadas para a logística operacional do empreendimento negreiro. Contudo, pouco se encontrou sobre maiores aspectos de sua vida privada, uma vez que fontes mais pessoais como correspondências e testamentos, nos períodos previamente analisados, não foram identificados. De toda forma, as próximas linhas se dedicaram a perceber partes da trajetória de Dias Pavão na segunda metade do XIX.

Apesar de D. Anna Bazilia ter escapado de uma investigação nesse sentido, o inventário *post-mortem* de seu marido elucidou grandes partes da trajetória do falecido nobre. Um longo testamento, novas propriedades e componentes no monte-mor foram interpretados como estratégias utilizadas, pelo mesmo, ao longo de suas últimas décadas de vida, provavelmente, a partir de 1850 para sua ascensão na Corte. Mesmo com ribeirão, fazendas e sítios localizados em Itaguahy, Dias Pavão foi a óbito, contanto com mais de quarenta casas térreas e sobrados por diversas localidades da Corte como, por exemplo, as ruas Catete, Haddach Lobo, São Clemente, Visconde Rio Branco, de Itaúna e Largo do Rosário, além de casas e terras em Petrópolis.[86] Falecido em sua casa, na Rua São Clemente, avaliada em pouco mais de 80:000$000 (oitenta contos de réis), o Conde pareceu ter começado sua permanência na Corte muitos anos antes. Em 1848, foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro* que Dias Pavão era suplente dos eleitores de Engenho Velho[87] e, em 1856, o então Barão de Itaguahy apareceu na chapa dos eleitores da mesma freguesia.[88] Em 1869, o *Almanak Laemmert* o identificou como morador da Rua Engenho Velho, número 112a[89], a qual é, atualmente, a região da Grande Tijuca no município do Rio de Janeiro. O baronato, conquistado em meados do século XIX, pareceu ter sido acompanhado da atuação política e certamente a permanência de Dias Pavão na vida cotidiana da Corte.

Esse movimento de saída de grandes proprietários e envolvidos no comércio de africanos de Itaguahy para a Corte já fora apontado por Gustavo Moreira. Segundo o autor,

> Relembramos ainda que o município, com a função que desempenhava no tráfico ilegal, deve ter sido severamente atingido em sua economia pela aplicação da lei Eusébio de Queirós, a partir de 1850. É razoável conceber que os negociantes mais dependentes da atividade negreira, em sua maioria, tenham abandonado a vila, se instalando na Corte, ou em localidades do interior que experimentavam uma expansão produtiva (MOREIRA, 2005, p. 95).

Mesmo que o Conde ainda tenha continuado com suas propriedades existentes em Itaguahy, sendo apenas uma delas em pleno vapor, a ponderação de Moreira se fez valer no caso de Dias Pavão já que o mesmo, em 1856, se localizava no Engenho Velho na Corte. De certo, os motivos para essa saída de Itaguahy podem ter sido diversos, porém, o que se pôde observar foi que, concomitantemente às suas participações no tráfico ilegal, Pavão também

86 Ibidem. Jornal do Commercio, 1856, Edição 00311 (1), p. 1.

87 Ibidem. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1869, Edição 00026 (4), p. 90.

88 João Fragoso utiliza a categoria negociante-fazendeiro para classificar os empresários que apareciam no *Almanak Laemmert* exercendo as atividades mercantis e agrícolas simultaneamente ou não, mas principalmente que tinham uma fortuna agrária originária de uma acumulação mercantil. Sendo assim, as práticas mercantis utilizadas por tais sujeitos serviam de bases para o ingresso em uma hierarquia pautada na agricultura e escravidão. Cf. FRAGOSO, 2013, pp. 136-137.

89 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)**. Correio Official: in Medio Posita Virtus (RJ), 1835, Edição 00059 (1), p. 4.

era presente nas obras da Província e em homenagens públicas a figuras importantes como D. Pedro I, desde a década 1830. A conquista da nobreza, portanto, não foi imediata à sua ida para a Corte, mas evidenciou uma busca de longos anos por prestígio no Império brasileiro.

Essa procura pelo reconhecimento e ascensão no Império e, especialmente, na Corte era bem comum aos negociantes dos oitocentos. Ao analisar o comportamento de Francisco José Cardoso, Gustavo Moreira (2005, p. 49), apoiado no modelo proposto por Riva Gorestein, afirmou que os negociantes tinham intenção de ascender na sociedade da Corte e gastavam grande parte de suas fortunas para obterem mercês, honrarias e títulos que os permitissem gozar de tais prestígios. Nesse sentido, o envolvimento nos negócios era transformado ou levado lado a lado com os empreendimentos agrícolas para aqueles que desejavam estar alinhados a uma hierarquia do próprio tempo.[90] A participação de Dias Pavão em obras públicas na Província do Rio de Janeiro, portanto, não diverge das ações de seus contemporâneos.[91] Mesmo tendo sido apontado na categoria de negociante de secos e molhados em Santa Cruz apenas seis anos antes.

Este foi um caminho também trilhado por diversos traficantes do período ilegal, os quais se viram reinvestindo seus ganhos no tráfico em outras atividades, inclusive em obras. Segundo Luiz Saraiva, Thiago Pessoa e Rita Almico, esse era o caso de José Bernardino de Sá que se tornou acionista da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1843 e contratante de obras públicas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – feitos que abriram oportunidades para sua nobilitação (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, pp. 25-70). As ações de Sá foram efetivas e, em 1844, recebeu o título de comendador do Império, enquanto o baronato da Villa Nova do Minho só foi adquirido seis anos depois em Portugal, mas reconhecido por D. Pedro II em 1851 (Saraiva; Santos; Pessoa, 2021, pp. 43-45). A estratégia de ir a Portugal foi bem sucedida, pois provavelmente não teria o mesmo desfecho que no Brasil já que a longevidade dos negócios negreiros ilegais de diversos sujeitos como Manuel de Aguiar Valim, Joaquim de Souza Breves, Manoel Pinto da Fonseca e Antonio Pedroso de Albuquerque os impediram de virarem barões.

Nesse sentido, a ausência de Dias Pavão nos registros do *Slave Voyages* indicou sucesso nos seus empreendimentos ilícitos. Contudo, é provável que sua participação no contrabando – na introdução e distribuição de africanos a partir de Itaguahy – tenha sido conhecida cotidianamente, uma vez que ele dependia da feitura de registros paroquiais de batismo para a garantia da propriedade ilegal em solo brasileiro. Entretanto, parece que a ascensão de Pavão foi associada a uma trajetória não tão longa ou, ao menos, não tão pública no comércio de africanos para o Sul Fluminense. Se grandes nomes do tráfico permaneceram comendadores no Império dos barões, muitas foram as chances de que a conquista dos títulos de Barão, Visconde e Conde de Itaguahy estivessem atribuídos a um indivíduo que não teve seu nome manchado pela atuação em um dos maiores silêncios do século XIX.

O investimento em obras públicas foi uma estratégia percebida também em cafeicultores da década de 1850. Segundo Mariana Muaze,

> A década de 1850 foi bastante favorável aos cafeicultores, que viveram o ápice da produção fluminense entre os anos de 1855 e 1856, totalizando 9 milhões e 400 mil arrobas de café colhidas, o equivalente a 80% da produção nacional e 50% da mundial. Aproveitando essa boa fase das exportações, o barão [de Capivary] investiu, em seu nome e de seu filho, na compra de ações da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II e do Banco Comercial e Agrícola, e contribuiu para diversas obras religiosas (Igreja Nossa Senhora da Glória, Matriz de São José do Recife e Asilo de Santa Leopoldina) e leigas (construção do Teatro Lírico e do Teatro de Niterói). (...) Como conclusão, é possível afirmar que na administração dos negócios do barão de Capivary conviviam a valorização do prestígio, baseada na compra de títulos e de mercês, e as aplicações em ações de empresas promissoras e "modernas", como ferrovias e instituições bancárias (MUAZE, 2008, pp. 101-102).

90 **Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).** Diário do Rio de Janeiro, 1847, Edição 07520 (1), p. 3.

91 Ibidem. Jornal do Commercio, 1855, Edição 00107 (1), p. 2.

A ascensão de Joaquim Ribeiro de Avellar, que possuía uma trajetória bem diferente da de Dias Pavão, também perpassou por construções de laços muito importantes na Corte. A conquista da nobilitação, em seu caso, foi tão importante que – de acordo com Muaze – pôde ser percebida como um preparativo para o casamento com Mariana Velho da Silva, a qual era filha de uma família com grande participação na burocracia do Palácio Imperial. Desde 1843, Avellar e Domingos Alves elaboraram as melhores estratégias para que o primeiro alcançasse o baronato e, assim, as negociações da titulação se iniciaram com as contribuições para o "hospital para alienados", as quais foram pagas em várias prestações de 4:000$000 (quatro contos de réis) cada (MUAZE, 2008, p. 44). Somente três anos depois, Avellar se tornou barão de Capivary, mas seguiu com a constante conversão de partes de suas fortunas na manutenção de suas honrarias e, consequentemente, na conquista de prestígio em seu meio social.

Na década de 1840, Dias Pavão também participou de diversas subscrições de obras pela Corte. Em 1847, cedeu 200$000 (duzentos mil réis) para a obra das torres na Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo.[92] Em 1855, já com o título de barão, Dias Pavão organizou o levantamento de uma estátua a D. Pedro II. A homenagem que seria feita na Praça da Constituição foi agenciada pelo nobre em convite da Câmara Municipal da Corte que totalizou 627$000 (seiscentos e vinte e sete mil réis) e foram entregues ao Visconde de Bonfim.[93] Em 1867, enquanto visconde, ofereceu 6:000$000 (seis contos de réis) para as urgências do Estado, sendo colocado na seção de "ofertas patrióticas" do Diário do Rio de Janeiro.[94] As ações de Dias Pavão, ao ter se envolvido nas demandas públicas, foram certamente reconhecidas, e o trecho abaixo, de 1868, demonstrou isso quando Pavão foi nomeado Conde de Itaguahy:

> Com grande satisfação lemos no Correio Mercantil de 23 do passado que o nosso distincto amigo visconde de Itaguahy foi elevado ao condado do titulo que já possuía. Sua Magestade o Imperador, galardoando á homens que, como o nobre conde tem sabido levar o patriotismo e a virtude de seu caracter ao ultimo auge, vai colhendo novos louros para immortalisar seu nome na historia pátria. Honra, pois, a Sua Magestade e ao seu illustre governo, por saberem devidamente reconhecer o mérito de distinctos varões com o S. Ex., e honra também ao nosso respeitável amigo que, por uma serie não interrompida de actos beneméritos, jamais tem desmerecido sua honradez e probidade. O nome do nosso amigo basta para symbolisar a virtude, a fé robusta na nossa santa religião e a devotação ao throno. Não desejamos offender a modéstia mais que reconhecida de S. Ex; portanto, deixando de enumerar seus serviços e virtudes cívicas, aqui terminamos, pedindo ao Exm. conde que aceite as sinceras congratulações de
>
> *Um amigo e admirador.*
>
> Juiz de Fóra, 2 de maio de 1868.[95]

Parece que o passado criminoso e nada nobre de Antonio Dias Pavão foi esquecido ou, mais certo, ignorado com sucesso. Certamente, existiram mais episódios de participação em obras e homenagens públicas do que os citados aqui, contudo, a cronologia destacou que esse foi um caminho trilhado por Pavão muito antes da conquista de seu primeiro título e foi reinvestido ao longo da segunda metade do século XIX. Portanto, o que foi visto em Joaquim Ribeiro de Avellar por Mariana Muaze se assemelhou ao então Conde no que tange a constante injeção dos ganhos agrícolas em estratégias para a aquisição de mais prestígio na Corte.

---

92 Ibidem. Diário do Rio de Janeiro, 1867, Edição 00061 (1), p. 1.

93 Ibidem. Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1868, Edição 00134 (1), p. 3.

94 Ibidem. Diário do Rio de Janeiro, 15 de junho de 1875, Edição 00166 (1), p. 2.

95 **Acervo PET-História (UFRRJ).** Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí.

Após seu falecimento, a imagem honrosa de Pavão foi novamente retomada no Diário do Rio de Janeiro. Em 15 de junho de 1875, foi publicado que o nobre

> Fez valiosos donativos pecuniarios relativos a fins humanitários, patrióticos e religiosos, concorrendo, por exemplo, com 30:000$ para a edificação da Santa Casa da Misericordia nesta Côrte; com 17:000$, além da importância de escravos, que libertou, para as urgências do Estado, durante a guerra com o Paraguay; e com bastantes valores para o esplendor do culto em diversas igrejas do municipio neutro. (...) captou a estima e consideração de seus concidadãos; e mereceu, pelos relevantes serviços que prestou a causa publica, desde o reinado de Sr. D. João VI, as honras do posto militar em que foi reformado, assim como as mercês com que galardoou a munificencia imperial.[96]

Aparentemente, Pavão já buscava uma boa relação com os monarcas que passaram pelo território brasileiro antes mesmo de se tornar fazendeiro e negociante.

Entretanto, as boas ações não foram as únicas estratégias utilizadas por ele para diversificar o uso de sua renda e moldar sua imagem fora do município de Itaguahy. Imóveis, apólices da dívida pública, ações em companhias e bancos, assim como dívidas ativas, foram outros recursos utilizados por Pavão. A Tabela 18, abaixo, evidenciou os valores encontrados para tais categoriais no inventário *post-mortem*. No caso das apólices da dívida pública, 173 foram distribuídas somente no testamento, tendo cada uma o valor de 1:000$000 (um conto de réis).

Tabela 18 – Bens Urbanos, Apólices da Dívida Pública e Ativa listadas no inventário de Antonio Dias Pavão em Itaguahy

Tipo		**Qntd.**	**Valor**	**%**
Dívidas Ativas	Obrigações	18	31:995$230	2,2
	Aluguéis	3	3:345$000	0,2
Casas Urbanas		50	1,171:080$000	80,4
Apólices da Dívida Pública		250	250:000$000	17,2
TOTAL		336	1,456:420$230	100,0

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Como já mencionado, Dias Pavão tinha casas em Petrópolis e na Corte, sendo a mais cara delas onde faleceu, no atual bairro de Botafogo do município do Rio de Janeiro, na Rua São Clemente. De acordo com os dados acima, as casas urbanas eram as maiores responsáveis pelo exorbitante monte-mor do Conde, totalizando quase 1,171:080$000 (mil cento e setenta e um contos e oitenta mil réis) e, assim, compondo mais de 80% dentre os bens citados. Bem atrás delas estavam as apólices da dívida pública representando 17,2% desse montante e tendo um valor nominal semelhante às sete fazendas em Itaguahy que foram analisadas na Tabela 16. Em seguida e, por último, as dívidas ativas giraram em torno de 2,4% do total. Além disso, o falecido tinha quinze ações na Argo Fluminense, a qual foi uma companhia pioneira no ramo de seguros terrestres contra incêndios. A companhia funcionava desde 1845, entretanto só teve seu estatuto aprovado em 1858 (SAES; GAMBI, 2009, p. 15), o que é extremamente prudente para um sujeito que dispunha de cinquenta imóveis em localidades distintas, sem considerar as propriedades agrárias.

96 Em nossa análise, divergimos dos resultados encontrados por Ruiz para o caso de D. Anna Bazilia Dias. Para o autor, alguns menores africanos foram identificados por Ruiz graças ao uso desses padrões de divisão etária: dos 0-14 eram infantes, dos 14 aos 49 eram adultos e, acima, eram idosos. Nesta análise, não reproduzo essa divisão, uma vez que, a partir das interpretações de Romulo Garcia de Andrade, dos 0-7 eram infantes, dos 7-49 adultos e, os acima, idosos. Cf. ANDRADE, 2011, p. 100; **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

Não foi possível atestar quando e nem em que ritmo Dias Pavão começou a conquistar tais posses, todavia as estratégias encontradas desde a década de 1830, e intensificadas a partir de 1850, assim como sua mudança para o Engenho Velho, puderam apontar para novos empreendimentos a partir de meados dos oitocentos. Provavelmente impulsionado pela Lei Eusébio de Queiroz, e com as condições cada vez mais arrochadas para o sucesso das viagens negreiras, Dias Pavão certamente aproveitou sua baixa aparição nos negócios ilegais para traçar um novo rumo para sua vida. Sem deixar Itaguahy para trás e, certamente, utilizando os rendimentos de suas unidades produtivas no município litorâneo para se inserir no mundo da nobreza e da Corte, o então Conde de Itaguahy faleceu sob o manto da honra, da dedicação, benevolência e perseverança. Diferentemente do que infringiu sobre as vidas africanas que sequestrou, assassinou durante as viagens atlânticas e criminosamente condenou à escravidão ilegal.

Sendo assim, as linhas anteriores se debruçaram sobre as informações contidas em diversos documentos tendo como guia o nome de Antonio Dias Pavão e sua esposa D. Anna Bazilia Dias. Com objetivo de perceber possíveis indícios da operacionalização do tráfico ilegal através das posses do casal, o presente capítulo demonstrou que, além das fazendas, das plantações e dos registros paroquiais locais, as estratégias para o sucesso dos empreendimentos negreiros de Dias Pavão contaram também com laços de sangue, a diversificação de investimentos e o deslocamento para uma vida mais presente na Corte. A investigação sobre a ascensão de um Conde no Império dos Barões, que, no entanto, era cercado por Comendadores, ainda necessita ser expandida. Contudo, o capítulo a seguir se reservou a interpretar aqueles que permitiram um negociante do Curral Falso se tornar um nobre, habitante de Botafogo: os escravizados, em especial, os africanos.

3. DA COSTA ÀS FAZENDAS: OS CATIVOS DE ANTONIO DIAS PAVÃO EM SÃO FRANCISCO XAVIER DE ITAGUAHY (C. 1834 E C. 1875)

As próximas páginas se debruçaram sobre a análise de dois momentos da escravaria de Antonio Dias Pavão, o Conde de Itaguahy, e sua esposa, D. Anna Bazilia Dias. Tendo em vista as interpretações apresentadas nos capítulos anteriores, pontuamos que não foi possível dimensionar as mudanças na escravaria ao longo do período de 1834 a 1875. Entretanto, este capítulo teve por objetivo colocar em destaque os escravizados do casal. Sendo assim, aspectos como procedências, formações familiares, faixa etária, valores dispostos nos autos e outros em torno das características demográficas dos cativos foram analisados. Houve grande dificuldade em realizar cruzamentos entre os inventários e fontes de outra natureza, como as paroquiais, por alguns motivos: o fato desta primeira documentação apresentar apenas um momento da vida de tais sujeitos e as escassas informações contidas nos registros paroquiais. Dentre todas as lacunas, ou janelas, que esta pesquisa abriu, a vida cotidiana dos escravizados é, provavelmente, uma das maiores.

Seguindo com a percepção de que os inventários *post-mortem* são retratos de indivíduos nos fins de suas vidas, a comparação entre tais documentos, distanciados por um período de quarenta e um anos, certamente não foi capaz de reproduzir um quadro fidedigno da sucessão de acontecimentos que impactaram as pessoas mencionadas em suas páginas. Segundo Sérgio Nadalin (1994, pp. 29-30), que apontou caminhos metodológicos para a realização da demografia histórica, as mudanças na história de uma população se definem qualitativamente, por exemplo, em relação às idades de seus integrantes, à profissões, às mobilidades, que podem ser horizontais ou verticais; aos conflitos entre o próprio grupo analisado, além de fatores como doenças, crises, fome, políticas e relações sociais. Mesmo tendo disponível para interpretação os dados de determinado momento da escravaria do casal, em 1834, e na morte do cônjuge, em 1875, aspectos dos ciclos vitais dos cativos não puderam ser compilados e organizados a partir apenas dos inventários.

Os registros paroquiais de batismo e de óbito permitiriam suprir tais lacunas e manter, em alguma medida, um olhar mais profundo sobre escravizados que foram avaliados em 1834. Porém, estes documentos apresentaram uma dificuldade particular: a identificação dos sujeitos. Uma vez que este tipo de fonte pode apresentar informações como nome, idade, data do óbito, batismo ou nascimento, proprietário, matrimônios e procedência, ela se destaca graças ao seu compilado de valiosas informações sobre o registrado e aqueles também mencionados no assento. Entretanto, as sucintas informações contidas nos registros paroquiais do período investigado até garantiram que os escravizados do casal fossem encontrados, mas, a chuva de nomes comuns na escravaria de D. Anna como Maria, Joze, Francisca, Joaquim e outros, sem informações adicionais, inviabilizaram assegurar – na maioria dos casos – quem de fato eram aquelas pessoas.[97] Sendo assim, para este caso, o método onomástico não se demonstrou suficiente, principalmente, por raros escravizados terem contado com sobrenome – o que facilitaria a localização dos mesmos nos registros –, pela falta de outras fontes para comparação como o registro de compra e venda dos cativos e pelo uso dos inventários como base de análise. Para fins desta pesquisa, que foi perceber a ação de Dias Pavão no tráfico ilegal, as informações contidas nos autos em relação aos cativos foram satisfatórias – graças a um único caso –, além das ocultações encontradas na "Lista de Matrícula de Escravos" do inventário de 1875 e das continuidades de alguns escravizados nas quatro décadas que se passaram.

A impossibilidade – e este é o melhor termo – de assegurar se os nomes dos registros paroquiais de batismo e de óbito se referiam aos mesmos indicados nos inventários de 1834

97 Para outras ponderações sobre a formação de famílias cativas, conferir a obra de Robert Slenes. Cf. SLENES, 2011.

e 1875, associada à não identificação dos caminhos que os ciclos vitais dos cativos de 1834 tomaram, geraram grandes dificuldades em perceber o crescimento dessa enorme escravaria de Itaguahy ao longo do tempo. Entretanto, foi possível retirar importantes dados sobre o que esses dois retratos tinham a revelar sobre os sujeitos que ali viviam. Dessa forma, os dados analisados se restringiram a procurar pelos remanescentes do tráfico ilegal, nos raros casos em que a pesquisa nominal entre assento paroquial e inventário foi assertiva, suas famílias e as dinâmicas de suas vidas enquanto trabalhadores escravizados.

Em relação às famílias, buscaram-se meios para interpretar os dados colhidos e suas relações com a dinâmica do comércio humano. Tendo em mente as grandes divergências existentes no campo teórico e metodológico das obras que se reservam ao tema da formação de famílias cativas no sudeste brasileiro, as páginas abaixo procuraram relacionar os dados recolhidos dos inventários com arcabouços teóricos já existentes, sobretudo, com obras que versassem com Itaguahy. Contudo, questões fundamentais para o cotidiano de tais famílias, como o apadrinhamento, não foram acompanhadas pelos motivos já mencionados.

Já as questões em torno do trabalho escravizado, que certamente foram impactadas pelas organizações familiares dessas pessoas, ganharam destaque na medida em que se debruçaram sobre a profissionalização dentro das lavouras e dos engenhos de D. Anna e Dias Pavão. A necessidade pela especialização, os contatos dos escravizados com outras modalidades de trabalho, como o de aluguel e o livre, encontraram suporte nas produções do campo da história social do trabalho, fazendo com que o cativo, principalmente o africano, fosse percebido enquanto agente – dentro de sua própria realidade – no seu cotidiano.

O primeiro recorte desse capítulo se iniciou no inventário *post-mortem* de D. Anna Bazilia. O período abordado foi um momento de crise na oferta de escravizados que impactou as relações familiares no interior das escravarias, pois os arranjos familiares, tais quais os padrões socioculturais relativos a estes, se alteraram em relação aos movimentos do tráfico (Florentino; Góes, 1997, p. 45). Em Itaguahy, essa crise de mão de obra cativa foi sentida majoritariamente pelos pequenos e médios produtores. Os grandes senhores passaram pelo período sem grandes alterações estruturais, expandindo seus bens à custa dos pequenos senhores e exportando sua produção para outros locais (Ruiz, 2015, p. 16). Dessa forma, sujeitos como D. Anna e Dias Pavão foram mais capazes de lidar com o período de "instabilidade" iniciado em 1830 do que seus conterrâneos de menor capacidade produtiva.

Como falado no primeiro capítulo, o café aparecia como principal cultura de plantio da região de Itaguahy. Contudo, embora este fosse o cultivo mais difundido, o plantio do açúcar não ficou muito tempo atrás, tendo ocorrido sua ascensão durante a segunda metade do XIX. Segundo Ricardo Ruiz (2015, p. 25), o topo da hierarquia econômica da região era ocupado pelos negociantes, em especial aqueles que financiavam a produção local e que detinham armazéns e embarcações para o transporte fluvial e marítimo. Dessa forma, o casal em questão e bem como já reforçado ao longo das últimas páginas, dispôs de grandes recursos financeiros, atuando nas áreas da agricultura e dos negócios, além do prestígio local decorrente tanto das figuras que compunham a família de Bazilia quanto dos títulos que Pavão conquistou ao longo da vida.

Vale ressaltar que o alto grau de concentração da propriedade escravizada revelava o caráter de uma sociedade escravista. Ou seja, aquela em que o principal objetivo da renda extraída do trabalhador cativo era a reiteração da diferença socioeconômica entre as elites locais e o resto da população. De acordo com Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997, p. 56), o tráfico destinava-se a abastecer não a sociedade como um todo, "mas sim a uma elite que, por meio dele, reproduzia seu lugar social e, desse modo, reiterava a sua distância em relação a todos os outros homens livres". Sendo assim, a intensificação do tráfico negreiro correspondeu a um aumento da porcentagem de escravizados na mão das elites proprietárias ao passo que ocasionou um decaimento do número de cativos por parte dos proprietários com menos de vinte escravizados.

Porém, pareceu que o abastecimento das unidades produtivas por intermédio do tráfico transatlântico não se manteve, em Itaguahy, por muito tempo, após 1850. Na verdade, segundo Ruiz (2015, p. 16), houve um progressivo afastamento de Itaguahy dessa modalidade a partir de 1840 e, na década seguinte, a reprodução endógena se tornou o principal meio de reposição de mão de obra cativa. Enfatizando que era de conhecimento geral a existência de tráfico ilegal de escravos na localidade, sendo o município amplamente reconhecido como rota de contrabando, e que muito dos indivíduos escravizados, quiçá a maioria, eram vendidos para outros locais. Portanto, tais ponderações reforçaram a movimentação de Dias Pavão rumo à Corte a partir de meados dos oitocentos.

Como mencionado, o início da escravaria do casal, certamente, não se deu no ano da avaliação dos bens do inventário da esposa, já que era uma escravaria com centenas de cativos, sendo maioria africana. Tendemos a crer que o matrimônio entre Bazilia e Pavão tenha ocorrido ainda durante a década de 1820, o que torna provável que a escravaria de 1834 tenha sido iniciada no mínimo cinco anos antes da abertura do inventário. De todo modo, o crescimento da escravaria se deu de maneira relativamente rápida, graças ao abastecimento via tráfico transatlântico. Os apontamentos de Florentino e Góes (1997, p. 65) elucidaram alguns aspectos dessa dinâmica, pois, na perspectiva do autor, a aceleração do tráfico, após 1808, potencializou um cenário de concentração de mão de obra escravizada nos grandes lotes de terra, um movimento que durou até a crise de oferta africana de 1826 a 1830. Já em uma análise sobre o município de Itaguahy, Ruiz (2015, p. 63) apontou as seis maiores escravarias de 1830 a 1842. A de D. Anna ficou como a maior dentre todas, com cerca de 120 cativos, em seguida, a de Antonio José de Oliveira Sampaio com 95 escravizados, José Correa com 66, Heleodora Carolina D'Oliveira com 70, Antonio da Rosa Ramos com 70 e José Luiz Figueira com 63.[98] Sendo que somente as propriedades de Bazilia e Luiz Figueira possuíam famílias conjugais em seus plantéis, sendo o da primeira com o maior percentual de adultos e o menor índice de idosos. Segundo Ruiz (2015, p. 64), esses aspectos apresentaram uma escravaria em plenas condições de expansão. De fato, o que se sucedeu nas décadas seguintes foi o crescimento das posses do casal e, em quatro décadas, o número de cativos mais que dobrou. A Tabela 19, abaixo, apontou os primeiros dados demográficos da escravaria de Anna Bazilia no ano de sua morte. Nela apresentaram-se a quantidade de homens e mulheres para africanos, crioulos e indivíduos que não tiveram a procedência identificada. Além disso, recortes sobre idosos (acima de 50 anos), adultos (dos oito aos 49 anos) e inocentes (zero aos sete anos) também foram incorporados.

Tabela 19 – Escravizados listados nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias

		Idosos	Adultos	Inocentes	TOTAL	%
Africanos	Homens	3	57	-	84	70,0
	Mulheres	-	24	-		
Crioulos	Homens	-	4	13	34	28,3
	Mulheres	-	7	10		
N.I.	Homens	-	1	-	2	1,7
	Mulheres	-	1	-		
TOTAL		3	94	23	120	100,0
%		2,5	78,3	19,2	100,0	

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

Foi possível traçar alguns paralelos com os dados obtidos em outras pesquisas sobre o município. A análise da fonte confirma o que fora descrito por Ruiz em relação ao

98 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875, folha 127v.

percentual de adultos e idosos. Além disso, os baixos números de inocentes apresentaram uma escravaria que ainda não contava com altos índices de reprodução endógena entre os cativos. Dos 120 escravizados, os africanos representaram 70% da escravaria, enquanto os crioulos totalizaram quase 30% dentre os cativos. Somente dois sujeitos não tiveram a procedência identificada representando 1,7% da escravaria. Em relação aos grupos etários, os idosos eram apenas 2,5%, os adultos eram 78,3% e os inocentes, 19,2%. Em uma divisão de homens e mulheres, foi possível ver que a escravaria de D. Anna divergia bastante do panorama geral encontrado por Jessica Alves (2019, p. 72) para Nossa Senhora da Conceição do Bananal, em que a autora identificou que mais de 54% dos inventários de 1842 a 1889 apresentavam um equilíbrio sexual assim como etário entre adultos e idosos. De modo geral, a capacidade de expansão das unidades produtivas que ficaram para Dias Pavão pós-1834 puderam ser atribuídas ao trabalho desses 94 adultos e dos mais que foram introduzidos.

O desequilíbrio sexual na escravaria era um fato na escravaria de D. Anna Bazilia. Em 1834, aproximadamente 61,66% de toda a escravaria era composta por homens. Segundo o Florentino e Góes (1997, p. 49), a flutuação da masculinidade no agro fluminense, no período entre 1790 e 1830, revelava características que poderiam ser extrapoladas para outras regiões. Para os autores, em períodos de estabilidade do tráfico atlântico, haveria uma expansão de famílias conjugais, enquanto na fase de incremento de desembarque haveria crescimento das famílias matrifocais. Levantando a hipótese de que o início das formações de casais no interior das propriedades de Bazilia poderia ser fruto do *boom* da importação de africanos nos anos anteriores.

Houve uma variação diretamente proporcional entre o incremento do tráfico de escravos e a taxa de masculinidade nos dois primeiros intervalos analisados. De 1790 a 1807 e 1810 a 1825, esse valor saltou de 59% para 65% (Florentino; Góes, 1997, p. 61). Esses resultados falaram a respeito, sobretudo, dos grandes plantéis. Nos pequenos – aqueles com menos de nove escravos – se sucedeu o inverso: conforme se intensificava o tráfico de africanos, a taxa de masculinidade tendeu a diminuir em direção a um equilíbrio entre homens e mulheres, um movimento que expressava o relativo afastamento dos proprietários do mercado de homens por conta do aumento geral dos preços dos escravizados. Durante a crise da oferta, o momento de maior pico do tráfico e da morte de Anna Bazilia, este quadro se inverteu: a taxa global de masculinidade retornou quase que aos mesmos níveis da época de estabilidade, ao redor de 60% (Florentino; Góes, 1997, p. 64). Em consonância com os dados contidos no inventário de Anna Bazilia, visto que, segundo os autores (1997, pp. 61-64), o desequilíbrio entre os sexos atenuou-se nas grandes propriedades e elevou-se nas menores. Nessa linha, foram os africanos a fonte do maior desequilíbrio entre homens e mulheres assim como das taxas de masculinidade entre menores e maiores plantéis de 1810 a 1830.

Nesse sentido, coube uma análise dos resultados obtidos a partir dessa dinâmica. Florentino e Góes (1997, p. 66) estabeleceram dois pressupostos: (a) independente da fase do mercado de escravos, as empresas escravistas se pautavam pela compra majoritária de homens; e (b) que os nascimentos de escravos eram maiores entre os grandes plantéis. O resultado final era um panorama menos desequilibrado no interior das grandes propriedades do que nas pequenas, porque naquelas se incrementava a frequência de crioulos através dos nascimentos. A partir da crise de oferta que se iniciou em 1830, os senhores passaram a propiciar a seus cativos melhores condições para que pudessem aumentar sua reprodução, o que foi refletido por um aumento do mercado de mulheres, em especial advindas do mercado interno (Florentino; Góes, 1997, p. 68). Ou seja, um tráfico de mulheres, sobretudo em período fértil, no qual os pequenos produtores perdiam escravizadas para os grandes senhores.

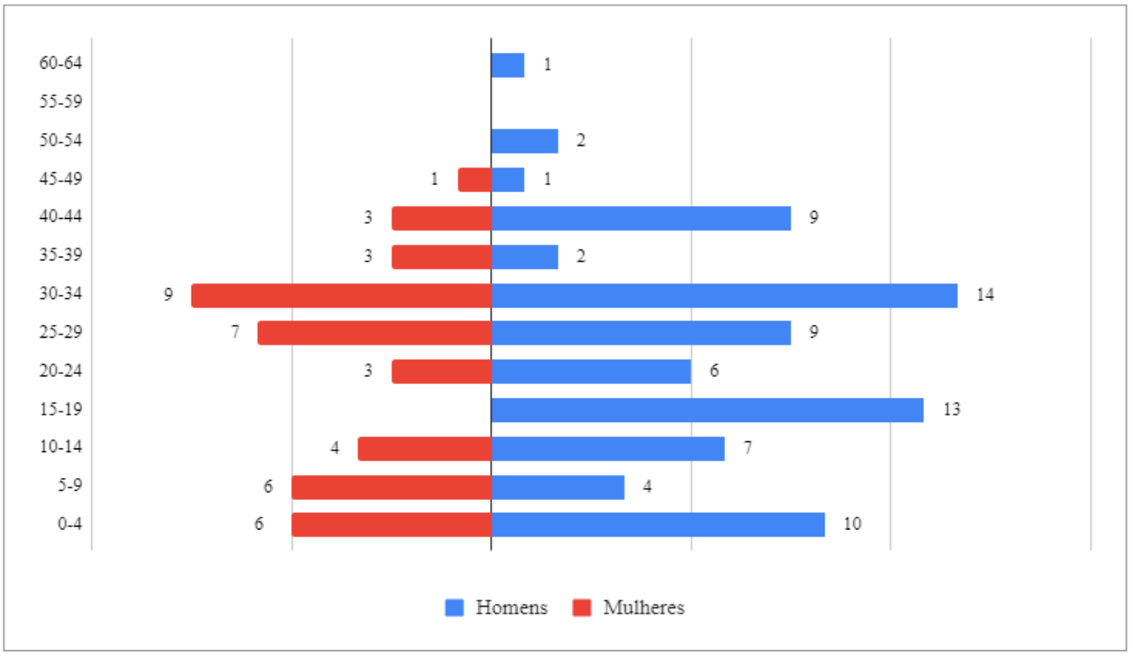
A questão que se levantou foi se essa dinâmica pôde ter sido extrapolada para o município foco desta investigação. No cenário de Itaguahy, Ricardo Ruiz (2015, p. 32) apontou

que o desembarque de homens foi 1,65 vezes maior que o de mulheres, proporção bem menor em comparação com a cifra de três africanos homens para cada mulher no Valongo – de maneira geral, após 1831, os proprietários passaram a valorizar ainda mais a compra de mulheres em idade fértil, tendo em vista a possibilidade do fim do tráfico atlântico.

Entretanto, como já citado, dentre todas as mulheres escravizadas que constavam no inventário de D. Anna Bazilia, não houve registros de menores vinte anos. Esse padrão divergiu das análises de Florentino e Góes (1997, pp. 135-139), no qual se atestou que a escravizada brasileira tinha seu primeiro filho mais cedo que a mulher livre na colônia: o limite máximo para parir apontado pelos autores era de dezenove anos para as africanas e de dezessete anos para crioulas – entre um a três anos antes, e em condições mais adversas, do que a mulher livre brasileira. Sendo assim, não acredito que houve realmente uma tendência de D. Anna Bazilia em comprar mulheres em idade fértil, já que, em seu inventário, se apresentaram mulheres que já tinham passado de tal período, sugerindo que não havia um plano de reposição de mão de obra através da reprodução interna naquele momento.

Tornou-se necessário enxergar a distribuição das faixas etárias a fim de compreender o perfil da fazenda de D. Anna Bazilia. Pegando o gancho estabelecido pela divisão de adultos, idosos e inocentes acima, através da Tabela 19, o Gráfico 1, abaixo, apontou de maneira mais evidente como as idades eram distribuídas na escravaria de 1834. Foi possível observar que os homens se concentraram, com maior volume, em quatro faixas-etárias, enquanto as mulheres apresentaram maior concentração apenas em duas. Sendo que a pessoa mais velha não ultrapassou os 64 anos, o que implicou em uma escravaria que ainda não possuía como característica uma longevidade dos seus cativos.

Gráfico 1 – Faixa Etária dos Escravizados listados nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias

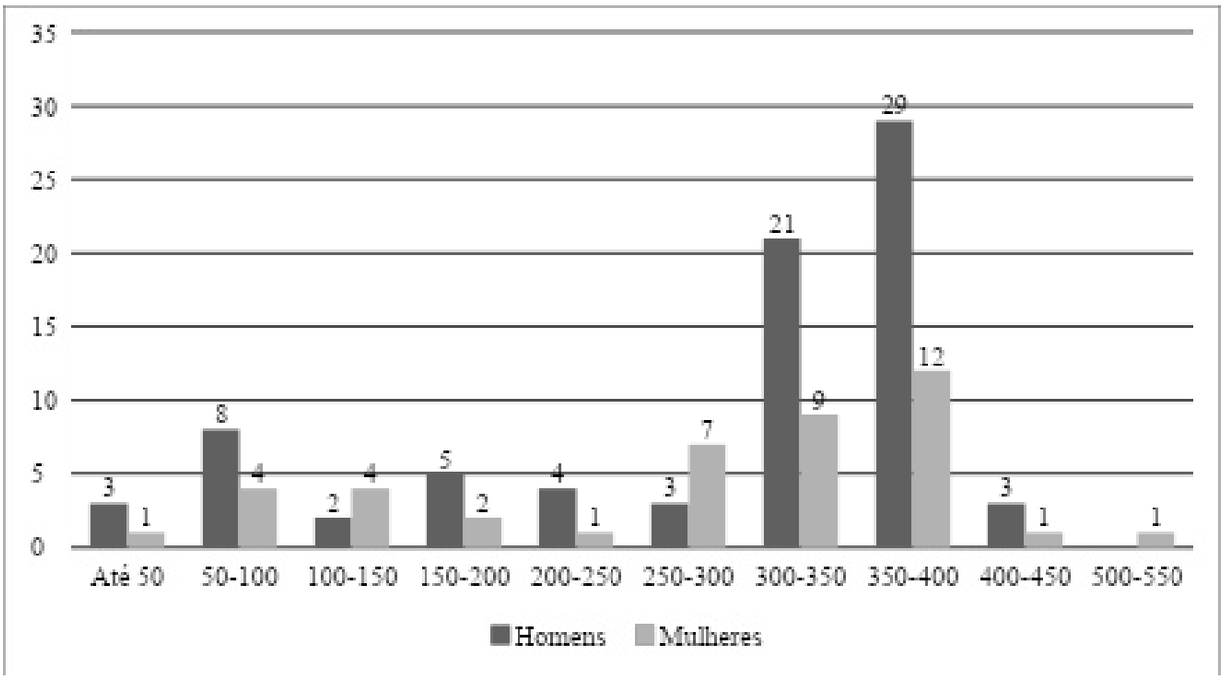


Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

Novamente, foi profícuo comparar os dados ilustrados com o padrão encontrado para o município, assim como ver as idades preferenciais. Dessa forma, mantendo uma divisão por gênero, foi possível observar que a maioria de homens (quatorze) e mulheres (nove) se concentraram na faixa de 30-34 anos. Em relação aos idosos, apenas dois homens foram apontados nas faixas de 50-54 anos e um na de 60-64 anos. Os inocentes, em contrapartida, tiveram a presença de ambos os gêneros, na qual a maioria dos homens estava entre os 0-4

anos (dez) e as mulheres se dividiram dos 0-4 (seis) e dos 5-9 anos (6). Em 1842, na análise da escravaria do Capitão Oliveira Figueiredo, Ricardo Ruiz (2015, p. 54) apontou que de 1-14 anos existiam 51 homens e 44 mulheres, totalizando 30,6% e, de 15-40, 95 eram homens e 73 mulheres, fazendo com que essa faixa-etária representasse 54,2% do total de cativos. A quantidade dos de 0-4 ser maior dentre os inocentes apresentou um indício de reprodução dentro das escravarias ou, ao menos, de crianças que acompanharam suas mães cativas ao serem compradas pelo casal. A presença de mais homens do que mulheres, na Tabela 19, apontou uma preferência por determinados perfis de cativos – nesse caso, o homem adulto – que totalizaram 78 dos cativos em comparação as 42 cativas, porém, com a descrição das idades, a introdução de homens mais novos ficou mais evidente. O pico da idade dos 15-19 anos totalizou treze homens enquanto as mulheres permaneceram com o que poderia ter sido uma introdução mais antiga de escravizados – pico dos 30-34 anos. Ainda assim, no final da fase adulta, os homens demonstraram uma concentração em menor escala, tendo sido nove com idade entre 40-44 anos e apenas três mulheres na mesma faixa. Levando esse mesmo grupo de 120 escravizados para uma análise dos valores atribuídos pelos avaliadores nos autos, foram observadas as discrepâncias monetárias entre tais faixas-etárias como apontado no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Preços dos Escravizados em Milhares de Réis listados nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias



Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

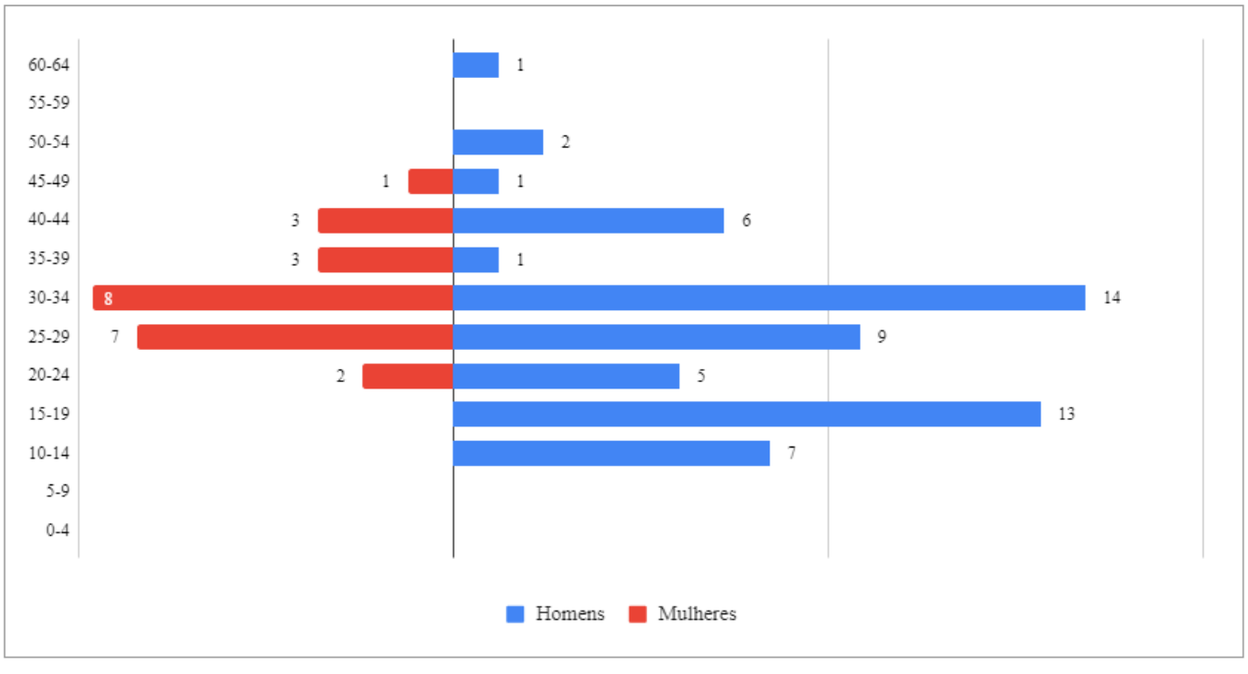
Foi possível inferir algumas análises acerca da relação entre preço, sexo e idade. Observou-se que, além de um salto na quantidade de homens que valiam de trezentos a 400$000 (quatrocentos mil réis), também ocorreu das mulheres permanecerem abaixo dos homens. Porém, com uma crescente na quantidade de mulheres que valiam entre duzentos e cinquenta a quatrocentos mil réis. De uma maneira geral, um homem era avaliado, em média, em 270$576 (duzentos e setenta mil quinhentos e setenta e seis réis), e uma mulher em 260$190 (duzentos e sessenta mil cento e noventa réis). Sendo assim, mesmo com uma distância do equilíbrio sexual, e na composição das faixas-etárias adultas, a relação do preço de homens e mulheres cativos de D. Anna e Antonio Dias Pavão permaneceram bem próximas. Todos com até 49$000 (quarenta e nove mil réis) eram recém-nascidos ou inocentes abaixo dos três anos. A crescente das mulheres dos 250$000 (duzentos e cinquenta mil réis) até os

399$000 (Trezentos e noventa e nove mil réis) foi composta por vinte e oito cativas enquanto o dos homens, indo dos 300$000 (trezentos mil réis) até os 399$000 (trezentos e noventa e nove mil réis) foi composta por cinquenta cativos.

Por fim, a única que obteve o maior valor de avaliação foi Leonarda, parda, de 22 anos, e de profissão costureira e rendeira: 260$190 (duzentos e sessenta mil cento e noventa réis). Para o mesmo período, em Vassouras, Ricardo Salles (2008, p. 164) apontou que o preço médio do escravizado estava em crescimento e que só foi parar no início da década de 1860, ao estagnar no valor de um 1:000$000 (um conto de réis). Segundo o autor (2008, p. 165), em 1833, essa média chegou a quase 400$000 (quatrocentos mil réis) e, em 1841, esse valor foi para 500$000 (quinhentos mil réis) em relação aos pequenos, médios e grandes proprietários. Não houve, portanto, uma concentração dos escravos "mais valiosos" – homens jovens e adultos – nas mãos de poucos proprietários, na verdade, ao longo das quatro décadas seguintes, o que se observou foi uma aproximação dos valores dos cativos em a essas três categorias de proprietários. Sendo assim, os preços dos escravizados subiram, no entanto, não de maneira discrepante entre os tipos de plantéis, ademais, os valores vistos em Vassouras se assemelharam aos encontrados na escravaria de D. Anna.

Como essa análise se preocupou em destacar a presença africana em Itaguahy e a sua relação com o tráfico ilegal, as seguintes páginas se dedicaram aos dados compilados desse grupo específico dentro da escravaria de D. Anna Bazilia. O Gráfico 3, abaixo, realizou um recorte das faixas-etárias do Gráfico 1, dessa forma, tendo priorizado as informações apontadas para aqueles oriundos da África. A partir das ponderações anteriores, houve um reforço em relação aos africanos terem sido responsáveis pela força produtiva na escravaria de 1834, uma vez que ocupavam – em peso – as faixas-etárias adultas e, especialmente, as de 15-19 anos, de 30-34 anos e de 40-44 anos.

Gráfico 3 – Faixa Etária dos Africanos listados nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias

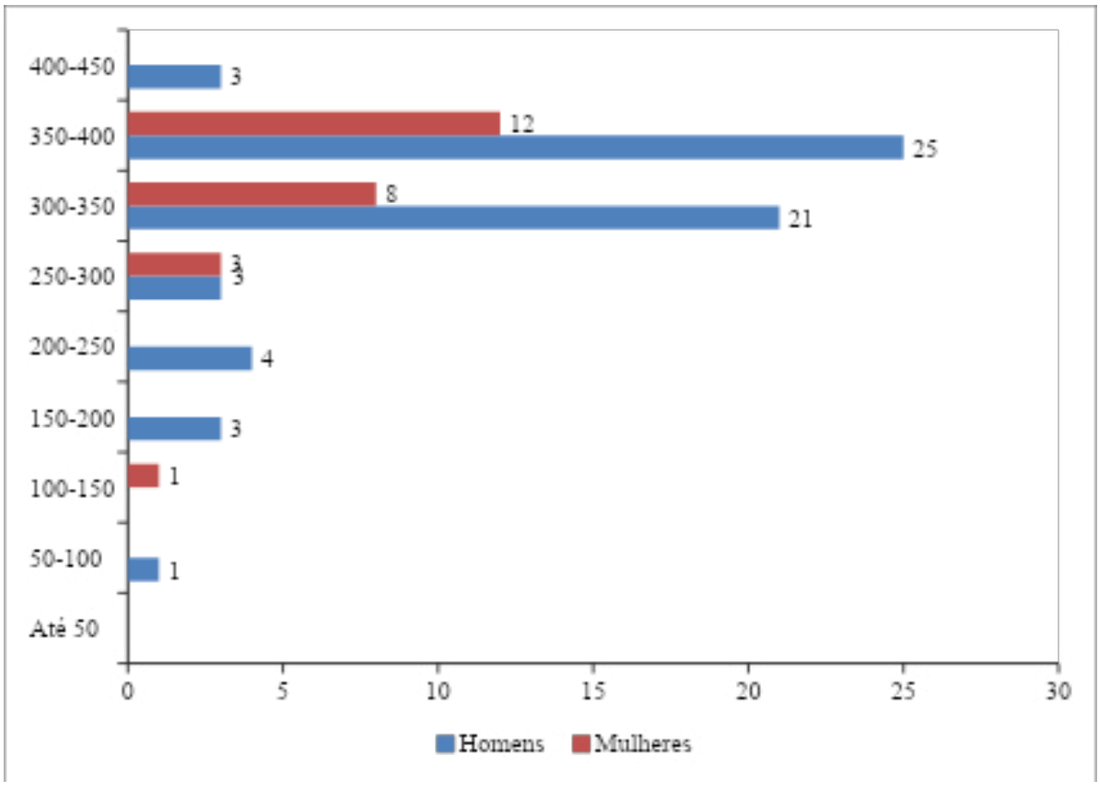


Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

A partir dos dados destacados, foi possível notar a faixa etária dos africanos escravizados na fazenda de D. Bazilia. Dados reveladores sobre a distribuição da força produtiva da escravaria. Notou-se que dos 15-19 anos, só tinham treze homens; dos 30-34 anos, quatorze eram homens e oito mulheres e, dos 40-44 anos, sete eram homens e três

mulheres. O Gráfico 3, acima, portanto, garantiu uma percepção visual da composição etária dos africanos arrolados nos autos de 1834. A necessidade de trazer dois gráficos versando sobre a mesma temática se expressa a partir da proposta de observar, com maior proximidade, a dados em torno daqueles oriundos do tráfico. Sendo assim, se o Gráfico 1, de perspectiva geral, enfatizou uma pirâmide etária com uma base (inocentes) relativamente expressiva em relação aos adultos, o Gráfico 3 a inexistência da mesma para o caso dos africanos. Fazendo com que, dessa maneira, a força de trabalho adulta e que alavancou a expansão das escravarias do casal fosse oriunda dos braços africanos. Seguindo a interpretação deste grupo, o Gráfico 4, abaixo, prioriza as informações das procedências.

Gráfico 4 – Procedência dos Africanos listados nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias



Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

Como apontado acima, algumas procedências apresentaram maiores destaques do que outras. Dos 84 indivíduos avaliados em 1834, a maioria deles vinha do Congo (28,5%). Em seguida, os de Cabinda (21,4%), os de Moçambique (14,2%), os de Benguella (13,1%), Moteque e Rebollo (5,9 cada), Angola (3,6%), Monjollo (2,4%) e, por fim, Cassange, Mazinga, Moange e Mufumba (1,2% cada). De fato, era uma escravaria formada mais por indivíduos da África Ocidental – Congo e Cabinda –, por outro lado, aqueles da África Oriental, como Moçambique, vinham logo atrás. Tendo sido a embarcação de Dias Pavão capturada próxima a Makanda, não surpreende que as ligações transatlânticas de 1846 já estivessem sendo formadas nos anos anteriores. Desse modo, provavelmente, o maior número de africanos advindos do Congo se deu pelo fato de a região ter sido uma da rotas do tráfico ilegal da escravaria foco desta pesquisa.

Por sua vez, as Tabelas 20 e 21, abaixo, convergiram os dados sobre procedência e idade a fim de evidenciar, de maneira ainda mais específica, os tipos de cativos adquiridos pelo casal. Isso deixou ainda mais expressivo que a importação da mão de obra africana jovem tendeu fortemente para os homens. A Tabela 20, abaixo, destaca informações apenas sobre homens.

Tabela 20 – Procedência x Faixa Etária dos Africanos listados nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias

	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	TOTAL
Angola	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	2
Benguela	-	-	1	2	-	-	1	-	1	-	-	-	-	5
Cabinda	-	-	2	1	2	2	3	-	1	-	-	-	-	11
Cassange	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Congo	-	-	3	5	1	1	4	1	3	-	-	-	-	18
Mazinga	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Moange	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Monjollo	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Moçamb.	-	-	-	1	1	3	3	-	1	-	1	-	-	10
Monteque	-	-	-	1	1	1	2	-	-	-	-	-	-	5
Mufumba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Rebollo	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
TOTAL	0	0	7	13	5	9	14	1	7	1	2	0	1	60

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilio Dias, 1834.

Portanto, não se tratou de observar – em outro modelo visual – os valores já previamente destacados, mas sim de cruzar as informações levantadas. Dos sessenta africanos avaliados, a maioria dos homens se distribuiu pelas regiões do Congo, de Moçambique e Cabinda contemplando, assim, locais das zonas centrais e orientais da África. Já a Tabela 21, abaixo, apresentou informações apenas das mulheres.

Em relação aos homens, os dados abaixo apresentaram que poucas foram as mudanças nas zonas de procedências. Das 24 cativas avaliadas, a maioria era de Cabinda, Benguela e Cassange. Dos doze locais de origem dos africanos apontados nos autos da avaliação, as mulheres eram oriundas de apenas seis destes, sendo todas da África Central Atlântica. Sendo assim, esta última zona e a oriental foram as maiores responsáveis pela composição de africanos da escravaria de D. Anna.

Tabela 21 – Procedência x Faixa Etária das Africanas listadas nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias

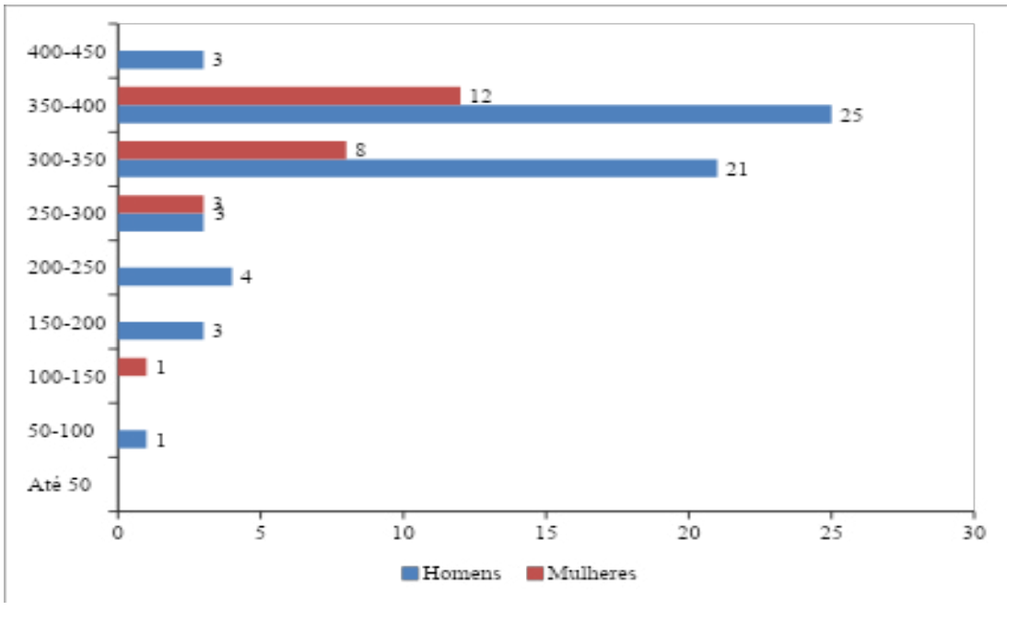
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	TOTAL
Angola	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Benguela	-	-	-	-	1	2	-	-	2	1	-	-	-	6
Cabinda	-	-	-	-	-	3	2	1	1	-	-	-	-	7

Cassange	-	-	-	-	1	-	3	2	-	-	-	-	-	6
Congo	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Mazinga	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Moange	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Monjollo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Moçamb.	-	-	-	1	1	3	3	-	1	-	1	-	-	0
Monteque	-	-	-	1	1	1	2	-	-	-	-	-	-	5
Mufumba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Rebollo	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
TOTAL	0	0	0	12	7	8	3	3	1	0	0	0	0	24

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilio Dias, 1834.

Além da procedência, também foi profícuo realizar a análise do preço médio dos africanos, uma vez que demonstrou o valor dos sujeitos acima citados. No Gráfico 5, abaixo, o preço médio do cativo da costa da África ficou estabelecido em 309$833 (trezentos e nove mil oitocentos e trinta e três réis) para homens e 314$166 (trezentos e quatorze mil e cento e sessenta e seis réis) para mulheres. Analisando o conjunto, o valor médio do preço dos africanos no inventário de D. Anna Bazilia era de 309$833 (trezentos e nove mil oitocentos e trinta e três réis), enquanto o das africanas era de 314$166 (trezentos e quatorze mil e cento e sessenta e seis réis). Olhando de forma mais segmentada em relação à idade, o preço médio dos homens entre quinze e dezenove anos era de 298$950 (duzentos e noventa e oito mil novecentos e cinquenta réis); de vinte a 29 anos, 351$430 (trezentos e cinquenta e um mil e quatrocentos e trinta réis); de trinta a 39 anos, 338$000 (trezentos e trinta e oito mil réis); e de quarenta a cinquenta anos, 253$330 (duzentos e cinquenta e três mil trezentos e trinta réis). Por sua vez, o preço médio das mulheres entre 22 e 29 anos era de 345$556 (trezentos e quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e seis réis); entre trinta e 39 anos, 318$182 (trezentos e dezoito mil cento e oitenta e dois réis); e entre 40 e 45 anos, 232$500 (duzentos e trinta e dois mil quinhentos réis). Tanto para homens quanto para mulheres, o intervalo entre vinte e quarenta anos foi o mais valorizado, estando acima da média total, justamente por ser o auge da força produtiva. Desse modo, os dados apontaram que, no ano da morte de Bazilia, seu potencial de produção – e muito provavelmente sua produção em si – se encontrava em níveis significativamente elevados.

Gráfico 5 – Preços em Milhares de Réis x Africanos listados nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias



Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

Contudo, há um desconhecimento da avaliação do valor de uma mulher africana entre quinze e vinte anos, assim como entre o intervalo de 45 e cinquenta anos. De qualquer modo, se pôde notar que o valor agregado aos cativos de D. Anna Bazilia Dias, como era esperado, não estava diluído por faixas etárias, mas concentrado principalmente nas faixas de vinte a 39 anos. Essa passagem pelo preço e pela faixa etária dos escravizados permitiu observar a extensão do poder econômico que o casal dispunha para investir em suas unidades produtivas, em 1834, assim como suas demandas por certos tipos de braços africanos – sem inocentes, nem mulheres iniciando sua vida reprodutiva – e com procedências de zonas específicas.

Mesmo que a diferença no desembarque de homens e mulheres no porto de Itaguahy não fosse tão grande quanto no Valongo, havia uma clara preferência pela compra de indivíduos do sexo masculino por parte de D. Anna Bazilia. Florentino e Góes (1997, pp. 92-95) apontaram que, entre 1790 e 1830, de 35% a 25% dos escravizados do agro fluminense estavam unidos por laços "familiares primários", ou seja, consanguíneos e matrimoniais reconhecidos pela Igreja. O argumento dos autores era de que a frequência desses laços variava de maneira inversamente proporcional às flutuações do tráfico atlântico. Fazendo com que o período da morte da proprietária tivesse sido caracterizado por uma retração no número de famílias conjugais de cativos no interior de sua propriedade e uma proliferação de famílias matrifocais.

Uma vez tendo observado as características dos escravizados do casal, especialmente, os africanos, as formações familiares encontradas nos autos de avaliação do inventário de 1834 ganharam espaço. Na Tabela 22, abaixo, dispuseram-se os arranjos familiares encontrado: nela têm-se sete casais de africanos sem filhos, duas famílias matrifocais, doze famílias nucleares. Além disso, o número de escravizados sem nenhuma informação de parentesco ou de relacionamento conjugal foi de quarenta e nove indivíduos. Portanto, existem vinte e um arranjos familiares na escravaria de D. Anna, Bazilia formados em relação a setenta e um cativos.

Tabela 22 – Arranjos Familiares listados nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias

Arranjos	Africanos	Crioulos	Africanos e Crioulos	TOTAL
Casal Sem Filhos	7	-	-	7
Matrifocais	1	1	-	2
Patrifocais	-	-	-	-
Nucleares	11	-	1	12*
Extensas	-	-	-	-
TOTAL	19	1	1	21

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

Contudo, a análise acima contou com a ausência de algumas informações. Na Tabela 22, acima, foram excluídas duas famílias nucleares (*), pois não foi possível atestar a procedência dos maridos. Em ambos os casos, as mulheres eram africanas, Maria Angélica Cabinda e Maria Benguella, e ambas tiveram tanto seus cônjuges, respectivamente, Joze Carreiro e Antonio Carreiro quanto os filhos sinalizados. Porém, teve apenas seu nome Joze mencionado no registro de avaliação de Maria Angelica enquanto Antonio não teve sua procedência mencionada em sua própria avaliação. Por isso, eles foram retirados da contagem na categoria de famílias nucleares. Entretanto, em relação à interpretação dos dados sobre os arranjos familiares, foram encontrados: sete casais com a mesma idade; quatro em que as mulheres eram mais velhas; nove em que os homens eram mais velhos, e

dois não identificados. Entre os casais da mesma faixa etária, foram encontradas as seguintes idades: um casal com 26, um com 28, três com trinta anos, um com 32 e um com quarenta anos.

A partir do que foi visto acima, a escravaria de D. Anna tendia muito mais para as dinâmicas tendências do município de Itaguahy do que as do agro fluminense. Por exemplo, em relação ao desequilíbrio entre os sexos, a escravaria de 1834 até se aproximava novamente da análise de Florentino e Góes (1997, p. 147), na qual o casamento entre cativos se dava majoritariamente entre maiores de quinze anos, com efeito, a escolha entre parceiros era presidida por um critério que privilegiava a naturalidade e com uma diferença mínima de três anos. Para os autores, em "fases B" do tráfico – de estabilidade do tráfico – os mais velhos homens dominaram o mercado de mulheres férteis e nos momentos de desembarque, as diferenças etárias entre homens jovens e suas esposas diminuíam (Florentino; Góes, 1997, p. 49), todavia as discrepâncias etárias na escravaria não eram tão expressivas. Existiam sete casais com a mesma idade, quatro em que as mulheres eram mais velhas, nove em que o homem era mais velho e dois não identificados. Entre os casais de mesma idade, foram encontradas as seguintes idades: um casal com 26, um com 28, três com trinta anos, um com 32 e um com quarenta anos. Já nos casos em que as mulheres eram mais velhas, usualmente a diferença de idade não era muito acentuada: a menor diferença era de dois anos. Por sua vez, o padrão da escravaria de D. Anna Bazilia seguia o de Itaguaí, no qual, segundo Ricardo Ruiz (2015, p. 57), entre as décadas de 1820 e 1840, as famílias conjugais predominaram sobre as matrifocais. Sendo assim, mesmo com muitas semelhanças, a hipótese dos autores pareceu não ser a melhor escolha para explicar a formação familiar da escravaria em questão.

Contudo, um fator saltou aos olhos no inventário de Anna Bazilia. Mesmo dentre os homens com maior diferença de idade, suas parceiras não estavam na faixa etária do pico fértil e produtivo. Logo, as parceiras na faixa-etária de 20-30 são as africanas mais jovens disponíveis na escravaria. Esse padrão de distribuição dos casais por idade pôde nos revelar que, provavelmente, os mesmos já estavam juntos há alguns anos – até porque seis dos oito casais em que os homens possuem maior diferença de idade possuíam, ao menos, um filho.

Nesse sentido, os dados de D. Anna Bazilia demonstraram que efetivamente os africanos eram aqueles que mais constituíram laços familiares primários em 1834. Os mesmos chegaram a cifra de 90,4% de relações parentais. No inventário de Bazilia, dos 21 casais africanos, apenas cinco (23,8%) eram compostos por parceiros da mesma procedência e quatro casais (19,04%) possuíram um membro que não foi possível verificar a procedência. Se compararmos esses dados com os números obtidos por outros autores temos uma concordância entre as informações. As taxas matrimoniais do município também indicaram que a endogamia por naturalidade foi regra: 89% dos cônjuges levantados eram ambos africanos, sendo 17% da mesma procedência e 72% de origens diferentes. Os 11% restantes eram união entre africanos e crioulas, também não tendo sido encontrado registros de uniões conjugais entre crioulos.

Tabela 23 – Número de Filhos x Casais de Africanos nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia Dias

Matrimônios	Nº de Casais	Nº de Filhos
Entre Africanos	11	19
Africano x Crioulo	1	2
Africano x Parceiro N. I.	2*	5
Casal Sem filhos	7	0
TOTAL	21	26

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834.

Os dados acima ilustraram o panorama dessas relações parentais e a relação entre filhos e casais. Tendo uma média de 26 filhos, divididos por 21 casais, o resultado obtido foi de um ou dois filhos por casal – em termos concretos, no mínimo, um filho por casal. Não foi possível assegurar se os casais sem filhos passaram por algum episódio de mortalidade infantil, porém os autos relataram outros casos desse tipo. Por exemplo, o casal formado por Antonio, de origem não identificada, e Maria, de Benguella, gerou três filhos, mas um deles consta como falecido com um mês de idade. Imaginou-se que muitos outros casais poderiam ter tido filhos que morreram antes do primeiro mês, logo antes do registro de batismo.

Ao mesmo passo que a menção aos matrimônios, nos autos indicou o reconhecimento da união pelo proprietário e até mesmo pela Igreja. Segundo Flavio Gomes e Iamara Viana (2020, p. 22), "(...) via de regra, os casamentos sancionados pela Igreja eram realizados por escravizados pertencentes a um mesmo plantel-fazendeiro, sendo raros entre escravizados de proprietários diferentes.". Mesmo com grande parte dos casamentos tendo sido relatada entre sujeitos da mesma escravaria, as famílias matrifocais não descartaram a possibilidade de relacionamentos com indivíduos de outros plantéis ou até mesmo de uniões não reconhecidas pelo proprietário.

Alguns casos como este foram pontuais. Por exemplo, Maria Roza, Cabinda, de 28 anos e sua filha Felicia de doze anos; e de Joanna, crioula, de 38 anos e seus filhos Perfeito, de quatro anos, e Virgolina, de sete anos. Diferentemente de Maria Angelica Cabinda e Joze Carreiro, o qual não foi avaliado, mas estava mencionado na avaliação de sua esposa, as duas mães não tiveram nenhum marido mencionado, nem mesmo foram descritas como "mulher de" alguém. Entretanto, esses dois casos não mudaram a tendência observada de formações familiares dentro do plantel e, em relação aos africanos, com uma variedade grande de procedências. Ao analisarem casais africanos em Vassouras, em um período de finais da década de 1820 e meados de 1860, Gomes e Viana apontaram que as composições de casais vistas em Itaguahy, com D. Anna, também foram observadas – porém em maior proporção – nos milhares de registros paroquiais e inventários do dito município. Segundo os autores,

> Em Vassouras, desconsiderando os impactos demográficos via composição de plantéis – entre pequenos proprietários e grandes fazendeiros –, os africanos ocidentais e orientais tinham menos possibilidades de – através dos casamentos – construir conexões étnicas com outros africanos com as mesmas nomenclaturas de "nações" e provenientes das mesmas áreas de embarque. Pelo menos quatro entre dez mulheres africanas (45%) provenientes do sul de Angola – especialmente aquelas com a nomenclatura benguela – casavam com homens de outras identidades-nomenclaturas. Os maiores percentuais ficavam com as mulheres africanas do Congo Norte: mulheres congos com 55% e mulheres cabindas com 66,6%. Entre os homens cabindas somente 22,2% casavam com mulheres da mesma origem. Dos homens cabindas que casavam com mulheres africanas de outras nomenclaturas de "nações", 40% o faziam com africanas orientais (moçambique e inhambane) (GOMES; VIANA, 2020, p. 27).

Em linhas gerais, a escravaria de D. Anna apresentou tendências fortes de abastecimento do tráfico de africanos, sendo uma grande possibilidade que também fossem do período ilegal – em vista das relações entre Dias Pavão e os irmãos Breves, que já pareciam estreitas desde 1832.[99] Sendo assim, o abastecimento da escravaria com poucas mulheres em fase reprodutiva indicaram a baixa preocupação e organização dessa escravaria em relação à reprodução endógena, mesmo com uma crise na compra de braços africanos.

A escravaria de 1834 já não era a mesma. A expansão prevista por Ricardo Ruiz para o plantel de escravos de D. Anna Bazilia de fato aconteceu, porém, como já apontado, grande parte dessas mudanças não foram percebidas, uma vez que faltaram informações

99 Ibidem, folha 153.

para preencher as lacunas dos quarenta anos que separaram os falecimentos dela e de Dias Pavão. Contudo, as páginas do inventário do Conde de Itaguahy contaram uma população ameaçada pela instabilidade.

O principal objetivo desta seção foi perceber as mudanças no perfil dos laços parentais estabelecidos na escravaria de Anna Bazilia e Antonio Dias, quem os formavam e como se transformaram no que diz respeito a outro momento analisado – mais de vinte anos da Lei Eusébio de Queiroz e a promulgação da Lei do Ventre Livre. Apesar dos autos da avaliação das propriedades do Conde já terem sido analisados no capítulo anterior, agora a divisão das casas e fazendas, contando com a quantidade de escravizados, foi contabilizada. Além disso, os autos tiveram participação fundamental para evidenciar os esquemas para mascarar a posse de cativos do falecido nobre. Entretanto foram tais apanhados em conjunto com a Lista de Matrícula do inventário que permitiram – com ainda mais clareza – compreender as dinâmicas e consequências estabelecidas pelo tráfico clandestino de africanos. A dita fonte recolheu todas as informações sobre os cativos e deveria ser anexada ao inventário, relatando assim nome, idade, cor, naturalidade, filiação, profissão e aptidão para o trabalho. Elaborada em Itaguahy, o falecido Dias Pavão contou com a declaração de 254 escravizados – os quais divergiram dos 192 indicados nos autos.

Inicialmente, a quantidade de cativos divididos pelas propriedades foram apontados. A Tabela 24, abaixo, apresentou os dados encontrados apenas nos autos e, a partir dela, outras informações como de preço e distribuição de tais valores em cada propriedade de Itaguahy foram apresentadas. Assim como visto anteriormente, a Fazenda de São Sebastião seguiu em disparado como a maior das propriedades agora em termos de concentração de africanos.

Tabela 24 – Propriedades x Escravizados listados nos Autos da Avaliação do inventário de Antonio Dias Pavão

Propriedade	Crioulos	Africanos	N. I.	TOTAL	%
Casa em Botafogo	3	-	-	3	1,6
Fazenda de S. Sebastião	48	29	96	173	90,1
Fazenda da Conceição	3	8	1	12	6,3
Fazenda da Carioca	-	-	-	-	-
Fazenda do Caçador	2	-	2	4	2,1
Ribeirão do Caçador	-	-	-	-	-
Fazenda do Espigão	-	-	-	-	-
Retiro da Boa Vista	-	-	-	-	-
TOTAL	56	37	99	192	100,0
%	29,2	19,3	51,5	100,0	

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Dentre as diversas casas e sobrados do nobre, apenas a casa em que faleceu e as fazendas contaram com a presença de cativos. As propriedades localizadas na Corte, nas atuais regiões do Centro do Rio de Janeiro e na Tijuca não tiveram menções a escravizados. Assim como apontado no capítulo anterior, a Fazenda de São Sebastião era a maior dentre todas as propriedades do falecido e, sozinha, totalizou 90,1% dos escravizados. Em seguida, a Fazenda da Conceição representava 6,3% dos cativos totais; a Fazenda do Caçador apenas 2,1%; e, por último, a casa em Botafogo apenas 1,6%. Neste momento, os africanos passaram a representar apenas 19,3% dos cativos, os crioulos 29,2% e, sem nenhuma surpresa, os que não tiveram naturalidade identificada mais de 50% da escravaria. Pois, tendo em vista o

que já foi explicitado anteriormente nos registros paroquiais e a ocultação intencional da procedência dos sujeitos que se suspeitaram africanos e, em relação ao que será visto na Lista de Matrícula de Escravos, não apontar a procedência era uma forma de evitar a elaboração de provas sobre a entrada ilegal de africanos no Brasil. Uma vez que os autos da avaliação descreviam as idades e até mesmo a descendência dos sujeitos, indicar a procedência africana certamente seria péssimo para os negócios.

Para enfatizar como os dados de procedência e idade eram confusos e dúbios, bem característicos dos procedimentos que envolvem o tráfico ilícito, alguns casos foram fundamentais. Por exemplo, Adão, arrolado a Fazenda do Caçador, foi avaliado em 500$000 (quinhentos mil réis) e apontado como profissional de roça, solteiro, preto, de nação, com 45 anos, também foi identificado na listagem de matrículas de cativos, anexada ao inventário de Pavão, porém com algumas grandes diferenças.[100] O mesmo, na então Lista, passou a ter apenas quarenta anos, era pedreiro e crioulo do Rio de Janeiro.[101] A mudança, totalmente oportuna na idade de Adão, certamente ocorreu por alguns motivos e, como será posto à frente, atingiu quase todos os listados. Em uma diminuição dos 45 anos de idade do cativo nos autos pelo ano da feitura da avaliação, 1875, Adão teria que ter nascido em 1830 e, no máximo, sido traficado até seu primeiro ano de vida. De acordo com a Lista, contudo, sua idade de quarenta anos faz com que o mesmo tivesse que ter nascido em 1835 e, portanto, inegavelmente introduzido no Brasil por meio de contrabando.

A mudança na procedência, portanto, se tornou a chave para inviabilizar quaisquer apontamentos futuros sobre a ilegalidade da condição de escravizado de Adão, o qual se tornou bastante comum após a obrigatoriedade da matrícula, em 1871. Segundo Sidney Chalhoub (2012, p. 273), em sua argumentação sobre a precariedade da liberdade de antigos cativos, a Lista de Matrícula se tornou uma forma de assegurar a posse daqueles que um dia tiveram sua matrícula realizada pelo proprietário ou proprietária. Ao mesmo passo, a liberdade era garantida àqueles que não constassem nas páginas da tal listagem. Ainda existiram casos de cativos que, ao serem matriculados, e com suas idades verdadeiras constadas, puderam atestar que eram africanos contrabandeados ou descendentes deles e, por isso, sua escravização era ilegal. De acordo com Chalhoub (2012, pp. 274-276), tais idas à justiça pedindo a liberdade e usando a Lista de Matrícula como prova do crime se popularizaram nos anos seguintes a 1870. Mas, pelo uso de informações conflitantes na elaboração da listagem dos cativos de Dias Pavão, foi possível ver que Celestino Teixeira Lima, seu sobrinho e inventariante, já havia se prevenido para tais situações.

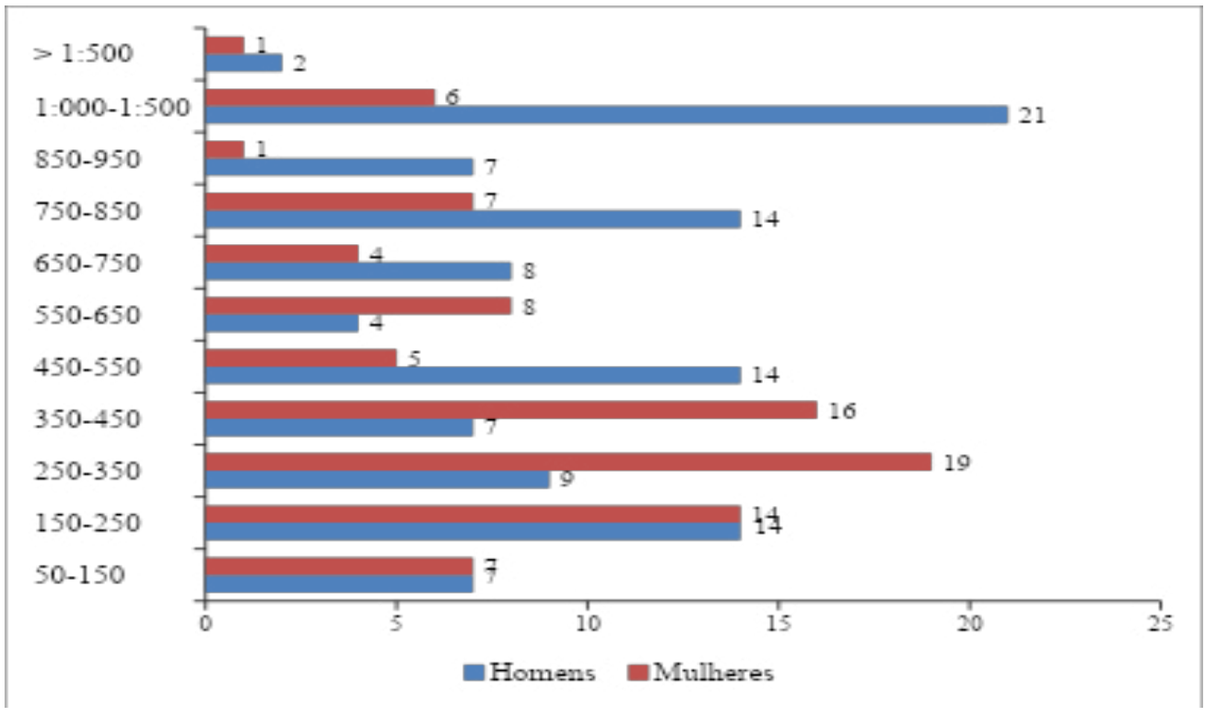
A simples presença do nome de Adão em momentos diferentes do inventário, e sem maiores cruzamentos de outras fontes, já permitiu demonstrar a dimensão das lacunas e inconsistências existentes nas informações dos escravizados de Antonio Dias Pavão. A necessidade de rejuvenescer Adão compartilhava da urgência de não lhe dar as armas para atestar sua liberdade arrancada (Mamigonian, 2011, p. 34). Além disso, uma vez que os registros paroquiais de batismos não informavam a idade de sujeitos com suspeita de serem oriundos do contrabando, a comparação com os valores descritos nos autos ou na Lista também ficou inviabilizada. Os casos em que foi possível realizar essa comparação foram pontuais.

Seguindo a análise das informações dos autos, foi possível observar a variação dos preços médios dos cativos como feito com a escravaria de D. Anna. Ao cruzar os 192 escravizados por propriedade com uma análise sobre o preço médio dos cativos no inventário do Conde no Gráfico 6, abaixo, notou-se que houve uma valorização do preço do escravizado em relação a 1834 e, visivelmente, um aumento no contingente desses indivíduos. Em relação ao inventário de Anna Bazilia, ficou evidente que o viúvo Dias Pavão expandiu suas atividades e desenvolveu seu capital nesses quarenta e um anos.

100 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875, folha 137.

101 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Gráfico 6 – Preços em Milhares de Réis x Escravizados listados nos Autos da Avaliação do inventário de Antonio Dias Pavão



Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Destacaram-se acima as alterações significativas no padrão de preço dos escravizados em relação ao de décadas anteriores. Diferentemente dos outros gráficos de preço médio, este acima apresentou mais valores entre os extremos do mais barato (50-149 mil réis) até o mais caro (> 1:500 mil réis), por isso, os intervalos foram contados de maneira mais espaçada. O ponto é que houve uma clara tendência de acentuação na valorização da mão de obra masculina em relação à 1834, de modo que isso refletiu sobre outro momento do tráfico negreiro e da economia de Itaguahy. No caso das mulheres, a maioria estava avaliada em uma faixa de preço entre 50$000 (cinquenta mil réis) a 450$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis). Ao todo, tiveram cinquenta e seis mulheres (66,63% do total de escravizadas) nessa faixa de preço, e o resto sofreu um declínio evidente de valor, produzindo um preço médio de 452$873 (quatrocentos e cinquenta e dois mil oitocentos e setenta e três réis) ao todo. Por sua vez, foi possível enxergar um aumento no valor do homem cativo e uma variação maior, entre os valores de pico, se comparados com o inventário de Anna Bazilia. Houve picos em 150-250 mil réis, 450-550 mil réis, 750-850 mil réis e, o maior de todos, acima de 1 conto de réis. Por fim, a mão de obra masculina gerou um preço médio do escravizado homem de 633:009 (seiscentos e trinta e três mil e nove réis), significativamente maior do que em 1834.

A partir do inventário do esposo, montou-se a distribuição do valor dos escravizados, em réis, pelas fazendas. Pôde-se notar que o maior valor agregado se encontrava na Fazenda de São Sebastião, com o montante de 92:300$000 (noventa e dois contos e trezentos mil réis), estonteantes 88,2% do valor total dos cativos. Decerto, a maior fazenda com maior número de cativos deveria agrupar o maior contingente de valores, ainda assim, acreditamos ser valioso pontuar o quanto a casa grande e a propriedade em seu entorno eram extremamente valiosas e singulares no que circunscrevia à concentração de bens.

Tabela 25 –Propriedade x Valor dos Escravizados em Milhares de Réis descritos no Monte-Mor do inventário de Antonio Dias Pavão

Propriedade	Valor dos Escravizados	%
Casa em Botafogo	2:200$000	2,1
Fazenda de S. Sebastião	92:300$000	88,2
Fazenda da Conceição	8:750$000	8,4
Fazenda da Carioca	-	-
Fazenda do Caçador	1:350$000	1,3
Ribeirão do Caçador	-	-
Fazenda do Espigão	-	-
Retiro da Boa Vista	-	-
TOTAL	104:600$000	100,0

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Para compreender essa variação no preço, foi necessário se atentar para o contexto dos escravizados no período. Entre 1850 e 1872, houve uma redução significativa do contingente de escravizados na região de Itaguahy, uma queda de 44,6% em relação a 1840, passando de 10.113 para 4.803 cativos, enquanto simultaneamente a população livre cresceu 24,5%, indo de 7.226 para 9.072 indivíduos (Ruiz, 2015, p. 25). Segundo Ricardo Ruiz (2015, p. 26), não havia como interpretar a sangria da população cativa como uma crise de mão de obra, pois esse decaimento começou antes do "fechamento" do mercado atlântico para tráfico negreiro. Itaguahy teve sua população cativa reduzida quase pela metade entre 1840 e 1878, enquanto os municípios da serra fluminense, como Paraíba do Sul, viveram um aumento mais que significativo no seu contingente. Os preços dos cativos no inventário do Conde representavam uma grande exceção.

Novamente, essa transformação foi sentida majoritariamente pelos pequenos e médios produtores, enquanto os grandes senhores expandiam seus capitais. Em 1840, apenas a *plantation* apresentou um percentual de africanos acima da média: 71%, um crescimento absoluto e relativo, que indica um crescimento das grandes propriedades sobre as pequenas (Ruiz, 2015, p. 36). A crise de 1850 revelou que os pequenos e médios produtores passaram a depender dos cativos crioulos, sugerindo que, com o aumento do preço do cativo, desfizeram-se de seus africanos, recorrendo à reprodução endógena como principal fonte de mão de obra. Sendo assim, em relação aos pequenos senhores, Ruiz deixou claro que a compra de africanos direto da África foi inviabilizada pelo pouco capital destes. Portanto, a reprodução do cativeiro em Itaguahy para tais proprietários se baseou na venda de africanos já existentes, na compra de crioulos e, como pretendeu provar o autor, na reprodução escrava endógena.

A questão é que, entre 1834 e 1875, houve um crescimento expressivo da fazenda de Dias Pavão, revelando que este último foi completamente capaz de lidar com esse novo momento do tráfico. A Tabela 26, abaixo, apresenta os valores descritos na Lista de Matrícula que indicaram essa expansão da mão de obra da escravaria. Em primeiro momento já foi possível notar a discrepância entre essa última e os autos da avaliação, pois foram adicionados mais de sessenta e nove cativos – sendo a maioria composta por crioulos e africanos de Cabinda, Cassange, Moçambique, Benguella e Congo. Como esses sessenta e nove cativos não foram descritos nos autos da avaliação, não se soube a quais propriedades estavam arrolados, nem quais eram suas idades "reais" – ou seja, sequer houve acesso a outras informações para comparar e achar novas inconstâncias como o caso de Adão. Contudo, alguns aspectos deixaram claro quais eram as intenções do inventariante com a Lista: ter garantido a maior quantidade de escravizados possíveis por mais tempo de trabalho e sem correr risco de dar-lhes munição para reivindicar liberdade. Os cinco anos que foram "retirados" de Adão,

na verdade, representaram uma prática que também foi feita com grande parte dos outros cativos.ao passo que os ingênuos, contidos nos autos da avaliação, não tiveram nenhuma menção na Lista.

Esse aspecto diz respeito à Lei do Ventre Livre e, por isso, nenhum menor de quatro anos, ou seja, nascidos depois de 1871, puderam ser listados como escravizados do Conde, uma vez que já eram livres, como se de ventre livre nascessem. Suas famílias, contudo, permaneciam sob propriedade do falecido e, posteriormente, foram repassados aos herdeiros ou vendidos. Todavia os restantes, que eram nascidos antes de 1871, tiveram sua idade reduzida em cinco anos, fazendo com que a escravaria parecesse mais nova do que realmente era. Essa estratégia do inventariante do Conde já era conhecida pela historiografia: Robert Slenes (1983, pp. 123-132) a descreveu ainda na década de 1980, ao afirmar que essa prática provavelmente teria sido uma antecipação à lei dos sexagenários, como já estava em vigor em Cuba. Tanto para Slenes (1983) quanto Beatriz Mamigonian (2011), a Lista de Matrículas foi bem aceita pela maioria dos proprietários das províncias do Império, uma vez que ela apresentava a garantia de uma propriedade que se via constantemente ameaçada pelos efeitos da Lei de 1831 (Mamigonian, 2011, pp. 36-37) – a qual concedia liberdade para aqueles que pudessem ser colocados na categoria jurídica de "africanos livres", ou seja, oriundos do contrabando. Portanto, o pacto orquestrado entre o Estado nacional e os proprietários submetidos à feitura da Lista ganhou materialidade na Lei de 1871, através do reconhecimento oficial e legalização da propriedade de cativos, superando assim a problemática da instabilidade na posse deles. O registro da idade inferior e, ao mesmo tempo, a origem dos africanos foi a exemplificação dessa confiança, mas pelo caso de Adão e a alteração em sua procedência, foi possível ver que Celestino Teixeira Lima não iria correr o risco de gerar provas para que os cativos de seu falecido tio fossem à Justiça reivindicar uma liberdade roubada há décadas. A Tabela 26, abaixo, apresentou em melhores divisões os escravizados declarados na Lista de Dias Pavão e, diferentemente dos autos da avaliação, não houve casos de cativos sem procedência informada.

Tabela 26 – Escravizados da Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão

		Idosos	**Adultos**	**Inocentes**	**TOTAL**	**%**
Africanos	Homens	41	4	-	70	27,6
	Mulheres	22	3	-		
Crioulos	Homens	2	70	16	184	72,4
	Mulheres	4	70	22		
TOTAL		69	147	38	256	100
%		27,1	57,9	15,0	100	

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

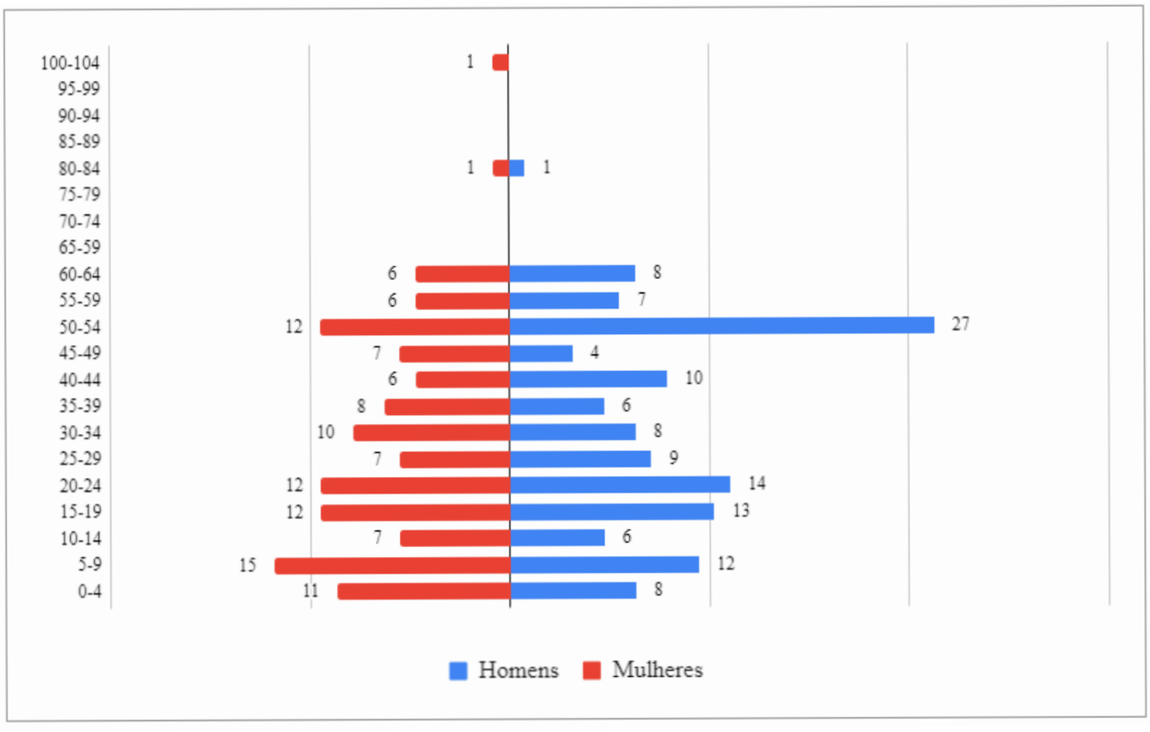
O fato dos quase setenta cativos terem sido introduzidos somente na lista e não nos autos, e as possíveis intenções do inventariante com esse ato, permanece nublado, porém boa parte desses sujeitos eram viúvos e viúvas, casados e mães solteiras. Alguns já eram até avôs como era o caso de Inocencio – vindo de Cabinda, de 53 anos, tanoeiro – e Joaquina – natural do Rio de Janeiro, de 48 anos, da lavoura –, na qual esta última aparece nos autos com seus dezenove descendentes (filhos e netos).[102] Mesmo que a maioria dos introduzidos somente na Lista tenha sido descrita como "solteiros", não acreditamos que se trate apenas da descrição de cativos recém comprados, uma vez que eles tinham formações familiares já estabelecidas – de longa data – como Inocencio e Joaquina.

As décadas que se passaram entre 1834 e 1871 na fazenda de Antonio Dias seguiram a tendência mais geral do município. No caso do inventário de Antonio Dias, notou-se que, dos

102 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875, folha 139.

254 escravos, 184 (72,4%) eram crioulos e 70 (27,6%) eram africanos. Ricardo Ruiz (2015, p. 54) identificou que, na escravaria do Capitão João Antonio Oliveira Figueiredo, a proporção de homens sobre mulheres era mais elevada entre os mais velhos, sendo mais próxima do equilíbrio perto dos quatorze anos. Entre os idosos, a maior diferença representou o início da "montagem da empresa agrícola escravista", ou seja, escravizados que envelheceram nos grandes plantéis ao longo dos anos (Ruiz, 2015, p. 54). Em relação ao todo, 310 indivíduos, na faixa etária dos 0-14 anos, 51% eram homens e 44% mulheres; 15-40, 30,7% homens e 23,5% mulheres, acima de 41 anos, homens eram 10,3% e mulheres 4,9% (RUIZ, 2015, p. 55). O Gráfico 7 abaixo aponta as informações de faixa etária para a escravaria de 1875.

Gráfico 7 – Faixa Etária dos Escravizados na Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão

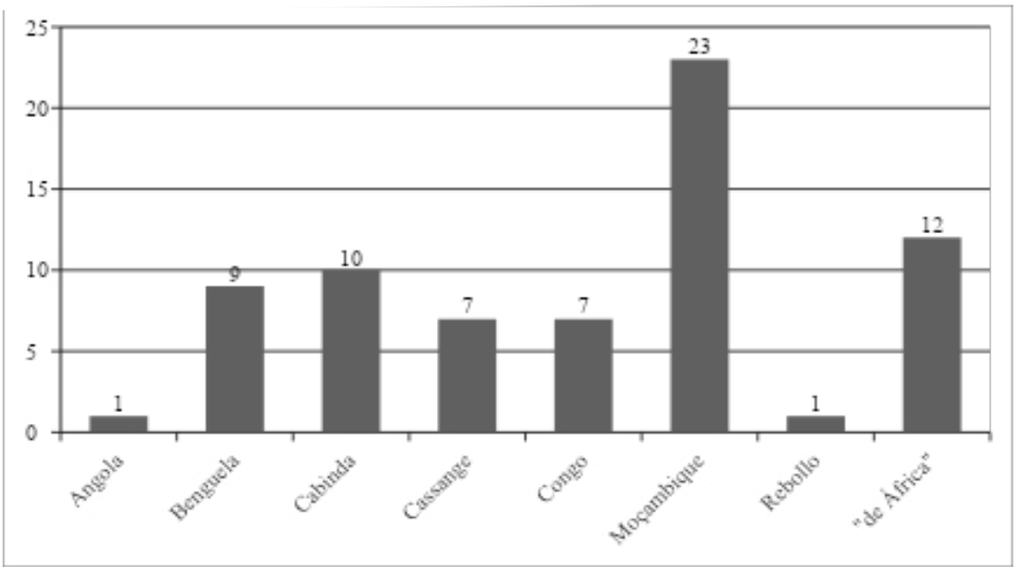


Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Mesmo com as distinções entre os sexos, a pirâmide de 1875 pareceu mais equilibrada do que a de 1834. Comparando com os valores encontrados por Ruiz, a escravaria de Antonio Dias tinha, entre a idade de zero e quatorze anos, mais mulheres (33) do que homens (26) e uma proximidade entre homens e mulheres entre quinze e quarenta anos – uma igualdade entre os sexos no que tange a faixa etária da força produtiva. O que saltou aos olhos foi a grande quantidade de homens acima de quarenta anos, sendo estes aproximadamente 7% mais numerosos do que as mulheres na mesma faixa. Ao explorar ainda mais essa faixa etária, dividindo-a em décadas, tem-se que a maior quantidade de homens cativos estava localizada entre os 50-60 anos (34), enquanto a proeminência das mulheres se localizou na faixa dos 10-19 anos (19) e 20-39 anos (19). O "rejuvenescimento" da mão de obra cativa da escravaria novamente foi reforçado como estratégia para garantia da principal força produtiva: os braços dos homens.

Similar à análise de D. Anna, a procedência dos escravizados foi analisada. O Gráfico 10, abaixo, apresentou um equilíbrio muito maior entre as procedências do que o referente a 1834. Com exceção de Angola e Rebollo, os indivíduos advindos de Moçambique foram a maioria enquanto, em 1834, os congoleses ocupavam esse lugar – em caráter especulativo, tal fato refletiu possíveis mudanças nas rotas de compra e viagens de contrabando ocorridas nesses quarenta anos.

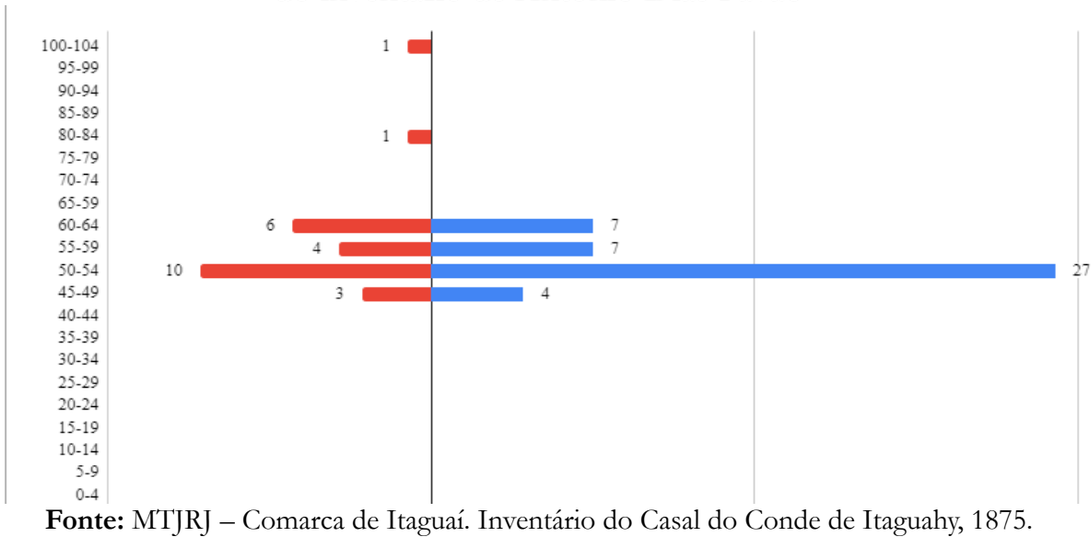
Gráfico 8 – Procedência dos Africanos na Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão



Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Diferentemente do inventário de D. Anna Bazilia, a Lista de Matrícula dos cativos de Antonio Dias mostrou uma variedade das naturalidades não só entre africanos como também crioulos. Estavam distribuídos da seguinte forma: 181 crioulos naturais do Rio de Janeiro; 1 da Bahia; 1 de Pernambuco, e 1 do Maranhão.[103] Logo, havia uma quantidade expressiva de cativos crioulos cariocas em relação a uma pequena proporção de originários de estados do Nordeste. A variedade de nações também foi reduzida, o que sugere não apenas o falecimento ou venda dos cativos oriundos das nações anteriormente vistas como Monteque, Mazinga, Monjollo, Moange e Mufumba – as quais não reapareceram em 1875. Porém, decerto, ocorreu a intensificação da compra de africanos vindos de Moçambique. Apesar de terem versado sobre cifras do período legal do tráfico humano, Florentino, Ribeiro e Silva (2004, pp. 98-114) apontaram que as viagens para Moçambique – que partidas do porto do Rio poderiam durar até oitenta dias – cresceram cerca de 1.493%, a partir de 1811, superando os 173% de aumento registrados pelas exportações da África Central Atlântica. Além disso, o porto carioca concentrou mais de 60% das expedições rumo à zona oriental depois de 1830. Tornando-se, assim, que as tendências vistas em 1834 na escravaria de D. Anna ainda não foram totalmente impactadas pelas mudanças no mercado transatlântico, as quais foram vistas somente em 1875.

Gráfico 9 – Faixa Etária dos Africanos na Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão



Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

103 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834, folha 28v.

Uma diferente perspectiva do mesmo cenário foi apresentado em 1875, a partir das idades dos africanos. Primeiro, o único caso de 100-104 anos era, muito provavelmente, falso. Antonia, viúva de Cabinda, trabalhadora da lavoura, mãe de duas mulheres crioulas – Eva e Luiza – e avó de Joanna, teve sua idade descrita como cem anos.[104] Em uma simples comparação com os nomes dos autos de avaliação de D. Anna, foi possível atestar a mentira, uma vez que uma mesma Antonia, mulher de Miguel Benguella, mãe de Eva e Luiza, Melianno e Marcelino, tinha apenas 38 anos em 1834.[105] As idades descritas tanto no inventário de D. Anna, de Dias Pavão e na Lista exemplificam um desencontro de informações ainda pior que o do caso de Adão. Porém, diferentemente deste último, não pudemos identificar quais foram as motivações em envelhecer – de maneira tão exagerada– a idade da africana.

Por outro lado, o caso da família de Antonia e Miguel reafirma a tendência encontrada para Adão. Em 1834, Antonia e Miguel tinham, respectivamente, 38 e 34 anos, e os filhos do casal, em ordem decrescente, tinham: Eva, treze anos; Melianno, oito; Marcelino, seis, e Luiza, 6 meses.[106] Já nos autos da avaliação de 1875, somente Eva, com 45 anos; sua filha Joanna, com 27, e Luiza, com 43, aparecem.[107] Na Lista de Matrícula, Antonia volta aparecer com a idade irreal de cem anos e como trabalhadora regular na lavoura, Eva com 40 anos, Joanna, com 22, e Luiza com 38.[108] A movimentação feita dos autos para a Lista respeita o que foi visto em Adão: redução de cinco anos de idade. Dessa forma, em 1875, Antonia deveria ter apenas 79 anos, e suas filhas, Eva e Luiza, com apenas 54 e 41, respectivamente – mesmo com a redução dos cinco anos para a Lista, elas ainda deveriam ter somente 72, 49 e 36 anos. Portanto, cheguamos à conclusão de que a elaboração dos autos dos escravizados e a formação da Lista de Matrícula dependiam de alguns fatores para escolher a alteração das idades, no entanto, faltou-nos contato com elementos que me permitissem entender tal dinâmica. A premissa de que a Lista era fraudada indicou uma realidade em que o relato da verdade em relação às informações dos cativos não era igual para todos os africanos.

Em via de regra, a Lista reduziu cinco anos dos cativos descritos nos autos da avaliação. Sendo assim, a faixa etária dos 50-54 anos, na verdade, se referiu aos avaliados de 55-59 anos. Em uma comparação simples com os dados do Gráfico 3 – que apontava para a concentração de africanos em determinadas faixas-etárias em 1834 –, foi possível notar um adicional de quarenta anos aos grupos de 15-19 anos. Como analisado anteriormente, os homens dessa faixa etária representavam uma das maiores concentrações, ficando atrás apenas dos de 30-34 anos. Sendo assim, provavelmente, os africanos de 15-19 anos sobreviveram aos anos de trabalho nos engenhos e cafezais do Conde de Itaguahy e, quarenta anos depois, estariam na faixa dos 55-59 anos. Levando em consideração as reduções etárias feitas pela Lista, suas idades "reais" teriam sido de 50-54 anos, faixa que tinha o maior contingente de africanos com um total de 27 homens e dez mulheres.

Esse cenário precisaria contar com esse tipo de continuidade, na qual os cativos teriam sobrevivido à escravização por quarenta anos, além das pragas e doenças que afetaram Itaguahy ao longo dos oitocentos. Contudo, em 1834, somente treze africanos e nenhuma africana estavam na faixa de 15-19 anos. Mesmo que a variação das idades tenha deixado esse exercício comparativo extremamente complexo, uma premissa muito simples sustenta essa análise: foi preciso introduzir novos africanos na escravaria a partir de meados da década de 1830. Zeferino, do Congo, solteiro, trabalhador com boa aptidão para a lavoura e listado com 52 anos, foi o maior exemplo dessa introdução.[109] Sem nenhuma surpresa, Zeferino foi batizado com outros oito sujeitos, no dia 13 de maio de 1848, sendo deles cinco adultos e quatro, incluso o referido, sem informação de idade.[110] No apadrinhamento, cada cativo

104 Ibidem, folha 28v.

105 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875, folha 101.

106 Ibidem folha 139,

107 Ibidem, folha 137.

108 **Acervo PET-História (UFRRJ)**. Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí.

109 **MTJRJ** – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875, folha 139 e folha 152.

110 Ao longo desta produção será possível encontrar distintas grafias para o nome "José", respeitando a leitura das fontes e dos documentos dos quais foram retiradas.

recebeu um casal de padrinhos e madrinhas diferentes, sendo todos de propriedade de Dias Pavão. Zeferino, contudo, foi o único a não ter uma madrinha, e seu padrinho fora Policarpo. Não foi encontrado o registro de batismo de Policarpo, entretanto ele foi descrito na Lista como de Cassange, solteiro, trabalhador com boa aptidão para a lavoura e com 51 anos.

O ponto central é que Zeferino indicou não só uma falsificação das idades por estar na lista como Adão e Antonia. Ele, definitivamente, apontou que Pavão continuou traficando após a captura de seu patacho, em 1846. Tendo em vista o trabalho desempenhado pelo cativo e Policarpo, era possível que o apadrinhamento se desse de forma que os padrinhos guiassem seus afilhados no trabalho, que viria a ser desempenhado nas propriedades, já que ambos foram avaliados como pertencentes à Fazenda de São Sebastião. As Tabelas 27 e 28, abaixo, apresentaram as procedências e as idades dos africanos.

Tabela 27 – Procedência x Faixa Etária dos Africanos na Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão

	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90-94	95-99	100-105	**TOTAL**
Angola	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Benguela	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Cabinda	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Cassange	-	-	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Congo	-	2	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Moçambique	-	2	9	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	18
Rebollo	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
África	-	4	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
TOTAL	-	4	27	7	7	-	-	-	-	-	-	-	-	45

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Tabela 28 – Procedência x Faixa Etária das Africanas na Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão

	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90-94	95-99	100-105	**TOTAL**
Angola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Benguela	-	1	3	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	6
Cabinda	-	1	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	1	7
Cassange	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Congo	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Moçambique	-	-	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Rebollo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
África	-	1	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
TOTAL	-	3	10	4	6	0	0	0	1	0	0	0	1	25

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Novamente, houve alterações significativas, se comparadas com 1834. Em relação aos homens, os de Moçambique, do Congo e os "de África" foram os que apresentaram maior distribuição entre as faixas etárias. Já com as mulheres, as de Cabinda, Benguela e "de África" apresentaram essa maior distribuição. Em ambos os casos, tais procedências foram responsáveis pelos indivíduos mais novos, tendo indicado, provavelmente, as últimas tendências de compra de Pavão no contrabando. Por sua vez, a Tabela 29, abaixo, apontou aspectos sobre o matrimônio dos cativos: mais de 55% dos cativos eram solteiros, 14,9% casados e 8,7% viúvos. Os que não tiveram seus dados de matrimônios relatados eram quase todos inocentes.

Tabela 29 – Matrimônios dos Escravizados da Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão

Matrimônios	Africanos		Crioulos		TOTAL	%
	H	M	H	M		
Solteiro	27	3	57	54	141	55,5
Casado	13	14	5	6	38	14,9
Viúvo	5	8	2	7	22	8,7
N. I.*	-	-	24	29	53	20,9
TOTAL	70		184		254	100,00

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

O fator interessante decorreu justamente da dinâmica matrimonial em relação à procedência. Comparando crioulos e africanos, notou-se que a proporção de africanos que realizaram o matrimônio (viúvos ou casados) totalizou 40 sujeitos em relação aos 30 solteiros. Portanto, havia quase que um equilíbrio entre o número de africanos e africanas casados. Vale notar, contudo, que o número de africanas solteiras era nove vezes menor do que o de africanos, indicando uma alta tendência destas de se estabelecerem em um relacionamento matrimonial. No que tange aos crioulos, a maioria esmagadora estava solteira, 111 indivíduos, em relação a um pequeno número de 20 indivíduos casados. Destes últimos, apenas dois casais eram compostos por crioulos unidos entre si. Portanto, pôde-se concluir que, em 1875, os africanos dominavam os matrimônios nas propriedades de Antonio Dias, tendo realizado, inclusive, nove casamentos com crioulos. A Tabela 30, abaixo, evidenciou melhor essa cifra.

Tabela 30 - Arranjos Familiares da Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão

Arranjos	Africanos	Crioulos	Africanos e Crioulos	TOTAL
Casal Sem Filhos	4	-	2	6
Matrifocais	2	21	-	23
Patrifocais	-	-	-	-
Nucleares	7	2	3	12*
Extensas	-	-	-	-
TOTAL	13	23	5	41

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Das famílias nucleares, foram excluídos da contagem todos os viúvos porque não foi possível atestar a procedência de nenhum dos seus respectivos parceiros. Os valores dos viúvos(as) africanos(as) e o números de seus filhos foram incluídos na Tabela 31, a seguir. Primeiramente, todas as famílias matrifocais (23) eram formadas por solteiras, não cabendo espaço para esposas com maridos desconhecidos para os feitores da Lista de

Matrícula. Enquanto na Tabela 29 encontrou-se o número de 38 indivíduos casados, na Tabela 30, constou 18 casais – sem filhos e nucleares –, totalizando 36 indivíduos. Isso não se trata de um erro na contabilização, justificado pelo fato de que duas mulheres, de nome "Fausta" e "Virginia", foram apontadas como casadas, todavia seus cônjuges não eram mais escravizados do Conde. Por não ter sido possível atestar a procedência dos cônjuges, eles não foram acrescentados na Tabela 30, acima. Porém, a presença de casais com diferenças no estatuto de liberdade e na constatação da conquista da alforria já revelam – muitas janelas – sobre as possíveis dinâmicas cotidianas entre os escravizados do Conde.

A pouca disponibilidade de cônjuges restringiu as possibilidades de casamento para as pessoas do sexo masculino. Por outro lado, mulheres possuíram uma possibilidade maior de potenciais maridos, o que conduzia a maiores taxas de casamento. Segundo Robert Slenes (2011, p. 83), os senhores de Campinas e, provavelmente, de outras regiões do sudeste, incentivavam o casamento religiosos de seus escravos. Por um lado, os escravizados não poderiam escolher seus cônjuges sem a influência da casa-grande, por outro, os senhores não eram capazes de selecionar a revelia no interior das senzalas (SLENES, 2011, p. 84). Em resumo, os cativos possuíam um poder real de escolha, entretanto esse poder constantemente esbarrava nos objetivos dos senhores.

Em 1875, houve uma variação nos tipos de relações matrimoniais estabelecidas. Mesmo com os casais compostos por apenas africanos terem representado o maior contingente da escravaria, os casamentos entre africanos e parceiros de origem não identificada vieram logo a seguir e, atrás estavam os africanos e crioulos. Novamente, os africanos dominaram os casamentos, mesmo sendo agora minoria nas escravarias. A Tabela 31, abaixo, apontou como estes casais se desenvolveram em relação à reprodução e aos números de filhos.

Tabela 31 – Arranjos Familiares de Africanos x Número de Filhos da Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão

Arranjos com Africanos	Nº de Casais	Nº de Filhos
Entre Africanos	7	17
Africano x Crioulo	4	19
Africano x Parceiro N. I.	6	15
Casal Sem Filhos	4	-
TOTAL	21	51

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Primeiramente, vale ressaltar que, da Tabela 31, foram retirados os casos de Fausta, mãe de seis filhos, e de Virginia, mãe de dois, casadas com maridos libertos, pois elas são crioulas e não houve identificação da procedência de seus cônjuges, como já afirmado. Em vez disso, optou-se por colocar as cinco viúvas africanas, que juntas tiveram quinze filhos, e um viúvo, pai de um filho. Apenas duas matrifocais africanas aparecem na lista: uma teve um filho, e a outra teve três, entretanto, por já terem sido contabilizadas na Tabela 30, foram desconcideradas na tabela anterior. Entre os africanos, portanto, houve uma média de aproximadamente 2,45 filhos por casal. Cifra maior que a de 1834, em que a média era de aproximadamente um filho por casal. Novamente, foi preciso levar em consideração a alta taxa de mortalidade infantil, também já elaborada na análise da escravaria de D. Anna. Desse modo, considerando apenas os casais que possuíam filhos, foi encontrada uma média de três filhos por casal. Os dois casais compostos apenas por crioulos não tiveram filhos, e somente aqueles crioulos que se uniram a parceiros africanos tiveram filhos. O maior caso de reprodução endógena da escravaria – até o momento – foi o de Joaquina, carioca, e Inocêncio, Cabinda, os quais tiveram dez filhos. Portanto, foi notável o fato de que a escravaria de Antonio Dias Pavão seguiu o movimento geral do município de Itaguahy, descrito por Ruiz (2015, p. 155-170) ao adotar a reprodução endógena.

O inventário do Conde deixou claro certos planos desempenhados pela administração do negociante, militar e, posteriormente, nobre. Tivessem sido eles para realizar viagens negreiras em associação com a maior família de traficantes do Sul Fluminense, para abastecer as fazendas em Itaguahy ou até mesmo realizar a introdução de tais cativos ao os "legalizar" através dos registros paroquiais da freguesia de São Francisco Xavier, fossem para ascender à nobreza na Corte. As inconstâncias encontradas nas documentações do casal só reafirmaram o envolvimento dos mesmos no crime do contrabando como exemplificado pelos casos de Policarpo, Zeferino e Carlota. Além da proposta de manter a escravaria por mais tempo, ou seja, reduzindo a idade dos cativos como Adão, Eva e Luiza. Casos como o de Antonia permaneceram uma incógnita para esta pesquisa, mas, de certo, não foram considerados erros ou coincidências. Na verdade, apenas enfatizaram que ainda há muito mais para entender sobre a proteção – desesperada – da propriedade ilegal vista pelo núcleo familiar Bazilio-Pavão.

Antes de qualquer coisa, o cativo era um trabalhador. Seu trabalho, como já muito explorado pela historiografia (FRAGA, 2020; MATTOSO, 2016; GUEDES, 2010; LARA, 1998; POPINIGIS, 2021; NEGRO; GOMES, 2006), era permeado pelas disputas cotidianas na qual estava inserido. Livres, libertos e escravizados construíram alianças, se organizaram, realizaram protestos, boicotes e demandaram exigências a partir do peso de seu trabalho. Entre os limites e as brechas de ação vivenciadas por aqueles que – na maioria das vezes – ocuparam a base da sociedade imperial, o trabalho e as relações que dele derivaram foram fundamentais para a compreensão de duas perspectivas em relação ao objeto até então analisado: a demanda profissional que o casal possuiu em cada período distinto da escravaria e o desenvolvimento das relações de trabalho no cativeiro tanto entre senhores, cativos e forros. Apesar do escasso material, a análise das profissões dos escravizados do casal permite compreender, principalmente, quais tipos de especializações os mesmos deveriam ter nos limites das propriedades.

Para as próximas páginas foram apontados apenas os ofícios de tais sujeitos encontrados nas fontes. Levando em consideração sua importância para a lógica das fazendas e dos empreendimentos do casal, mas também compreendendo o lugar de ação que ocupavam. Tanto na escravaria de D. Anna quanto na de Dias Pavão, os cativos tiveram suas profissões mencionadas nos autos da avaliação ou na Lista de Matrícula. Abaixo, as Tabelas 32 e 33 realizaram tais paralelos entre a mesma escravaria, porém separadas ao longo do tempo.

Tabela 32 – Profissões listadas nos Autos de Avaliação do inventário de D. Anna Bazilia

ESPECIALIZADO	**Profissão**	**Africanos**	**Crioulos**	**N. I.**	**TOTAL**
	Barqueiro	2	-	-	2
	Carpinteiro	2	-	-	2
	Carreiro	1	-	1	2
	Falquejador e Serrador	-	1	-	1
	Mineiro	1	-	-	1
	Serrador	1	-	-	1
	Pedreiro e Boieiro	1	-	-	1
	Costureira e Rendeira	-	-	1	1
	TOTAL	8	1	2	11

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilio Dias, 1834.

No caso da tabela acima, a quantidade de informações sobre os ofícios foi bem menor do que a quantidade de cativos encontrados no documento de 1834. Todavia, as profissões de envolvimento fluvial ou marítimo levantaram o alerta para a possibilidade do envolvimento dos mesmos no tráfico ilegal. Dos 120 escravizados de D. Anna, apenas onze tiveram suas profissões – todas de natureza especializada – descritas nos autos da avaliação. Não foi possível identificar os ofícios dos restantes, nem mesmo se estes desempenhavam trabalhos semelhantes ou não. De toda forma, observou-se uma gama de atuações voltadas para os ofícios manuais como carpinteiro, serrador, pedreiro, costureira e rendeira. Já trabalhadores que lidavam diretamente com a lavoura ou com a escavação, como o mineiro e o boieiro, também se fizeram presentes. Pensando no engenho de 1834, tais profissões indicaram não apenas o manejo de animais ou de busca por pedras preciosas na localidade da fazenda, mas também a presença de trabalhadores capazes de construir ferramentas, casas, sobrados e maquinários. Contudo, o que mais promoveu destaque foram os dois "barqueiros" e o "falquejador", que eram profissões ligadas ao mar.

Sendo assim, a presença de "barqueiros" e do "falquejador" representaram que havia uma porção dos escravizados envolvidos em negócios marítimos ou, ao menos, fluviais. Afinal, encontrar cativos atuantes em etapas do contrabando não era distante da realidade dos traficantes do Sul Fluminense. Ao analisar as relações de trabalho entre cativos, livres e libertos, Fernanda Zimmermann (2007, p.7) apontou a presença de falquejadores, na pesca de baleia no sul da Ilha de Santa Catarina, e que esta era um tipo de profissão que exigia muita força e contava, em maioria, com homens para exercê-la e compartilhavam espaço com outras funções como "(...) remeiro, (...) cortador de açougue, chacoteiro, mestre de azeite, gancheiro, cortador de cima da baleia, aprendiz de carpinteiro e pedreiro". Mesmo com poucas informações disponíveis, notou-se que os ofícios encontrados eram compatíveis com a vida marítima.

O Recôncavo da Guanabara também contava com o trabalho de escravizados no mar. De acordo com Nielson Bezerra (2015, p. 93) – a partir dos relatos feitos pelo missionário norte-americano Daniel Kidder em sua viagem pela Província do Rio de Janeiro em 1822 – enfatizou o "complexo processo de conexão protagonizado pelos marinheiros, barqueiros e remadores africanos que trabalhavam nas embarcações utilizadas na navegação fluvial que desembocavam nas águas da baía durante o século XIX." Em uma conexão que ligava o tráfico de escravizados, aos grupos étnicos e a autonomia dos africanos enquanto ganhadores ou cativos, o autor centralizou o Recôncavo como o palco da formação e do desenrolar da sobrevivência e resistência de tais personagens. Em um fluxo que se estendiam da Corte até municípios mais distantes rios adentro da Província do Rio de Janeiro, os trabalhadores marítimos de D. Anna contavam certamente com autonomia em suas funções, sem falar da ocupação fundamental que desempenhavam para um casal que provavelmente já estava inserido na cabotagem de suas mercadorias.

No intervalo entre 1834 e 1875, apenas se teve relatos de novos trabalhadores sendo adquiridos por Dias Pavão em meados da década de 1860. O então Barão de Itaguahy utilizou, talvez, de suas boas relações e de conhecimento prévio das dinâmicas da Imperial Fazenda de Santa Cruz para alugar alguns cativos por poucos meses. De acordo com o levantamento feito por Amanda Souza (2021, p. 31), o nobre foi um dos 42 senhores listados no livro de aluguéis de cativos da Fazenda. Conforme a autora, o nobre alugou cinco pedreiros pelo valor de 172$000 (cento e setenta e dois mil réis), porém o resultado do trabalho dos mesmos permaneceu desconhecido. Dez anos depois, se percebeu um contingente muito maior de trabalhadores escravizados a serviço do agora Conde de Itaguahy, como visto na Tabela 33 abaixo.

Com uma variedade de profissões mais detalhada, a Lista de Matrícula apontou informações para todos os cativos, salvo os inocentes e menores de doze anos que não

tiveram nenhuma profissão descrita. Apesar das grandes ressalvas em torno da feitura de tal documentação, a listagem contendo as informações de quase duzentos escravizados foi o registro mais completo que se teve acesso para compreender as dinâmicas dos trabalhadores a serviço do falecido Conde de Itaguahy. Por isso, em relação aos ofícios nela contidos e as avaliações de desempenho, a presente análise se pautou sobre as informações retiradas da mesma.

Tabela 33 – Profissões x Naturalidade x Gênero descritas na Lista de Matrícula do inventário de Antonio Dias Pavão

Profissão		Africanos		Crioulos		TOTAL	%
		H	M	H	M		
ESPECIALIZADO	Aguardenteiro	3	-	-	-	3	21,4
	Campeiro	1	-	7	-	8	
	Carpinteiro	1	-	3	-	4	
	Carreiro	2	-	6	-	8	
	Cocheiro	-	-	2	-	2	
	Enfermeira	-	-	-	1	1	
	Machinista	-	-	2	-	2	
	Mestre de Açúcar	2	-	1	-	3	
	Oleiro	1	-	-	-	1	
	Parteira	1	-	-	-	1	
	Pedreiro	-	-	3	-	3	
	Tanoeiro	2	-	1	-	3	
	Tropeiro	1	-	1	-	2	
DOMÉSTICO	Cozinheiro	-	-	1	1	2	6,2
	Despenceiro	-	-	1	-	1	
	Lavadeira	-	-	-	1	1	
	Mucama	-	-	-	7	7	
	Pajem	-	-	1	-	1	
RURAL	Lavoura	27	24	33	56	139	72,4
SUB-TOTAL		39	25	62	66	192*	100,00
TOTAL		64		128			
%		32,8		67,2		100,00	

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

A separação por propriedades não foi aqui priorizada pelos conflitos de informações encontrados entre os Autos e a Lista de Matrícula. Por isso, acima se apresentaram dados gerais retirados somente desta última. Como visto no subtotal e no total (*), houve uma redução dos 254 escravizados totais. Isso ocorreu porque foram desconsiderados os 38 inocentes, outros dezesseis que possuíam de oito a doze anos e que não tiveram informações

de trabalho apontadas, e oito sujeitos que, pelo estado da fonte, não puderam ser relacionados à nenhuma profissão. Sendo assim, dos 254 totais, 62 cativos foram retirados da contagem. Seguindo as proporções vistas acima, os trabalhadores crioulos eram maioria ocupando 67,2% da escravaria, enquanto os africanos 32,8%. Em ambos os casos, a lavoura foi o ofício predominante. Porém, nenhum africano desempenhou serviço doméstico. Pode ser que, talvez, a mão de obra africana já estivesse assentada nos serviços da lavoura e assim se mantiveram ou pôde ter sido uma escolha do Conde, mantendo apenas crioulos transitando na casa grande. Não foi possível atestar se as relações entre os africanos e os administradores das fazendas ou o próprio Dias Pavão eram estremecidas e distantes a ponto de os primeiros não ocuparem serviços domésticos, nem tampouco se a organização do trabalho nos limites da escravaria priorizava o trabalho africano na lavoura. De toda forma, mesmo sem as conhecer, seria inocente pensar que essa divisão entre crioulos e africanos, homens e mulheres, ofícios especializados, de lavoura ou doméstico, não expressavam os conflitos vividos pelos personagens dessa história.

Contudo, ao mesmo tempo, os africanos tiveram sua presença nos ofícios especializados, estiveram igualmente arrolados a profissões muito úteis no desenvolvimento da lavoura ou do engenho. Roberto Guedes (2010, p. 72) , ao analisar um carpinteiro em Porto Feliz, destacou a suma importância do ofício para o engenho. O mesmo pode ser pensado para as profissões de aguardenteiro e mestre do açúcar, além de outras como oleiro, tanoeiro, campeiro, carreira e parteira. Certamente, as profissões acompanharam a demanda dos empreendimentos agrícolas do Conde, como afirmou Katia Mattoso (2016, p. 167), porém, ao observar a presença de africanos nas áreas da lavoura e em serviços especializados que derivavam dela, talvez este fosse o caso de trabalhadores que se especializaram em serviços ligados ao açúcar, ao café e ao gado a partir de uma experiência prévia que desenvolveram nas próprias fazendas do nobre.

Já os tropeiros exerciam uma função de grande mobilidade, pois se tratava de uma profissão que demandava um trânsito recorrente pelas vias da cidade ou até entre distâncias maiores a serviço do seu senhor. Isso não significa que outros trabalhadores não circulassem por Itaguahy, entre as propriedades de Dias Pavão ou até mesmo entre outras localidades, mas a presença de tropeiros na Lista indicou a demanda por trabalhadores que se ocupavam da condução de pessoas, artigos ou objetos por meio de montarias. Segundo Gilciano Menezes, ao se valer das contribuições de Maria Helena Machado,

> (...) as paradas de tropas, com sua sociabilidade mais solta, agregava diferentes personagens (...), tecendo laços sociais, expandindo possibilidades preciosas, sobretudo para escravos. Decerto os cativos por meio do tropeirismo, organizavam suas vidas, laços amorosos e amizades, contraíam dívidas, se faziam de mensageiros, enfim encontravam espaços de valorização social e independência, mormente porque o escravo tropeiro era sempre um escravo de confiança, que gozava o privilégio da mobilidade espacial, sem poder o senhor, ao menos ostensivamente, vigiá-lo (COSTA, 2014, p. 5).

Portanto, as profissões implicavam diretamente em como os cativos desenvolviam suas relações cotidianas. Pensando que esta era uma profissão que demandava confiança, novamente, foi possível apenas especular sobre as relações entre aqueles que a ocupavam e Dias Pavão. De qualquer modo, havia claramente ofícios úteis para empreendimentos no comércio clandestino de africanos. Apesar de ser uma aposta, com diversos pontos de questionamentos, juntando esses dados com as informações fornecidas anteriormente, creio ser possível levantar a possibilidade significativa desses trabalhadores terem estado ligados ao tráfico ilegal para Itaguahy.

Coube ressaltar outro aspecto interessante, concernente ao julgamento da aptidão dos trabalhadores segundo a Lista de Matrícula. A Tabela 34, abaixo, nos mostra um recorde

para os trabalhadores africanos. Em vista das avarias da fonte em alguns pontos, foram retiradas a análise do trabalho de seis indivíduos, da contagem total dos setentaafricanos (*).

Tabela 34 – Aptidão para o Trabalho dos Africanos descritos na Lista de Matrícula do Inventário de Antonio Dias Pavão

Profissões	Aptidão para o Trabalho			TOTAL
	Boa	Regular	Sofrível	
Aguardenteiro	3	-	-	3
Campeiro	1	-	-	1
Carpinteiro	1	-	-	1
Carreiro	2	-	-	2
Lavoura	34	14	2	50
Mestre de Açúcar	2	-	-	2
Oleiro	-	1	-	1
Parteira	-	1	-	1
Tanoeiro	1	1	-	2
Tropeiro	1	-	-	1
TOTAL	45	17	2	64*

Fonte: MTJRJ – Comarca de Itaguaí. Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

As boas avaliações do trabalho dos africanos só revelaram as incoerências vistas nas idades. Já que as africanas mais velhas, Antonia, de cem anos, da lavoura, e Theresa, de oitenta anos, parteira, obtiveram aptidão regular em suas funções.[111] Tudo em relação às avaliações de listagem dos escravizados, inclusive seus desempenhos nos ofícios, trouxeram a dubiedade tão característica das mentiras que sustentavam os empreendimentos de antigos agentes do tráfico ilegal. Mas, decerto, as relações de trabalho vividas pelos cativos nas escravarias de Dias Pavão contaram com os contatos entre trabalhadores livres, alugados e libertos.

Portanto, concluiu-se que o então nobre reuniu grandes esforços para manter seus escravizados – tão perigosamente traficados – presos ao cativeiro, mesmo em um cenário nacional de fim da tão longínqua instituição escravista. Como dito várias vezes, ainda há muito a se descobrir sobre como tais homens e mulheres, subjulgados pelos crimes de Dias Pavão e seus aliados, desenvolveram suas alianças, suas vidas cotidianas e viveram de sua força de trabalho na segunda metade dos oitocentos e até mesmo no pós-abolição. Sendo assim, as últimas páginas versaram, de maneira inicial, sobre o admirado nobre que atualmente nomeia uma das ruas do bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro e, especialmente, sobre as vidas sequestradas e reduzidas ao cativeiro que sustentaram a enorme ascensão de um simples negociante vindo de Ubatuba para solo fluminense no início do XIX.

O presente capítulo se deu pela necessidade de compreender quem eram os escravizados do casal Anna Bazilia e Antonio Dias Pavão. O esquema de introdução de africanos ilegais e a "legitimidade" de suas posses através dos registros paroquiais só puderam ser corroboradas nominalmente, até o momento, com o caso de Zeferino. Sendo assim, a análise minuciosa dos nomes encontrados nas páginas do inventário do Conde de Itaguahy e D. Anna Bazilia foram extremamente profícuas por terem sido cruzadas as informações massivas dos assentos eclesiásticos. Não menos importante foi compreender as relações familiares estabelecidas por estes indivíduos ao longo do período analisado. Por sua vez, um achado fundamental foi a alteração das idades na Lista de Matrícula, visto que esse

111 **Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional)**. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1849-1870.

dado representa uma evidência forte de que algumas das pessoas presentes naquela listagem estavam ilegalmente na fazenda.

Desse modo, ao entender a dinâmica e o perfil dessas relações, limitando o escopo sobre os ofícios exercidos pelos escravizados, encontraram-se indícios da participação dos cativos do casal no contrabando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta, como dito e repetido algumas vezes, foi uma pesquisa, que se deparou com mais lacunas – e, por isso, abriu mais possibilidades – do que as solucionou. Porém, foi efetivo em pontuar a dimensão dos empreendimentos negreiros no Sul Fluminense, principalmente aqueles ao redor da família Breves e seus aliados. Em uma análise que procurou observar as ligações de sangue e de negócios que sustentaram o recrudescimento do tráfico ilegal a partir de 1831, as páginas anteriores se valeram dos fragmentos da trajetória de Antonio Dias Pavão e sua esposa D. Anna Bazilia para inserir o município litorâneo de Itaguahy no circuito negreiro do Sul Fluminense.

Os procedimentos metodológicos da micro-história e sua atenção voltada para o plano microanalítico foram largamente utilizadas para a análise das fontes elencadas. Registros paroquiais, inventários, conteúdos de jornais e o *Almanak Laemmert*, todos de caráter massivo, foram conectados um a um pela recorrência do nome, tanto do casal anteriormentecitado quanto de outros que circunscreviam seu meio. Tentou-se expor as redes de alianças e as conexões que viabilizaram o fomento do contrabando para Itaguahy a partir da década de 1830. Sem pretenções de afirmar que tais ligações foram estabelecidas apenas após a proibição da importação de escravizados africanos para o Império brasileiro, as fontes muitas das vezes remontavam aos anos 1820 para compreender – mesmo que em partes – como certos sujeitos como Dias Pavão e Francisco José Cardoso fizeram do referido município seu local de "soberania".

Em uma percepção mais ampla, o tráfico ilegal e a introdução de africanos em Itaguahy foram apontados como procedimentos que beneficiaram não apenas os proprietários de *plantations* locais, mas também políticos, membros da Guarna Nacional, fazendeiros, negociantes, com posses na região ou não. Se Itaguahy era conhecido como local de transporte e de passagem de africanos ilegalmente reduzidos à escravidão, as últimas páginas procuraram enfatizar em que medida estruturas eclesiásticas e ocupantes de cargos de polícia e fiscalização do município e vizinhos fizeram parte dessa grande logística que favorecia ao sucesso do crime. Em uma escola mais reduzida, as disposições encontradas nas fazendas de D. Anna e Dias Pavão foram bastante reveladoras, por se mostrarem como indícios de uma logística necessária para a cabotagem e o abastecimento das viagens negreiras.

Assim como a ascensão do nobre de Itaguahy, saído de São Paulo, ao longo da segunda metade do XIX até sua morte em 1875, apresentou as estratégias utilizadas para uma saída gloriosa do passado criminoso. Novamente, sem tender a perceber a trajetória de Antonio Dias Pavão como um achado singular, as últimas páginas procuraram e, em certa medida, conseguiram indicar apenas as ramificações da agência dos potentados do tráfico ilegal para o Império brasileiro em suas esferas locais. E, quanto aos que fizeram do negociante um Conde, os escravizados – especialmente, os africanos ilegalmente reduzidos ao cativeiro –, permanecem como objeto de estudo a ser mais profundamente abordado.

Apesar dos levantamentos demográficos anteriormente apresentados, ainda há muitos segredos sobre as dinâmicas cotidianas que permearam as relações de compadrio, família e de trabalho dos africanos e crioulos cativos das fazendas de Dias Pavão e de seus semelhantes no Sul Fluminense. De toda forma, concluímos que, entre nobres, engenhos e o Atlântico, estava Itaguahy, sua elite, suas estradas com ligação para outras Províncias e para o Vale. Porém, decerto, resta saber quem mais estava lá.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Jessica Santana Assis. **Dona dos cafezais: a ação social e econômica de uma fazendeira de café em Bananal de Itaguaí 1850-1867**. 2019. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

ANDRADE, Romulo Garcia. Uma leitura das condições de vida dos escravos através dos registros de óbitos: a MATA MINEIRA e o LITORAL SUL FLUMINENSE nos anos 1847-1888. **HEERA**, v. 6, n. 11, 2011, pp. 99-110.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania. (Org.). **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, pp. 141-172.

BEZERRA, Nielson. Escravidão, tráfico e farinha: a viagem redonda entre o Rio de Janeiro e a Baía de Biafra. In: SOARES, Mariza; BEZERRA, Nielson. (Org.). **Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVII-XIX)**. Niterói: Editora da UFF, 2011, pp. 185-205.

BEZERRA, Nielson. Escravidão e navegação fluvial: Identidades africanas na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro,** n. 9, 2015, pp. 91-103.

CARRÉ, Alexandra Nanan.; ANDRADE, Romulo Garcia. de. Estrutura agrária e população escrava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal e seu entorno: Itaguaí, 1808-88. **Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas,** Seropédica, RJ: EDUR, v. 27, n. 1-2, 2005, pp. 107-113.

CASTRO, Hebe. **Ao Sul da História:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV; Faperj, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Gilciano Menezes. Os escravos tropeiros em Itaboraí: Uma análise dos relatos do viajante Hermann Burmeister. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA, 2014, p. 5. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1408321312_ARQUIVO_ESCRAVOS_TROPEIROS.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FARINATTI, Luís A. E. Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). **XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-16. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIVO_FarinattiSNH2011(2).pdf>. Acesso em 03/01/2021.

FERREIRA, Ana Cláudia de Souza. **Caminhos, mudanças, alianças e resistências indígenas: identidade e territorialidade dos índios da Aldeia de Itaguaí - Século XIX**.

2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

FERREIRA, Ana Claudia de Souza. Senhores e Possuidores: as declarações de terras dos Índios em Itaguaí – 1856. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Universidade Santa Lúcia, 2014. Disponível em:<http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400126241_ARQUIVO_SenhoresePossuidores_AnaCSF_ANPUHRJ.pdf>. Acesso em 03/11/2021.

FIGUEREDO, Joyce Cristina Machado. Configurações Familiares de D. Anna Rosa e dos escravizados em sua posse: associação nominal (1848-1865). In: POPINIGIS, Fabiane; et al. (Org.). **Seropédica em Foco:** diálogos históricos e historiográficos. Seropédica: EDUR, 2021, pp. 51-62.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre; SILVA, Daniel. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos xviii e xix). **Afro-Ásia,** n. 31, 2004, pp. 83-126.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras:** uma história do tráfico de africanos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A Paz das Senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FRAGOSO, João. **Barões do Café e o Sistema Agrário Escravista:** Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FRAGOSO, João; PITZER, Renato. **Barões, Homens Livres Pobres e Escravos:** notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post-mortem*. Revista Arrabaldes, v.1, n. 2, 1988, pp. 29-52.

FREIRE, Jonis. Batismo e Tráfico Ilegal de Escravos no Norte Fluminense, c. 1798-1858. In: RIBEIRO, Gladys; et al. (Org.). **Escravidão e Cultura Afro-Brasileira:** temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes. Campinas: Editora UNICAMP, 2016, pp. 291-318.

FURTADO, Júnia. A Morte Como Testemunho da Vida. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania. (Org.). **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, pp. 93-118.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: _____ (Org.). **Micro-História e Outros Ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 169-178.

GUEDES, Roberto. Samuel da Rocha: escravo, aparentado, forro, carpinteiro e senhor (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). **Anos 90,** Porto Alegre, v. 17, n. 31, 2010, pp. 57-81.

KLEIN, Herbert. A Demografia do Trafico Atlântico de Escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos,** v. 17, n. 2, 1987, pp. 129-149.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e trabalho no Brasil. **Projeto História,** São Paulo, v. 16, 1998, pp. 25-38.

MACHADO, Rubens Mota. **A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguaçu, 1840 – 1880)**. 2013. 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres:** a abolição do tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz. Do que o "preto mina" é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. **Afro-Ásia,** n. 24, 2000, pp.71-95.

MATTOSO, Katia. **Ser Escravo no Brasil (Séculos XVI-XIX)**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. **Uma Família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)**. 2005. 236f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MOREIRA, Gustavo. Os negócios no poder: o município de Itaguaí na primeira metade do século XIX. In XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UNRIO, 2010, pp. 1-9. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276287906_ARQUIVO_Anpuh-RJ_2010[1].pdf>. Acesso: 06/01/2022.

MOREIRA, Gustavo. **Legislação Eleitoral e Política Regional: um estudo sobre o impacto das reformas de 1855, 1860 e 1875 no sul fluminense**. 2014. 313f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MUAZE, Mariana. **Memórias da Viscondessa**: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

NADALIN, Sérgio Odilon. A demografia numa perspectiva histórica. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

NEGRO, Antonio; GOMES, Flavio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social,** v. 18, n. 1, pp. 217-240, 2006.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. **Do café à policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900)**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

PÁRES, Luis Nicolau. Entre Bahia e a Costa da Mina, libertos africanos no tráfico ilegal. In: RAGGI, Giuseppina; FIGUERÔA-REGO, João; STUMPF, Roberta. (Org.). **Salvador da Bahia: interações entre América e África:** séculos XVI-XIX. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 13-49.

PARRON, Tâmis. **A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da Moral:** redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

PESSOA, Thiago. E depois da "Lei Eusébio"? Reprodução da escravidão e seus limites em um complexo de fazendas do vale do café (Rio de Janeiro, c. 1864-1888). **Topoi,** Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, 2017, pp. 465-489.

PESSOA, Thiago. **O Império da Escravidão:** o complexo Breves no Vale do Café (Rio de Janeiro, c. 1850-1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018a.

PESSOA, Thiago. Sob o signo da ilegalidade: o tráfico de africanos na montagem do complexo cafeeiro (Rio de Janeiro, c. 1831-1850). **Tempo,** v. 24, n. 3, 2018b, pp. 422-449.

PESSOA, Thiago. Microanálise e Segunda Escravidão: a narrativa dos indivíduos e a modernidade escravista no Vale do Café. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. (Org.). **A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva História.** São Leopoldo: Casa Leiria, 2020, pp. 261-278.

POPINIGIS, Fabiane. "Aos Pés dos Pretos e Pretas Quitandeiras": experiência de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro – 1840-1890. **Afro-Ásia,** n. 46, 2021, pp. 193-226.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História,** n. 31, 2004, pp. 41-68.

REDIKER, Marcus. **O Navio Negreiro:** uma história humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus. **O Alufá Rufino:** tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c.1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RODRIGUES, Jaime. O tráfico de escravos e a experiência afro-lusa-brasileira: transformações ante a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro. **Anos 90,** v. 15 n. 27, pp. 107-123, 2008.

RUIZ, Ricardo Muniz de. **A Família Escrava no Império do Café: Itaguahy, Rio de Janeiro – 1820-1872.** 2015. 203f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SALLES, Ricardo. **E o Vale Era o Escravo.** Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SARAIVA, Luiz; SANTOS, Silvana; PESSOA, Thiago (Org.). **Tráfico & Traficantes na Ilegalidade:** o comércio proibido de escravos para o Brasil (c. 1831-1850). São Paulo: HUCITEC Editora, 2021.

SAES, Alexandre.; GAMBI, Thiago. A formação das companhias de seguros na economia brasileira (1808-1864). **História Econômica & História de Empresas,** n. 12, v. 2, 2009, pp. 1-36.

SILVEIRA, Jorge Luís da Rocha. **Transformações na Estrutura Fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense (1850/1890).** 1998. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

SLENES, Robert. **Na senzala, Uma Flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOUZA, Amanda. Alugados a Diversos e a Si: escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1862-1868). In: POPINIGIS, Fabiane; et al. (Org.). **Seropédica em Foco:** diálogos históricos e historiográficos. Seropédica: EDUR, 2021, pp. 23-36.

ZIMMERMANN, Fernanda. Relações de Trabalho na Armação da Lagoinha: da caça a baleia ao beneficiamento do azeite. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH: HISTÓRIA E MULTIDISCIPLINARIDADE. **Anais eletrônicos...** São Leopoldo: UNISINOS, 2007, p. 7. Disponível em: < https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210565_91950d20acf4fe57e6c4474474f62612.pdf>. Acesso em: 03/02/2022.

FONTES

Arquivo Histórico do Itamarati (AHI). Presas França-Brasil. Brigue Fluminense. Lata 66, maço 3.

Acervo PET-História (UFRRJ). Livro 1 – Batismo de Escravos (1832-1842) Itaguaí; Livro 2 – Batismo de Escravos (1842-1872) Itaguaí; Livro 6 – Óbito de Livres (1881-1888) Itaguaí; Livro A – Óbito de Livres (1855-1878) Bananal; Livro 8 – Batismo de Livres (1871-1881) Itaguaí.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Registro Paroquial de Terras, Itaguaí. Livro 39 – São Francisco Xavier, 1856.

Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital). Gazeta do Rio de Janeiro; Almanak dos Negociantes do Império do Brasil (RJ); Correio Mercantil (RJ); Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ); Jornal do Commercio; Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro; Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro; Diário do Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sinopse Estatística do Município de Itaguaí, Rio de Janeiro. 1948.

Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (MTJRJ) – Comarca de Itaguaí. Inventário de D. Anna Bazilia Dias, 1834; Inventário do Casal do Conde de Itaguahy, 1875.

Acervo da BNDigital do Brasil. NIEMEYER, Conrado Jacob de; BELEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer; LOBO, Gama. Planta corographica de uma parte da província do Rio de Janeiro na qual se inclue a Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1848.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 - Planta de Itaguahy na Província do Rio de Janeiro (1848).....11
FIGURA 2 - Localização do Curral Falso na Província do Rio de Janeiro (1848).....42
FIGURA 3 - Localização das Terras de D. Anna Bazilia Dias.....44

QUADROS

QUADRO 1 - Genealogia Ascendente de D. Anna Bazilia Dias.....51
QUADRO 2 - Genealogia Ascendente e Descendente de Antonio Dias Pavão.....52

Este E-book é uma publicação da Edur/UFRRJ
Publicado em 2025
Fonte: Garamond Premier Pro